

Estratégia de Desenvolvimento Local

GAL Terras de Sicó 2020

*Uma parceria, um
compromisso...*



FICHA TÉCNICA

Título: Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Terras de Sicó 2020: uma parceria, um compromisso.

Promoção:

Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Largo Celeiros 3, 3105-326 Redinha

Edição:

Instituto Politécnico de Leiria. Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados (INDEA). CIGS - Centro de Investigação em Gestão para a Sustentabilidade

Equipa de Coordenação Técnica (CIGS / IPLeiria)

Ana Sofia Patrício Pinto Lopes (coordenadora do Projeto)

Ana Lúcia Marto Sargento

Jacinta Raquel Miguel Moreira

Maria Eduarda da Silva Teixeira Fernandes



Colaboração de

Eduardo Luís Leal Lavrador (bolseiro)

ISBN 978-989-98037-1-8

Edição única: dezembro 2015

Reservados todos os direitos segundo a legislação em vigor.

Índice

Índice.....	i
Índice de Tabelas.....	iii
Índice de Gráficos.....	iv
Índice de Figuras	v
Listas de Siglas.....	vi
1. Introdução.....	1
2. Apresentação do território de atuação.....	3
2.1. Justificação para a tipologia e limites apresentados para a Região.....	3
2.2. Caracterização do território selecionado.....	5
3. Caracterização da parceria e modelo organizacional	8
3.1. Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento	8
3.2. Apresentação e análise do GAL Terras de Sicó 2020	10
3.3. Modelo Organizacional	11
4. Diagnóstico da situação no território de Sicó	14
4.1. Inclusão Social	14
4.2. Empregabilidade e Qualificação.....	20
4.2.1 Educação	20
4.2.2 Mercado de Trabalho	22
4.3. Competitividade.....	30
4.3.1 Composição estrutural da atividade económica.....	30
4.3.2 Dinâmica empresarial.....	32
4.3.3 Comércio internacional	34
4.3.4 Setor primário	35
4.3.5 Turismo.....	38
4.4. Ambiente e Sustentabilidade	41
4.5. Análise SWOT	46
4.5.1 Síntese de Pontos Fortes (<i>Strengths</i> - S)	46
4.5.2 Síntese de Pontos Fracos (<i>Weaknesses</i> – W)	47
4.5.3 Síntese das Oportunidades (<i>Opportunities</i> - O)	48
4.5.4 Síntese das Ameaças (<i>Threats</i> - T).....	48
4.5.5 Matriz SWOT	49

5. Estratégia de desenvolvimento local para a região de Sicó	51
5.1. Visão Estratégica	51
5.2. Desafios prioritários, objetivos específicos e resultados esperados.....	55
5.3. Alinhamento da EDL com as estratégias sub-regionais e com a estratégia regional.....	66
5.3.1 Alinhamento da EDL de Sicó com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial da região de Leiria e de Coimbra	67
5.3.2 Alinhamento da EDL de Sicó com o Programa Operacional Centro 2020 e com o PDR2020	72
6. Processo de envolvimento com as comunidades locais	80
6.1. Participação dos parceiros e da comunidade local na elaboração e execução da EDL ...	80
6.2. Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL	97
6.3. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a seleção dos projetos propostos e monitorização dos projetos aprovados e sua aderência aos objetivos e metas definidos	99
6.4. Modalidade e instrumentos previstos para a monitorização e avaliação interna da EDL	102
6.5. Animação e promoção do território	103
6.6. Animação da EDL e capacitação - Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados.....	104
7. Conclusão	107
8. Referências.....	110
9. Anexos	113
Anexo 1 – População por freguesia, ruralidade e integração em território litorâneo.....	113
Anexo 2 – Parceiros GAL Terras de Sicó 2020	115
Anexo 3 – Contributos para a definição da estratégia	123
Anexo 4 – Priorização de objetivos e identificação de ações para atingir os objetivos....	124
Anexo 5 – Guião de leitura	132

Índice de Tabelas

TABELA 4.1 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS E DE CONDIÇÕES DE VIDA	19
TABELA 4.2 – INDICADORES SOBRE EDUCAÇÃO	22
TABELA 4.3 – INDICADORES SOBRE EMPREGABILIDADE	28
TABELA 4.4 – INDICADORES SOBRE COMPETITIVIDADE.....	40
TABELA 4.5 – INDICADORES SOBRE AMBIENTE.....	45
TABELA 5.1 – OBJETIVOS E INDICADORES DE RESULTADOS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL	56
TABELA 5.2 – OBJETIVOS E INDICADORES DE RESULTADOS SOBRE EMPREGABILIDADE.....	59
TABELA 5.3 – OBJETIVOS E INDICADORES DE RESULTADOS SOBRE COMPETITIVIDADE	61
TABELA 5.4 – OBJETIVOS E INDICADORES DE RESULTADOS SOBRE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	64
TABELA 5.5 – ALINHAMENTO DO ENFOQUE TEMÁTICO ENTRE A EDL DE SICÓ E AS EIDT DAS REGIÕES DE LEIRIA E DE COIMBRA	68
TABELA 5.6 – CONTRIBUTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA EDL DE SICÓ PARA AS METAS ESTABELECIDAS NAS EIDT DAS REGIÕES DE LEIRIA E DE COIMBRA.....	69
TABELA 5.7 – CONTRIBUTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA EDL DE SICÓ PARA AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO POR CENTRO 2020 E DO PDR2020	73
TABELA 5.8 – INOVAÇÃO NA EDL SICÓ	78
TABELA 6.1 – SÍNTESE DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL NA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	96
TABELA 6.2 – MODELO DE MONITORIZAÇÃO E DE AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL	102

Índice de Gráficos

GRÁFICO 3.1 – PESO RELATIVO DE CADA GRUPO DE PARCEIROS (DE ACORDO COM AS CATEGORIAS ASSUMIDAS)	10
GRÁFICO 4.1– INDICADORES DEMOGRÁFICOS, COMPARAÇÃO SICÓ – PORTUGAL (2013)	15
GRÁFICO 4. 2– INDICADORES DEMOGRÁFICOS, COMPARAÇÃO SICÓ – CENTRO (2013)	15
GRÁFICO 4. 3– INDICADORES DE CONDIÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, COMPARAÇÃO SICÓ – PORTUGAL (2012)	16
GRÁFICO 4. 4– INDICADORES DE CONDIÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, COMPARAÇÃO SICÓ – CENTRO (2012)	16
GRÁFICO 4. 5 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA (2011)	17
GRÁFICO 4. 6– INDICADORES DE SAÚDE, COMPARAÇÃO SICÓ – PORTUGAL (ANO MAIS RECENTE)	18
GRÁFICO 4. 7– INDICADORES DE SAÚDE, COMPARAÇÃO SICÓ – CENTRO (ANO MAIS RECENTE)	18
GRÁFICO 4. 8– DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE (2011)	20
GRÁFICO 4. 9– INDICADORES DA EDUCAÇÃO, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (2011)	21
GRÁFICO 4. 10– INDICADORES DA EDUCAÇÃO, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (2011)	21
GRÁFICO 4. 11– DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO FACE À SITUAÇÃO ATIVA (2011)	23
GRÁFICO 4. 12– INDICADORES DO EMPREGO, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (2011)	24
GRÁFICO 4. 13– INDICADORES DO EMPREGO, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (2011)	25
GRÁFICO 4. 14– INDICADORES DO EMPREGO – TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (2011)	26
GRÁFICO 4. 15– INDICADORES DO EMPREGO – TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (2011)	26
GRÁFICO 4. 16– DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS OFERTAS DE EMPREGO E DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO, Sicó (2013)	27
GRÁFICO 4. 17– INDICADORES DO DESEMPREGO, COMPARAÇÃO SICÓ /PORTUGAL (2013)	28
GRÁFICO 4. 18– INDICADORES DO DESEMPREGO, COMPARAÇÃO SICÓ /CENTRO (2013)	28
GRÁFICO 4. 19– DISTRIBUIÇÃO DO VAB POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA (%) (2012)	30
GRÁFICO 4. 20– ATIVIDADES ECONÓMICAS PREDOMINANTES NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (EM TERMOS DE VAB; 2012)	31
GRÁFICO 4. 21– ATIVIDADES ECONÓMICAS PREDOMINANTES NOS SERVIÇOS (EM TERMOS DE VAB; 2012)	31
GRÁFICO 4. 22– INDICADORES DAS EMPRESAS, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (2012)	32
GRÁFICO 4. 23– INDICADORES DAS EMPRESAS, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (2012)	33
GRÁFICO 4. 24– INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (2011)	34
GRÁFICO 4. 25– INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (2011)	35
GRÁFICO 4. 26– DISTRIBUIÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR FONTE DE RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO (%) (2009)	36
GRÁFICO 4. 27– ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSE SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (%) (2009)	36
GRÁFICO 4. 28– INDICADORES DO SETOR PRIMÁRIO, COMPARAÇÃO SICÓ/PORTUGAL (ANO MAIS RECENTE)	37
GRÁFICO 4. 29– INDICADORES DO SETOR PRIMÁRIO, COMPARAÇÃO SICÓ/CENTRO (ANO MAIS RECENTE)	38
GRÁFICO 4. 31– TIPO DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (2009)	41
GRÁFICO 4. 32– PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE DOS SÍTIOS (%) DA REDE NATURA 2000	41
GRÁFICO 4. 33– INDICADORES DE AMBIENTE, COMPARAÇÃO SICÓ – PAÍS (ANO MAIS RECENTE)	42
GRÁFICO 4. 34– INDICADORES DE AMBIENTE, COMPARAÇÃO SICÓ – CENTRO (ANO MAIS RECENTE)	43
GRÁFICO 4. 35– CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR HABITANTE E TIPO DE CONSUMO (2012)	43
GRÁFICO 4. 36– CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR VAB GERADO (2012)	44
GRÁFICO 5. 1– EXPRESSÕES MAIS FREQUENTES DOS CONTRIBUTOS DOS AGENTES LOCAIS PARA A VISÃO	52

Índice de Figuras

FIGURA 2.1 – MAPA DA REGIÃO DE SICÓ.....	3
FIGURA 2.2 – PATRIMÓNIO NATURAL EM SICÓ.....	5
FIGURA 2.3 – MONUMENTOS EM SICÓ.....	6
FIGURA 3.1 – ESQUEMA ORGANIZACIONAL PROPOSTO.....	12
FIGURA 5.1 – DEFINIÇÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA PARA SICÓ 2020.....	51
FIGURA 5.2 – PROPOSTA MACRO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA SICÓ.....	54
FIGURA 6.1 – TRIÁDE DO DLBC.....	80
FIGURA 6.2 – PRINCIPAIS PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDL.....	82
FIGURA 6.3 – ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO.....	85
FIGURA 6.4 – IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIAS DE <i>STAKEHOLDERS</i> A INCLUIR NA PARCERIA TERRAS DE SICÓ.....	86
FIGURA 6.5 – ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS NA DEFINIÇÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA SICÓ 2020.....	87
FIGURA 6.6 – RESULTADOS DOS <i>WORKSHOPS</i>	88
FIGURA 6.7 – PRIMEIRA PARTE DO <i>WORKSHOP 1</i>	89
FIGURA 6.8 – <i>WORKSHOPS</i> TEMÁTICOS – TEMAS E LOCALIZAÇÃO.....	90
FIGURA 6.9 – METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DOS <i>WORKSHOPS</i> TEMÁTICOS.....	90
FIGURA 6.10 – SESSÃO EM SOURE.....	91
FIGURA 6.11 – METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA.....	92
FIGURA 6.12 – SESSÃO EM ANSIÃO, 2/2/2015: VALIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA E FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA.....	95
FIGURA 6.13 – FLUXOGRAMA QUE SINTETIZA O PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS.....	100

Listas de Siglas

ADSIÓ – Associação de Municípios da Serra do Sicó
AP – Assembleia de Parceiros
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIM – Comunidade Intermunicipal
CIMRC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM – Câmara Municipal
CS – Conselhos Setoriais
DGAEP – Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGEG – Direcção-Geral de Energia e Geologia
DEEP – Departamento de Estatística do Emprego Público
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DOP – Denominação de Origem Protegida
ECT – Equipa de Coordenação Técnica
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
ETL – Estrutura Técnica Local
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupo de Acção Local
I&D – investigação e Desenvolvimento
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IES – Informação Empresarial Simplificada
IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPL – Instituto Politécnico de Leiria
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ITI – Intervenções Territoriais Integradas
n.a./n.d. – não aplicável/ não disponível
NUT – Nomenclaturas de Unidades Territoriais
OG – Órgãos de Gestão
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias empresas
POR – Programa Operacional Regional
RH – Recursos Humanos
RSI – Rendimento Social de Inserção
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
VAB – Valor Acrescentado Bruto
WS - *Workshop*

1. Introdução

O presente documento tem como objetivo a proposta de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para a região de Sicó para o período 2014-2020, e posterior candidatura à 1ª fase de pré-qualificação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), na vertente de DLBC rural, conforme o aviso nº 02/2014 de 16-11-2014 do Portugal 2020, tendo como promotor a Terras de Sicó, Associação de Desenvolvimento, cuja abrangência territorial envolve seis concelhos: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

O DLBC é a nomenclatura utilizada pela Comissão Europeia para descrever um dos instrumentos de financiamento ao desenvolvimento territorial que se encontra previsto no próximo quadro de financiamento europeu, e que se sustenta numa abordagem que inverte a lógica tradicional de elaboração de políticas de desenvolvimento regional e local. No DLBC adota-se uma abordagem ascendente, ao invés da descendente, o que significa que é a população local que assume a liderança e forma uma parceria, visando a conceção e execução de uma estratégia de desenvolvimento integrado, que responda aos desafios sociais, ambientais e económicos efetivamente sentidos pela população.

Na elaboração da presente proposta macro de estratégia, foram considerados os seguintes objetivos:

- Conhecer profundamente a região de Sicó, utilizando fontes complementares entre si, quantitativas e qualitativas, dando especial destaque às dimensões que têm mais proximidade aos 4 principais desafios da região (posteriormente apresentados e desenvolvidos);
- Criar um modelo participativo que envolva os parceiros regionais – na vertente institucional, social e económica – quer através de um processo de planeamento interativo, quer da participação na implementação da estratégia;
- Apontar direções concretas de desenvolvimento estratégico para a região, visando a concentração dos esforços futuros para as áreas em que a região demonstra vantagens competitivas, bem como correção das suas fragilidades;
- Estabelecer objetivos que permitam reforçar a afirmação e competitividade da região, através de um contributo efetivo para os resultados esperados;

- Apresentar uma sugestão para o modelo de governação que seja suficientemente ágil, prático e eficaz na implementação da EDL.

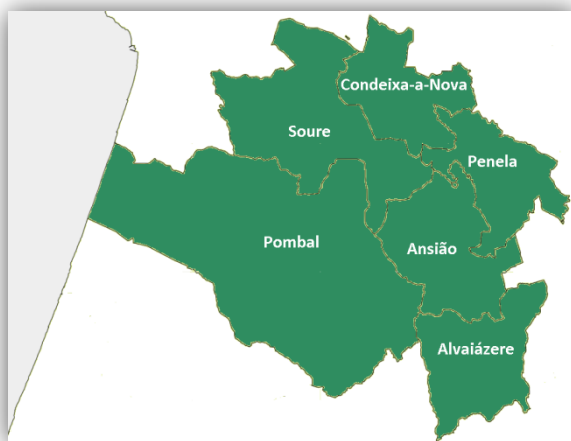
O documento encontra-se organizado em 7 capítulos, incluindo a presente introdução. No capítulo 2 é feita uma breve caracterização do território selecionado para a intervenção, bem como a justificação para a tipologia de DLBC e limites considerados. Seguidamente, procede-se à caracterização da parceria responsável por formular e implementar a presente EDL – **Grupo de Ação Local (GAL) Terras de Sicó 2020** – analisando a sua representatividade nos diferentes segmentos e tipologias de atuação e apresentando o correspondente modelo organizacional. O quarto capítulo é dedicado a uma análise profunda da situação de partida do território. Este culmina com a síntese proporcionada pela análise SWOT, que permite antever as principais indicações a ponderar no estabelecimento da visão estratégica e na formulação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), explanados no capítulo 5. Neste capítulo, para além da apresentação da visão para o território, são identificados os desafios a que é necessário dar resposta, os objetivos e os indicadores de resultados (com metas correspondentes). É também aqui que se demonstra a coerência da EDL de Sicó com a estratégia regional em que se insere o território (Centro de Portugal) e as estratégias integradas de desenvolvimento sub-regionais (referentes às Comunidades Intermunicipais de Coimbra e de Leiria). A metodologia seguida na elaboração da EDL, com particular destaque para o processo de envolvimento da comunidade local, bem como os procedimentos previstos para a participação ativa na implementação e monitorização da estratégia por parte de todos os membros da parceria (Grupo de Ação Local), são descritos no capítulo 6. O capítulo 7 conclui o documento.

2. Apresentação do território de atuação

2.1. Justificação para a tipologia e limites apresentados para a Região

A presente EDL visa a região de Sicó, que se situa na NUT II do Centro e se divide entre as comunidades intermunicipais de Leiria e de Coimbra. Abrange os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure e corresponde a uma área total de 1.501,07 km² com 117.938 indivíduos à data dos Censos, em 2011, e uma estimativa de 115.626 habitantes em 2013 (confirmando a tendência decrescente da população da região nos últimos anos). Os concelhos adjacentes ao território da região de Sicó são Leiria, Ourém, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz. Assim, o território da região de Sicó faz fronteira com dois concelhos sede de Distrito – Leiria e Coimbra.

Figura 2.1 – Mapa da Região de Sicó



Fonte: Edição dos autores.

Considerando a nova divisão administrativa do território nacional, em vigor desde 2013, a região de Sicó inclui 45 freguesias (Anexo 1), todas elas classificadas como rurais¹. Face à anterior divisão administrativa territorial, ocorreu uma redução em 25% no número de freguesias. Neste território inclui-se apenas uma cidade - Pombal -, e 10 localidades têm estatuto de vila - Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Soure, Avelar (concelho de Ansião), Espinhal (concelho de Penela), Guia e Louriçal (concelho de Pombal), e Alfarelos (concelho de Soure).

As 45 freguesias de tipologia rural que integram o território de análise partilham a proximidade à Serra de Sicó, o que lhes transmite uma identidade e justifica que constituam um território coeso, já com um vasto historial no que respeita ao desenvolvimento integrado de estratégias locais. Efetivamente, desde 1988, este território é alvo de uma intervenção de lógica intermunicipal, promovida pela então Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), que posteriormente deu origem à Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, promotora da atual candidatura. A proximidade territorial permite a partilha de características físicas do território que, aliada à oferta de recursos endógenos e potencialidades comuns, justifica a partilha da mesma estratégia sub-regional.

A definição dos limites territoriais de abrangência da EDL foi então efetuada tendo em conta:

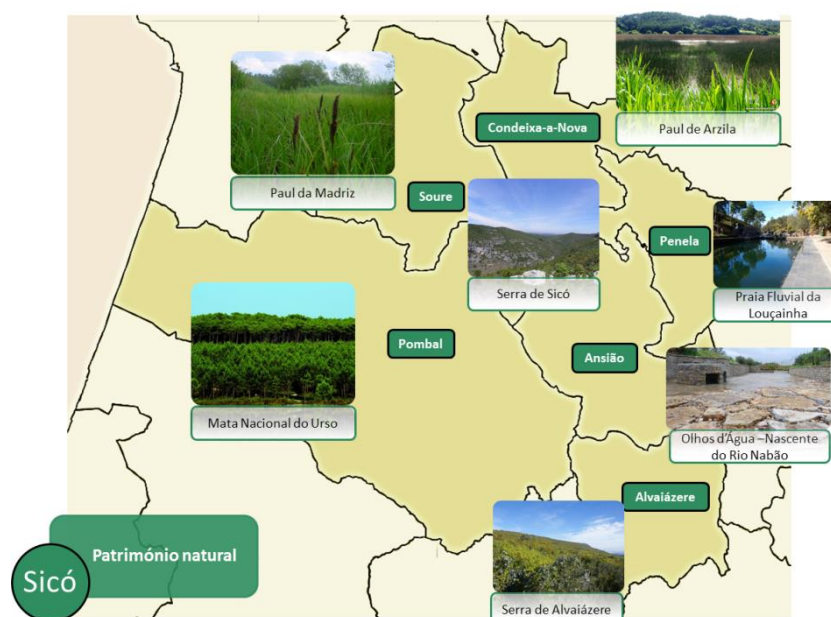
- 1) A necessidade de garantir massa crítica suficiente para a elaboração e implementação da EDL;
- 2) A coerência física, económica e social do território reforçada por uma identidade forte associada à serra de Sicó;
- 3) As regras conhecidas à data relativamente aos tipos de zonas elegíveis e critérios populacionais para o DLBC;
- 4) A experiência de funcionamento do GAL associado à gestão de fundos comunitários, nomeadamente provenientes do PRODER e PROVERE, no âmbito da abordagem LEADER (período 2007-2013), que abrangeu o mesmo território.

¹ De acordo com a classificação de freguesias rurais disponível em www.gpp.pt.

2.2. Caracterização do território selecionado

Os concelhos que compõem Sicó comungam de características físicas que possibilitam a constituição de um território uniforme. Desde logo, Sicó é abrangido pelo sistema montanhoso Montejunto-Estrela, incluindo a Serra de Sicó, que dá nome à região. Inclui ainda outras serras dispersas pelo território, como a do Espinhal, onde se encontra o ponto mais alto da região. A prática da espeleologia é possível pela existência de diversas grutas em 4 dos 6 concelhos da região. É igualmente partilhado o facto de serem todos concelhos sem costa marítima (exceto 9Km em Pombal). Todos os concelhos integram o Sítio Natura 2000 Sicó-Alvaiázere, que conjuntamente com o Paul de Arzila e o Paul da Madriz, constituem importantes referências no que respeita à conservação da biodiversidade do território. É de salientar também a presença de fontes termais (no concelho de Soure), com potencial de exploração ao nível de turismo e serviços de saúde.

Figura 2.2 – Património Natural em Sicó



Fonte: Edição dos autores.

Em termos de património edificado, é de destacar o facto de se poderem visitar em Sicó 9 monumentos nacionais (segundo dados do SIPA), dispersos pelos 6 concelhos: a Residência Senhorial do Castelo Melhor, em Ansião; o Aqueduto Romano de Conímbriga e Castellum, em

Condeixa; a Torre do Relógio Velho, o Castelo de Pombal e o Convento do Louriçal, em Pombal; o Castelo de Penela, o Pelourinho de Penela e a Igreja de Santa Eufémia, em Penela e o Castelo de Soure, em Soure. Ainda segundo o SIPA, Ansião totaliza 43 locais de interesse, Alvaiázere 35, Condeixa-a-Nova 97, Penela 37, Pombal 54 e Soure 28. Em Sικό podem ser visitados 10 museus, onde é possível apreciar artesanato, arqueologia, ofícios tradicionais, fósseis, arquitetura renascentista e manuelina, a vida e obra de figuras de relevo nacional, pintura, entre outros. Do roteiro turístico de Sικό fazem parte os seguintes circuitos mais habituais: Conímbriga – Condeixa-a-Nova; Penela – Rabaçal; Casmilo – Senhora do Circo; Poios – Senhora da Estrela; Soure – Degraças – Alvorger; Sικό – Pombal; Ansião – Santiago da Guarda – Chão de Couce; Alvaiázere – Ariques; Circuito da Romanização. Como é evidente pela descrição acima, os concelhos que constituem Sικό dispõem de uma oferta turística muito diversificada, mas que ao mesmo tempo se complementa, possibilitando fortes potencialidades a explorar numa lógica intermunicipal.

Figura 2.3 – Monumentos em Sικό



Fonte: Edição dos autores.

A identidade do território é ainda evidente pela partilha de produtos endógenos, como o queijo, azeite, vinho e mel. Outros produtos de referência da região são o cabrito, borrego, enchidos, compotas, doçaria tradicional, chicharos, míscaros, cerâmica artística, artesanato e ervas aromáticas.

No que respeita às condições económicas e sociais, é evidente uma proximidade intraterritorial ao nível de diversos indicadores, tais como: poder de compra *per capita*, ganhos médios salariais, e apoios sociais (quer monetários, quer em termos de oferta de serviços). O mercado de trabalho evidencia também uma estrutura semelhante ao longo do território, quer no que toca à distribuição da população em inativa, empregada e desempregada, quer quanto às características dos atuais desempregados.

Pelo exposto, é evidente a partilha das mesmas forças e fragilidades entre os concelhos de Sicó, pelo que, a somar ao referido na secção 2.1, justifica a implementação de uma estratégia partilhada e intermunicipal.

3. Caracterização da parceria e modelo organizacional

A parceria que se apresenta à candidatura do DLBC rural designa-se por Grupo de Ação Local Terras de Sicó 2020 e é composta por 113 parceiros. O GAL proposto tem como promotor a Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento, que se assume como entidade intermediária para a gestão local do programa.

3.1. Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

A Terras de Sicó é uma associação de direito privado que congrega seis municípios do maciço da Serra de Sicó (Ansião, Alvaiázere, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure), bem como outros associados empenhados no desenvolvimento do território (representantes do ensino técnico-profissional, do setor financeiro e de associações locais para o desenvolvimento). Foi fundada em 1995, tendo a sua origem na Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), criada em 1988, detendo por isso uma já longa experiência na promoção do desenvolvimento local, numa lógica intermunicipal. No que diz respeito à **participação em programas de desenvolvimento** financiados por fundos europeus, a Terras de Sicó evidencia uma experiência acumulada de quase 30 anos enquanto entidade acreditada no território para a gestão de fundos comunitários, dos quais são referência os seguintes:

- ✓ LEADER I (1989-1994, QCA I);
- ✓ LEADER II, PPDR - Programa Centros Rurais I, Programa Agro, Programa Agro 44 – HACCP e AMDR Centro – Agência Mudança Desenvolvimento Regional, (1994-1999, QCA II);
- ✓ LEADER +, Programa Agris – Ação 7.1 e Ação 8, PPDR - Programa Centros Rurais II e Programa Interreg III-B – Porta Natura, (2000-2006, QCA III);
- ✓ Programa de Desenvolvimento Rural - SP3 PRODER, PROVERE – EEC VILLA SICÓ, QREN – Gestão de Resíduos & Empreendedorismo nas Escolas; QREN – Bolsa de Terras, EEA Grants – Agência Portuguesa do Ambiente, nos anos de 2007 a 2013. Este último programa envolveu as seguintes medidas: Diversificação da economia e criação de emprego (com 41 projetos aprovados, 9.228.909,8€ de investimento ilegível, e 80 postos de trabalho criados) e Melhoria da qualidade de vida (54 projetos aprovados, 6.066.811,1€ de investimento elegível e 62 postos de trabalho criados).

A **estrutura organizacional adotada** na gestão de programas anteriores procurou seguir um modelo que possibilitasse a participação ativa de todos os elementos da parceria, com uma definição e segregação clara das funções técnicas e deliberativas. A forma funcional subjacente à gestão da abordagem LEADER 2007-2013 previa a existência de uma Assembleia de Parceiros, de um Órgão de Gestão (presidido pelas Terras de Sicó) a quem incumbia a gestão corrente da EDL e de uma Equipa Técnica Local, responsável por apoiar todo o trabalho do Órgão de Gestão. Esta equipa era composta por 5 colaboradores: um coordenador da equipa (também responsável pelas atividades de cooperação), um analista de projetos, um responsável pela monitorização da Estratégia e das atividades de cooperação, um administrativo e um responsável administrativo e financeiro e pelas atividades de animação da Estratégia. Convém salientar que todo o trabalho desenvolvido pela ETL foi anteriormente coadjuvado por um conjunto de serviços de suporte existentes na Terras de Sicó, e que se mantêm para o programa futuro: serviços de comunicação e informática, secretariado, centro de informação e documentação, gabinete de apoio financeiro e pessoal. No que se refere aos **recursos físicos** ao dispor da ETL, são de destacar: 1 edifício com uma sala de reuniões, 3 salas com 7 postos de trabalho, uma impressora/fotocopiadora em rede, retroprojektor e TV, uma loja preparada para atendimento ao público e uma loja para arrumos, arquivo/centro de documentação e informação. Relativamente ao parque automóvel, refira-se a existência de uma viatura ligeira de 5 lugares e uma viatura todo o terreno com 3 lugares.

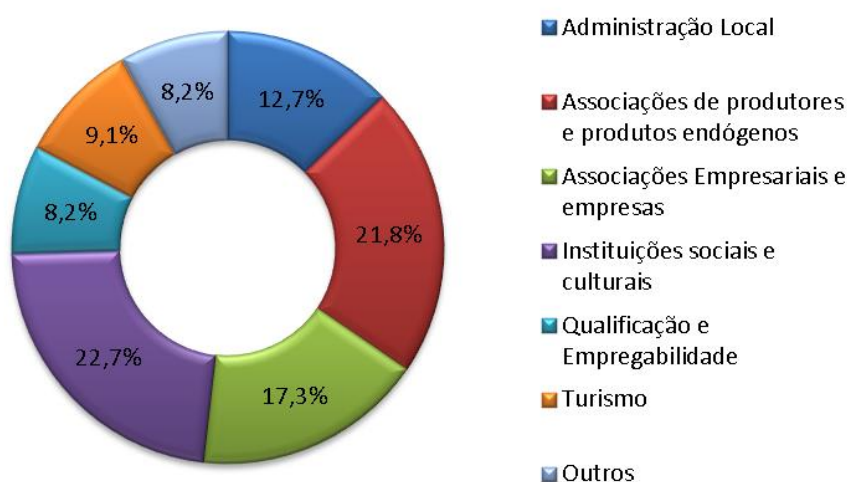
Ainda que se considere que a Associação Terras de Sicó reúne, de uma forma geral, os recursos necessários para assegurar o adequado funcionamento do GAL, incluindo o desenvolvimento de ações de animação territorial e capacitação institucional e de ações de cooperação interterritorial e transnacional para o desenvolvimento e inovação, reconhece-se a importância do reforço dos meios financeiros disponíveis para, nomeadamente, a renovação de *hardware* e *software*.

Conclui-se, deste modo, que os recursos humanos e materiais existentes (assegurados por uma adequada dotação financeira), considerando os princípios subjacentes à sua organização, assim como a vasta experiência demonstrada, certificam que a Terras de Sicó possui capacidade para implementar uma estrutura adequada para a análise, decisão e acompanhamento das operações a financiar no âmbito da presente EDL.

3.2. Apresentação e análise do GAL Terras de Sicó 2020

O GAL Terras de Sicó 2020 conta com 113 parceiros (ver Anexo 2), que são representativos das diversas áreas temáticas de interesse para a EDL e da totalidade do território envolvido. As entidades de natureza privada correspondem a 82% do total. O novo grupo de *stakeholders* representa um *upgrade* do GAL anterior, dado que o número de parceiros envolvidos é quase o triplo e é aumentada a sua representatividade em todas as áreas. No gráfico 3.1, é possível visualizar a decomposição do GAL, considerando as áreas de interesse para a EDL de Sicó.

Gráfico 3.1 – Peso relativo de cada grupo de parceiros (de acordo com as categorias assumidas)



Fonte: Edição dos autores.

Numa região onde predominam as PME, as **associações empresariais** assumem um papel fundamental, dado permitirem o incremento de escala necessário para ganhar poder negocial com fornecedores e clientes e também para a projeção nacional e internacional das empresas e dos seus produtos. Nesta categoria incluem-se as diversas associações empresariais que, em conjunto com **empresas individuais**, representam mais de 1.000 empresas.

O segundo grupo com maior peso relativo é o das **instituições sociais e culturais** (25 instituições distribuídas por todo o território). A importância deste grupo para a constituição do GAL deve-se sobretudo à proximidade destas associações aos grupos mais vulneráveis da população, uma vez que são as que diariamente lidam com os seus problemas e procuram soluções. Estas associações têm como missão a proteção de cidadãos na velhice e invalidez,

mas também o apoio à infância, aos jovens e à família, sobretudo em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Têm ainda um papel muito ativo na integração social e comunitária e no reforço das competências culturais e profissionais. Incluem-se também neste grupo associações na área da cultura e do desporto, com um papel muito importante na promoção da qualidade de vida da população.

Dada a importância do setor primário para a região de Sicó, nomeadamente agricultura e floresta, é imprescindível a inclusão de um conjunto de parceiros que represente os interesses do mesmo. É também fundamental dar destaque aos produtos endógenos de Sicó – como o queijo, o vinho, o azeite, o chicharo, entre outros. Note-se que as **associações de produtores** que pertencem ao GAL são verdadeiramente representativas das atividades que englobam: floresta – cerca de 1.800 associados; cooperativas agrícolas – mais de 20.000 associados; azeite – 400 associados; vinho – 400 associados; queijo – 200 associados.

Dada a importância do **turismo** para a região de Sicó e da sua importância na EDL, a inclusão na parceira de diversas entidades com profundo conhecimento deste setor é fulcral para o sucesso da EDL. O GAL integra por isso a Região de Turismo do Centro e empresas que correspondem a diversas áreas associadas ao turismo como sejam o alojamento, a restauração e a promoção de atividades turísticas .

No que respeita à **qualificação**, o GAL conta com parceiros que representam o setor privado e o setor público, o ensino geral e profissionalizante e também os diferentes graus de ensino, incluindo o ensino superior, fundamental para a maior interação entre as empresas e o meio académico. Na **empregabilidade**, é de destacar a presença do IEFP.

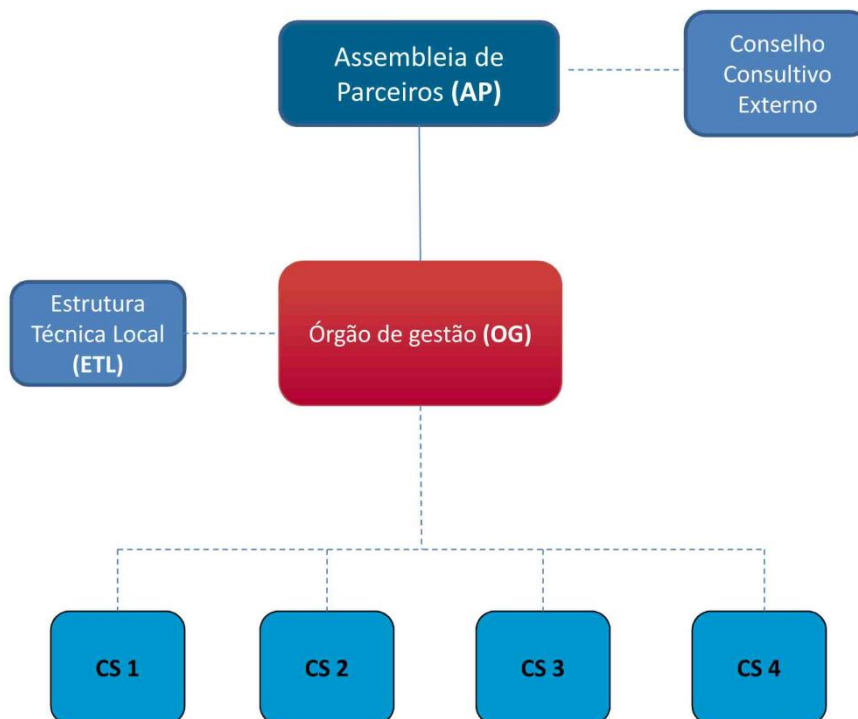
Por fim, todo o território está representado no que respeita à **administração local**, visto contemplar os 6 municípios e adicionalmente 8 juntas de freguesia.

3.3. Modelo Organizacional

Considerando o espírito *bottom-up* que deve presidir no DLBC, e salvaguardada a necessária separação de funções entre órgãos de natureza deliberativa e executiva, o modelo

organizacional proposto (Figura 3.1) procura garantir que toda a parceria é envolvida no mecanismo de monitorização e de avaliação interna da EDL.

Figura 3. 1 – Esquema organizacional proposto



Fonte: Edição dos autores.

Os órgãos e funções previstos nesta estrutura são:

- **Assembleia de Parceiros (AP)** - deve assumir a liderança do processo de formulação e implementação estratégica, assegurando o envolvimento de todos os parceiros. Inclui um representante de cada membro da Parceria. Compete-lhe tomar as principais decisões inerentes à execução e monitorização da EDL, nomeadamente, aprovar: a EDL e as respetivas alterações, caso existam; os critérios definidos para avaliação e seleção de projetos; o plano anual de atividades de animação da EDL; os relatórios de execução anual e final da EDL. Deve ainda eleger e destituir os membros do Órgão de Gestão (OG), bem como dos conselhos consultivos setoriais (CS), cujas funções se descrevem de seguida.

- **Órgão de Gestão (OG)** – executivo, composto por 9 membros da Parceria, eleitos pela AP, desempenhará as funções de gestão corrente da EDL, encontrando-se subordinado às deliberações da Assembleia de Parceiros. Compete a este órgão: garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL e a participação dos parceiros na implementação,

acompanhamento e avaliação da EDL definida; proceder a propostas de alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos; definir os critérios de seleção a aplicar; decidir sobre a aprovação das candidaturas, com base nos pareceres emitidos pela ETL; coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição; apresentar à autoridade de gestão os pedidos de apoio e pedidos de pagamento; submeter à aprovação da autoridade de gestão as propostas dos avisos de abertura de concursos; apresentar os relatórios de execução anual da EDL para aprovação da AP e representar o GAL.

O OG será apoiado pelo trabalho desenvolvido pela **Estrutura Técnica Local (ETL)**. Esta deve ser composta por uma equipa de reduzida dimensão, com pelo menos um gestor de projetos, e que desempenhe funções de carácter técnico, nomeadamente: preparar o manual de procedimentos; implementar o modelo de monitorização e emitir alertas sobre a execução das medidas; preparar relatórios de execução regulares para o OG; elaborar e implementar o plano anual de atividades de animação da EDL; elaborar os relatórios de avaliação interna da EDL; acompanhar e apoiar o desenvolvimento de projetos; acompanhar e preparar toda a documentação de suporte às reuniões dos vários órgãos (AP, OG, CS).

- **Conselho Consultivo Externo:** composto pelos membros da equipa de coordenação técnica (IPL) que elaborou a EDL, responsável por analisar e emitir parecer acerca do progresso de implementação da EDL ao final dos primeiros 2 anos de execução (ou antes da avaliação intermédia por parte da autoridade de gestão do DLBC) e no final do período de vigência da EDL.

- **Conselhos consultivos setoriais (CS):** um por cada área de intervenção, compostos por 5 membros – 1 pertencente ao OG e 4 membros da parceria com conhecimento no eixo de intervenção correspondente. Compete-lhes a emissão de um parecer sobre o contributo para a EDL de cada projeto candidato, através de pontuação considerada na grelha de avaliação.

4. Diagnóstico da situação no território de Sicó

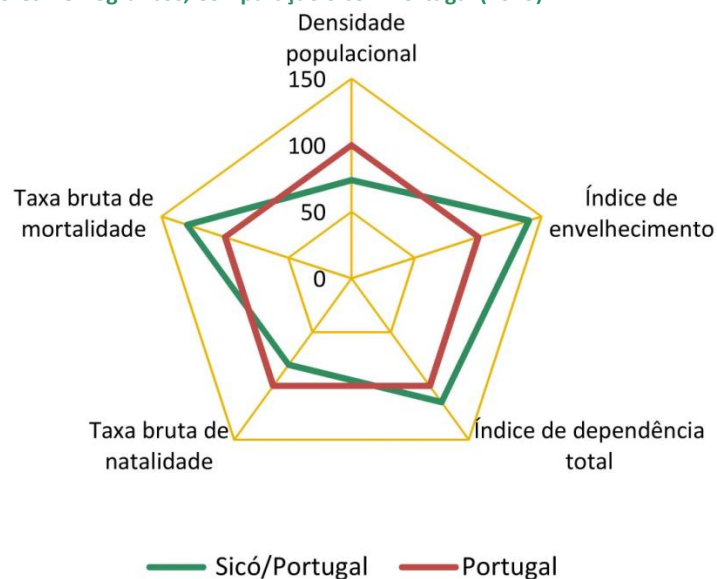
Este capítulo visa apresentar o diagnóstico da situação no território de Sicó, analisando um conjunto de indicadores que se encontram organizados em 4 dimensões: Inclusão Social, Empregabilidade e Qualificação, Competitividade e Ambiente e Sustentabilidade e que serão examinados em termos evolutivos e por comparação com o país e a região Centro.

4.1. Inclusão Social

Para a caracterização do território em termos sociais, serão aqui considerados indicadores demográficos, de poder de compra, de apoio social e de saúde.

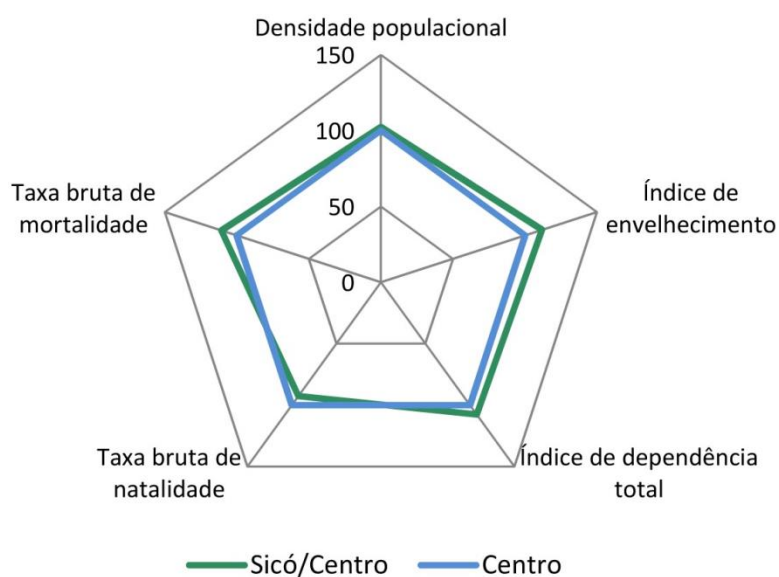
À data dos últimos Censos (2011), a população residente em Sicó era de 117.938, tendo diminuído 2,8% face aos Censos de 2001, e correspondendo a cerca de 1,12% do total de população do país. A diminuição da população é superior à registada na região Centro (0,89%) em igual período e contrária ao verificado em Portugal, onde se registou uma taxa de crescimento da população de 1,98%. Para este fator contribui uma menor taxa bruta de natalidade e uma maior taxa bruta de mortalidade do que as observadas na região Centro e no país, bem como um saldo migratório negativo. É ainda de notar que o envelhecimento da população em Sicó é superior ao observado para o todo nacional e para a região Centro, conforme se pode constatar pelos valores dos índices de envelhecimento e de dependência total da região (Tabela 4.1). A percentagem de população de nacionalidade estrangeira e de famílias monoparentais, à data dos últimos censos, é inferior à da região Centro e da média nacional.

Gráfico 4.1– Indicadores Demográficos, Comparação Sicó – Portugal (2013)



Fonte: INE; CCDRC (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 2– Indicadores Demográficos, Comparação Sicó – Centro (2013)

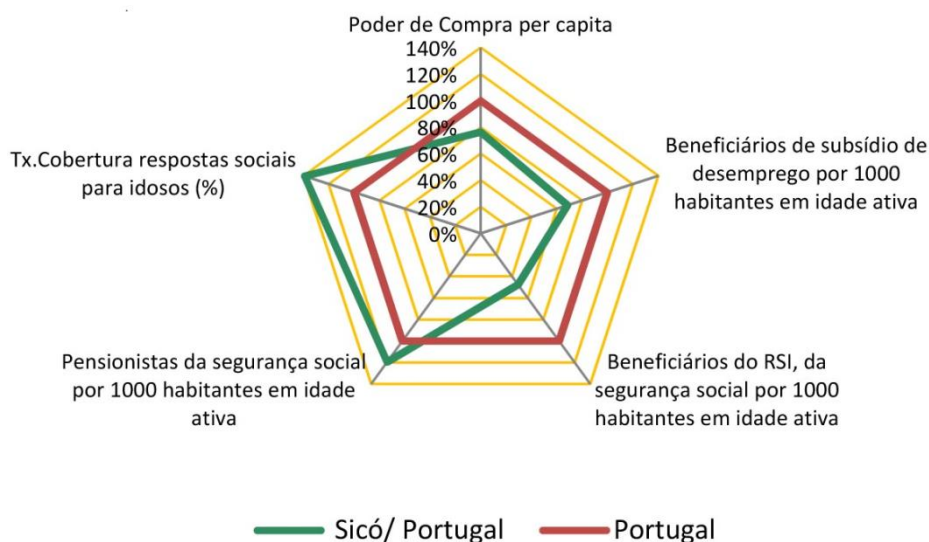


Fonte: INE; CCDRC (cálculos dos autores).

Verifica-se que o poder de compra da população residente em Sicó é 23,8% inferior ao da média nacional, sendo também inferior ao registado na região Centro. Por seu lado, o número de beneficiários de subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção (RSI), por mil habitantes em idade ativa, é inferior ao da região Centro e da média nacional. Pelo contrário, e em linha com os indicadores demográficos, o número de pensionistas da Segurança Social por

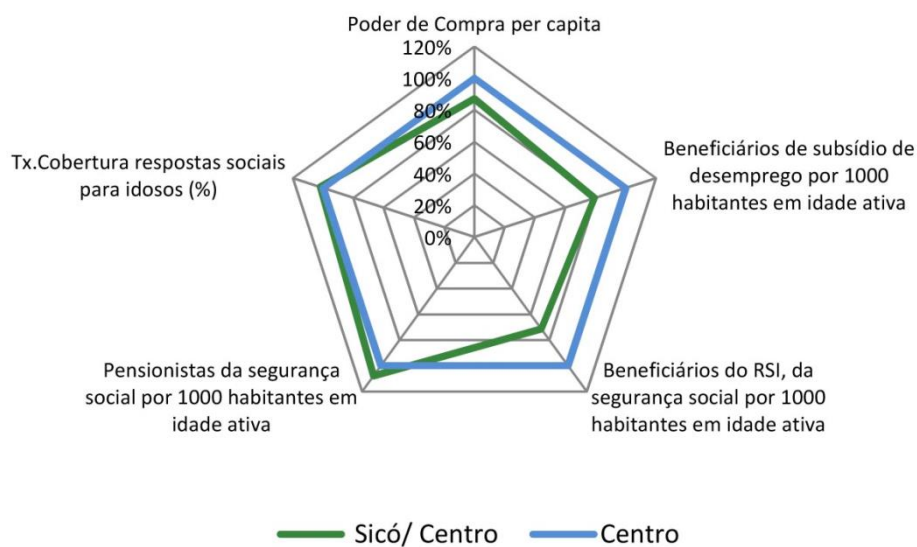
mil habitantes em idade ativa é maior em Sicó (408,1) do que na região Centro (377,9) e na média nacional (341,2).

Gráfico 4. 3– Indicadores de condição económica e social, Comparação Sicó – Portugal (2012)



Fonte: INE; CCDRC (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 4– Indicadores de condição económica e social, Comparação Sicó – Centro (2012)

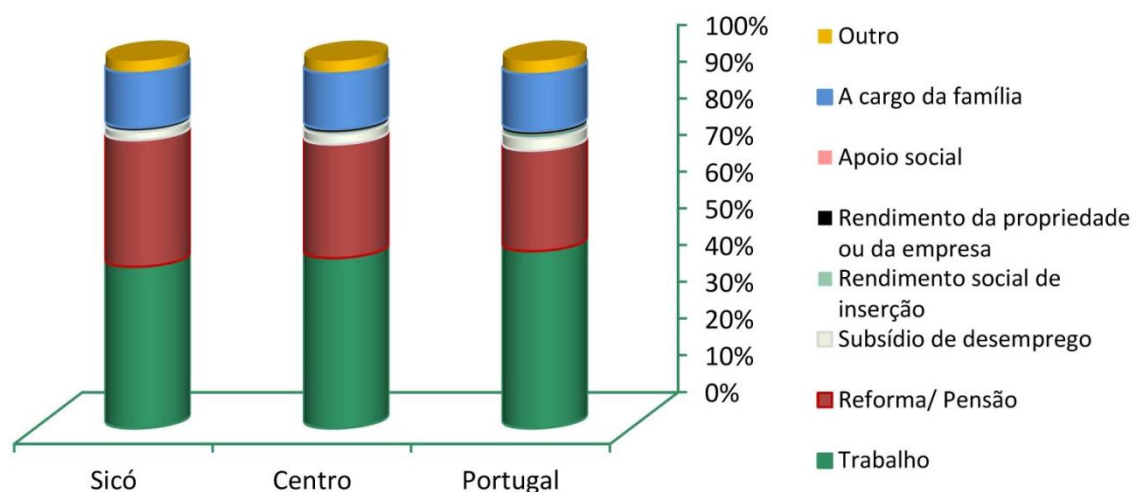


Fonte: INE; CCDRC (cálculos dos autores).

A taxa de cobertura das respostas sociais para idosos é, em Sicó, semelhante à da região Centro (17% e 16,7%, respetivamente) mas superior à média nacional (12,2%).

O principal meio de vida da população residente em Sicó, com 15 e mais anos de idade, é o trabalho. No entanto, o peso das reformas/pensões é maior em Sicó do que nas outras unidades territoriais de referência, ao contrário do que se verifica com o peso do subsídio de desemprego e do RSI (Gráfico 4.5).

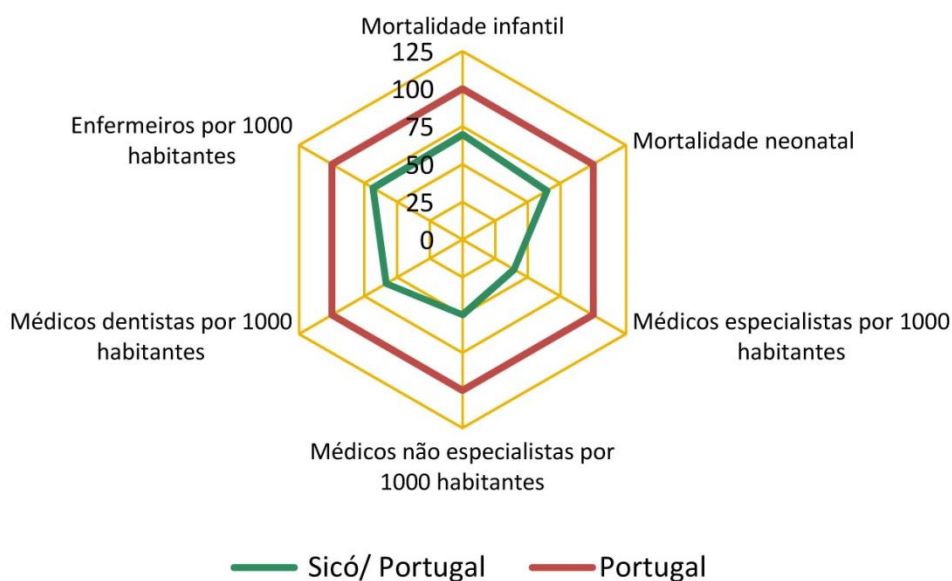
Gráfico 4.5 – Distribuição da população residente com 15 e mais anos de idade por principal meio de vida (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

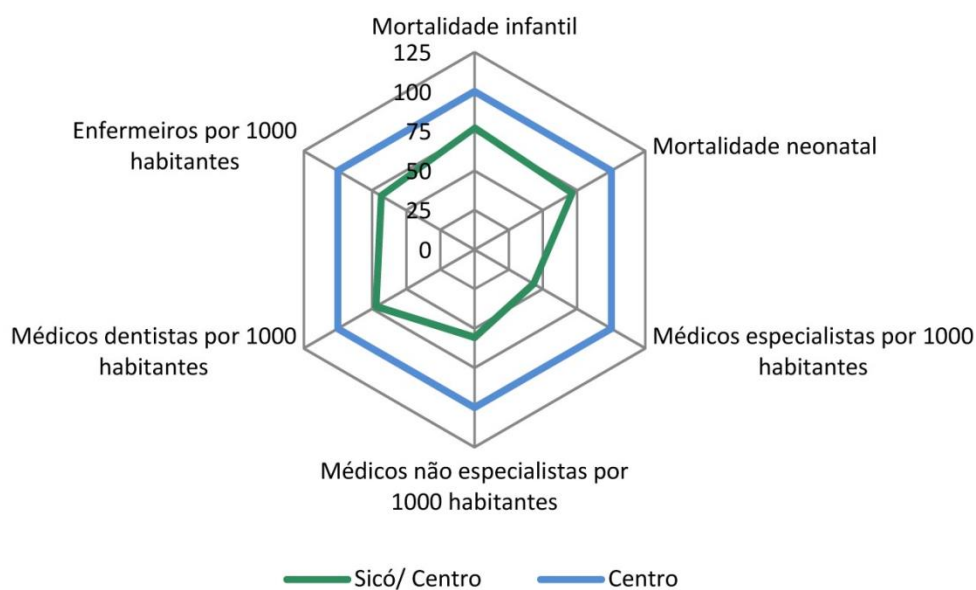
Os dados relativos à saúde são também indicadores importantes sobre as condições de vida das populações. Segundo os Censos, em Sicó, a proporção da população com pelo menos uma dificuldade é superior à média nacional e regional. Relativamente a recursos de saúde, e apesar do aumento verificado, Sicó continua a ter uma menor disponibilidade de médicos e enfermeiros para servir a sua população, embora sem reflexos nas taxas de mortalidade infantil e neonatal, sendo ambas inferiores às registadas em Portugal e na região Centro. Por outro lado, Sicó possui mais Centros de saúde, por mil habitantes, do que a média nacional – Tabela 4.1.

Gráfico 4. 6– Indicadores de Saúde, Comparação Sicó – Portugal (ano mais recente)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 7– Indicadores de Saúde, Comparação Sicó – Centro (ano mais recente)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Tabela 4.1 – Indicadores Demográficos e de Condições de vida

INCLUSÃO SOCIAL						
Indicador	ano de referência	Sicó		Centro	Portugal	
		no ano de referência	Taxa de variação média anual			
Demografia	População residente (n ^o)	2011	117.938	-0,28%	2.327.755	10.562.178
	Taxa bruta de natalidade (‰)	2013	6,4‰	-3,9%	6,9‰	7,9‰
	Taxa bruta de mortalidade (‰)	2013	13,2‰	1,14%	12‰	10,2‰
	Densidade populacional (hab/km ²)	2011	78,6	n.d.	82,1	114,3
	Saldo migratório (‰)	2013	-1,15‰	n.d.	-2,67‰	-3,47‰
	Índice de envelhecimento (base 100)	2013	190,7	2,25%	170,3	136
	Índice de dependência total (base 100)	2013	60,4	0,23%	56,1	52,5
	População com pelo menos uma dificuldade (%)	2011	23,97%	n.d.	20,66%	17,79%
	Núcleos familiares monoparentais (%)	2011	11,18%	n.d.	12,55%	14,89%
	População residente de nacionalidade estrangeira (%)	2011	2,13%	n.d.	2,36%	3,74%
Condições de Vida	Poder de compra <i>per capita</i> , Portugal =100	2011	76,2	1,66%	87,5	100
	Beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, por 1000 habitantes em idade ativa (n ^o)	2012	49,0	7,95%	61,7	71,4
	Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), por 1000 habitantes em idade ativa (n.º)	2012	21,1	-0,9%	30,6	47
	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção com menos de 25 anos (%)	2012	43,4%	0,31%	45,7%	47,4%
	Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (n.º)	2012	407	0,93%	375	338
	Taxa de cobertura das respostas sociais para idosos (%)	2012	17%	4,84%	16,7%	12,2%
Condições de Saúde	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)	2008-2012	2,2‰	n.d.	2,9‰	3,2‰
	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)	2008-2012	1,4‰	n.d.	1,9‰	2,1‰
	Médicos especialistas, por 1000 habitantes (n.º)	2013	1,2	3,98%	2,78	3,05
	Médicos não especialistas, por 1000 habitantes (n.º)	2013	0,8	n.d.	1,45	1,61
	Médicos dentistas, por 1000 habitantes (n.º)	2013	0,42	8,79%	0,58	0,72
	Enfermeiros por 1000 habitantes (n.º)	2012	4,2	11,8%	6,2	6,2
	Centros de saúde por 1000 habitantes (n ^o)	2012	0,05	n.d.	0,05	0,04

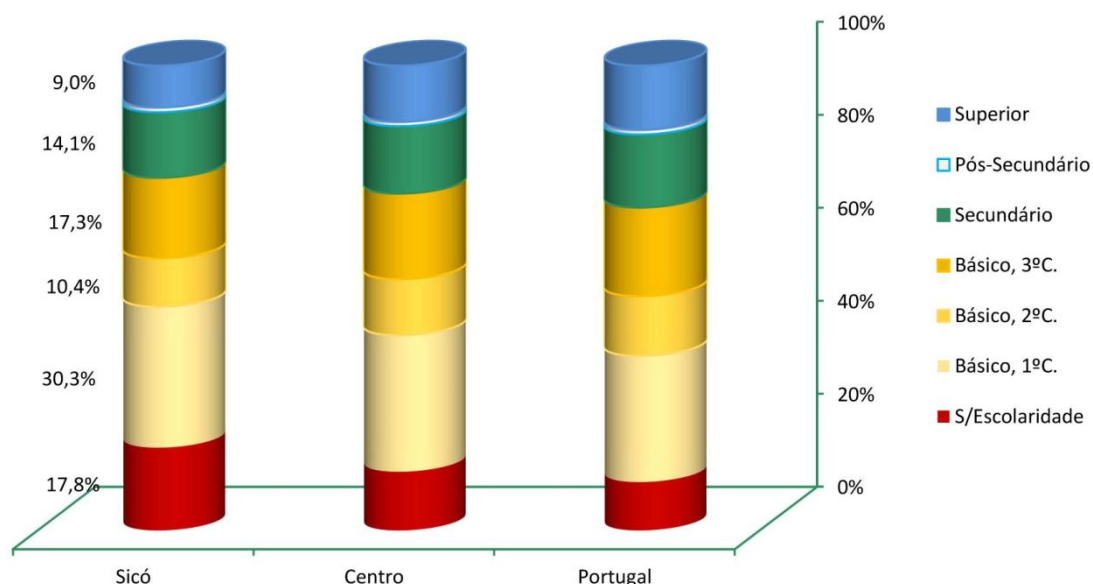
Fonte: INE; CCDRC (cálculos dos autores).

4.2. Empregabilidade e Qualificação

4.2.1 Educação

A qualificação da população é fundamental à promoção de maiores níveis de produtividade, empregabilidade e competitividade regional, bem como à melhoria do nível de vida, via maiores salários. No gráfico 4.8 é visível o reduzido nível de escolaridade dos habitantes de Sicó (2011), sendo que cerca de 18% da população com mais de 15 anos não possui sequer o 1º ciclo do ensino básico. Só 24% da população em Sicó tem um nível de escolaridade igual ou superior ao ensino secundário, sendo que para Portugal os valores são superiores a 30%.

Gráfico 4. 8– Distribuição da população pelos níveis de escolaridade (2011)



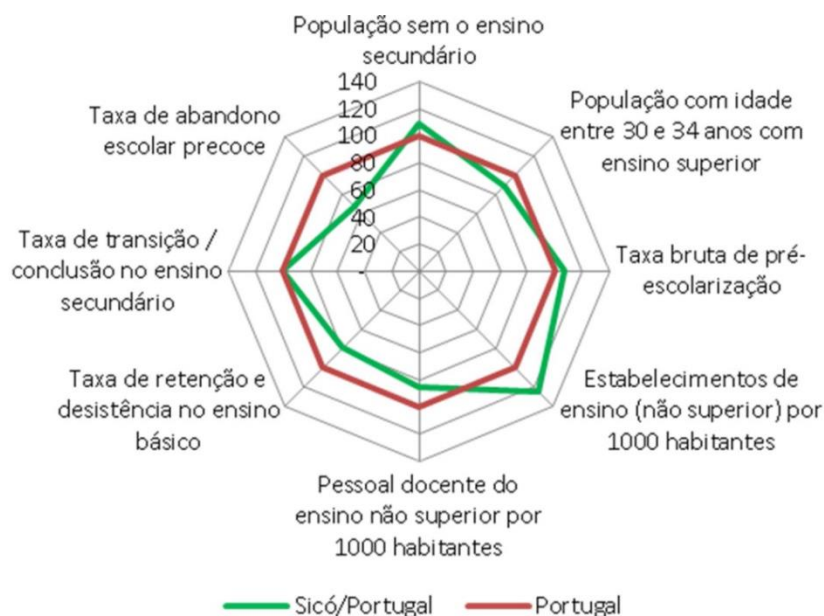
Fonte: INE (cálculos dos autores).

Adiante-se ainda que os reduzidos níveis de qualificação se devem sobretudo à população inativa da região de Sicó. No entanto, o cenário seria claramente pior se o ano de análise fosse o de 2001. De facto, as regiões analisadas apresentam acréscimos na população com ensino secundário à volta dos 10 p.p. e a taxa de variação é maior em Sicó, apontando para alguma convergência face às restantes regiões.

É importante notar que todos os territórios analisados se encontram bastante aquém da meta de 2020 de 40% da população com idade compreendida entre os 30 e 34 anos possuir o ensino

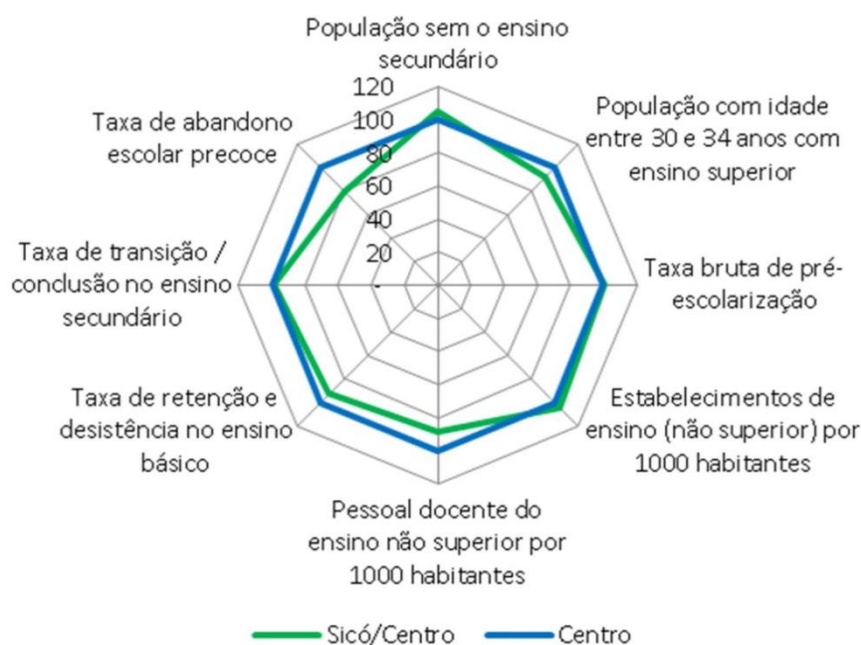
superior, sendo que em Sicó, essa distância é ainda mais significativa. Quanto a indicadores de oferta ao nível do ensino, o número de estabelecimentos por 1.000 habitantes é superior, em todos os níveis de ensino, para o caso da região de Sicó, embora haja menos docentes por mil habitantes em Sicó do que em Portugal ou no Centro.

Gráfico 4. 9– Indicadores da Educação, Comparação Sicó/Portugal (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 10– Indicadores da Educação, Comparação Sicó/Centro (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Como é possível constatar pelos valores da taxa de retenção e desistência, o sucesso no ensino básico, em Sicó, foi superior às restantes regiões de análise. No que respeita à taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular, não se verificam diferenças significativas. Adicionalmente, a taxa de abandono escolar precoce é, em 2011, menor nos concelhos que compõem a região de Sicó (14,9%) do que no país (22,1%) ou na região Centro (18,8%) (ainda que seja superior à meta europeia para 2020 – taxa inferior a 10%).

Tabela 4. 2 – Indicadores sobre Educação

EDUCAÇÃO					
Indicador	ano de referência	Sicó		Centro	Portugal
		no ano de referência	Taxa de variação média anual		
População sem o ensino secundário (%)	2011	75,90%	-1,21%	72,50%	69,50%
População com idade entre 30 e 34 anos com ensino superior (%)	2011	25,50%	n.d.	27,70%	28,60%
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	2011	97,10%	n.d.	97,00%	90,90%
Estabelecimentos de ensino (não superior) por 1000 habitantes	2011	1,70	-4,93%	1,63	1,36
Pessoal docente do ensino não superior por 1000 habitantes	2011	14,05	-1,43%	15,94	16,4
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	2011	7,90%	19,89%	8,50%	9,90%
Taxa de transição / conclusão no ensino secundário (%)	2011	79,90%	-0,28%	81,10%	79,90%
Taxa de abandono escolar precoce (%)	2011	14,90%	n.d.	18,80%	22,10%

Fonte: INE (cálculos dos autores).

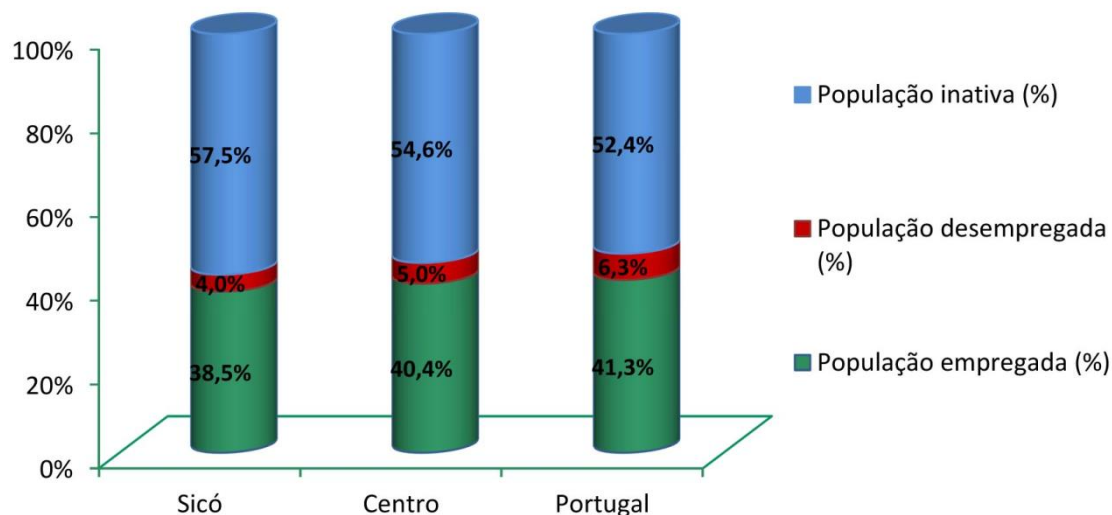
4.2.2 Mercado de Trabalho

Na região de Sicó, em 2011, a população inativa atingia valores superiores a 50% do total da população. Uma vez que a percentagem de população com idade inativa é muito semelhante nas 3 unidades territoriais de análise, conclui-se que Sicó apresenta maior percentagem de população com idade ativa na inatividade do que a média nacional.

Em 2011, 39% da população total de Sicó estava empregada e 4% desempregada – o que equivale a uma taxa de desemprego de 9,5% (face à população ativa) e corresponde a 4.772 pessoas. Quer em relação ao total da população, quer em relação à população ativa, o

desemprego em Sicó encontra-se abaixo dos valores apresentados para todo o país e para o Centro.

Gráfico 4. 11– Distribuição da população face à situação ativa (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Os trabalhadores por conta de outrem estão sobretudo afetos ao setor terciário. No entanto constata-se que a % de trabalhadores no setor secundário é superior à verificada no país e no Centro. Refira-se ainda que o aumento observado do peso do setor primário (Tabela 4.3) resultou da criação de emprego neste setor de atividade. Os trabalhadores com o ensino secundário ou superior correspondem a apenas 32% do total de trabalhadores, valor que se encontra aquém do apresentado para o país e para a região Centro. Ainda assim, este indicador apresenta uma evolução favorável dado que, em 2008, correspondiam a apenas 26,4%.

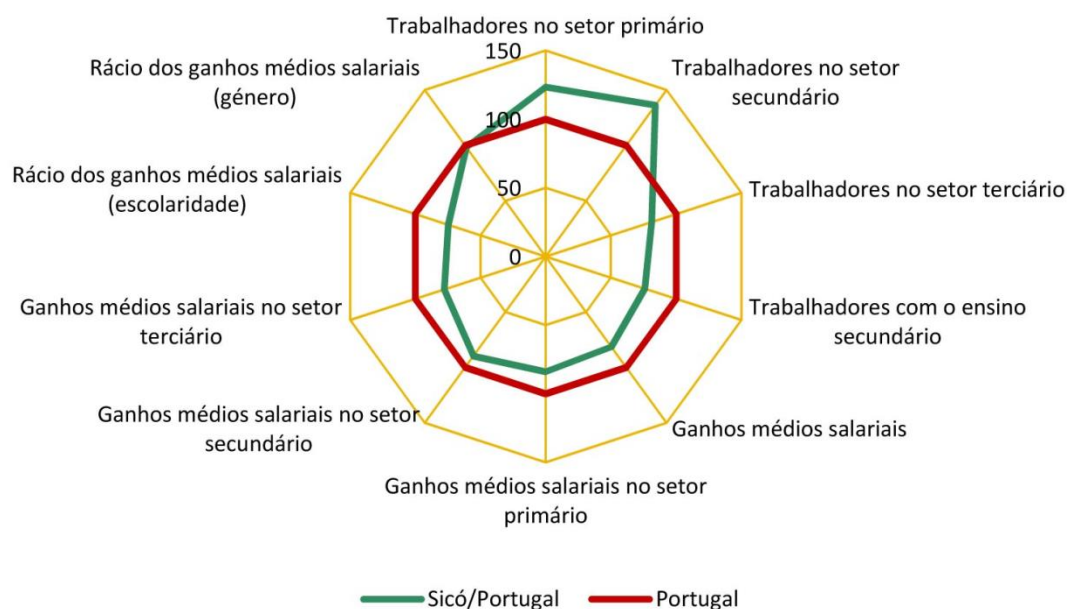
No que respeita aos ganhos médios salariais, é importante notar que, na região de Sicó e em 2011, se recebia, em média, cerca de 200€ a menos do que no país e 50€ a menos do que no Centro. Estas diferenças estão associadas a diferenças na produtividade aparente do trabalho, pelo que os reforços salariais deverão passar por incrementos da produtividade, por forma a não penalizar a competitividade das empresas. Ainda que não tendo verificado convergência, de 2007 para 2011, a média salarial aumentou em cerca de 100€.

Em Sicó, tal como na região Centro, a média salarial mais elevada é a do setor secundário. Nas 3 unidades territoriais de referência, o setor primário apresenta remunerações médias aquém das observadas nos restantes setores (corresponde, em Sicó, a 77% da média salarial geral).

Os trabalhadores com maiores níveis de escolaridade recebem, em média, 79% mais do que o valor recebido por trabalhadores menos qualificados no país. Este valor é bastante inferior no caso de Sicó e justifica-se pelo facto do salário de trabalhadores menos qualificados ser mais próximo entre as regiões estudadas do que os salários de trabalhadores mais qualificados. Sublinhe-se a descida significativa deste rácio entre 2008 e 2011 que ficou devida ao facto de trabalhadores com menores níveis de escolaridade terem visto os seus salários aumentar, enquanto os trabalhadores com o ensino superior viram os salários médios diminuir ligeiramente. Por último, constata-se que os trabalhadores do sexo masculino, em Sicó, recebem cerca de 24% mais do que trabalhadores do sexo feminino.

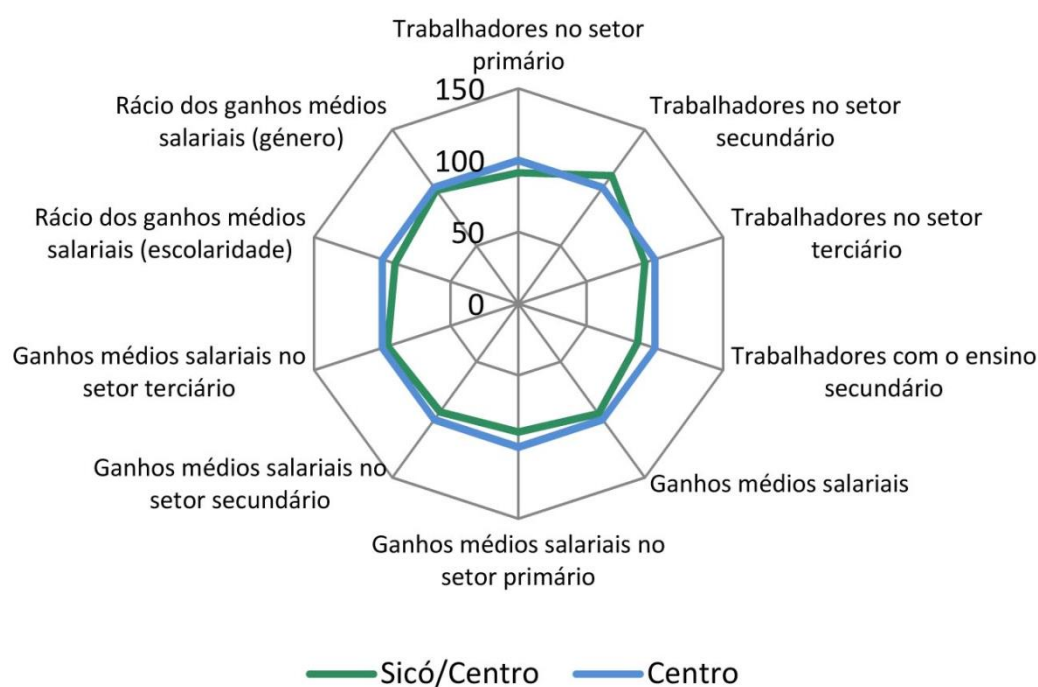
Nos gráficos seguintes fica patente que a região de Sicó apresenta indicadores de emprego mais próximos dos da região Centro do que da média nacional.

Gráfico 4. 12– Indicadores do Emprego, Comparação Sicó/Portugal (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 13– Indicadores do Emprego, Comparação Sicó/Centro (2011)



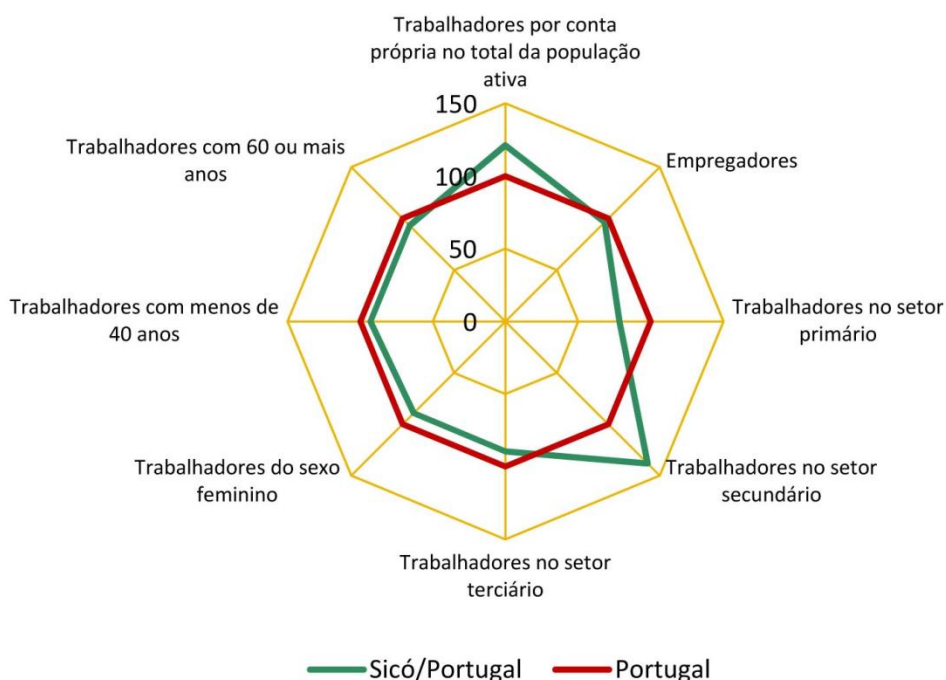
Fonte: INE (cálculos dos autores).

O emprego público corresponde a 7,2% do total da população ativa de Sicó. Este tipo de emprego verificou, de 2011 para 2013, uma quebra de 8% sobretudo devida à redução de profissionais da educação, acompanhando a tendência registada para as restantes regiões. O emprego público apresenta ainda ganhos médios salariais superiores (face ao privado), o que acompanha um maior nível de qualificação dos trabalhadores.

No que respeita aos trabalhadores por conta própria, em Sicó estes correspondem a cerca de 18% do total da população ativa (mais do que na média nacional e na região Centro) e, destes, cerca de 60% são empregadores. Este tipo de emprego é particularmente importante no setor terciário, embora seja também de realçar o setor secundário, que emprega proporcionalmente mais população nesta região do que no Centro e no país. De referir ainda que os trabalhadores do sexo feminino estão em clara minoria. A maioria dos trabalhadores por conta própria tem entre 40 e 60 anos, à semelhança do observado no país e no Centro.

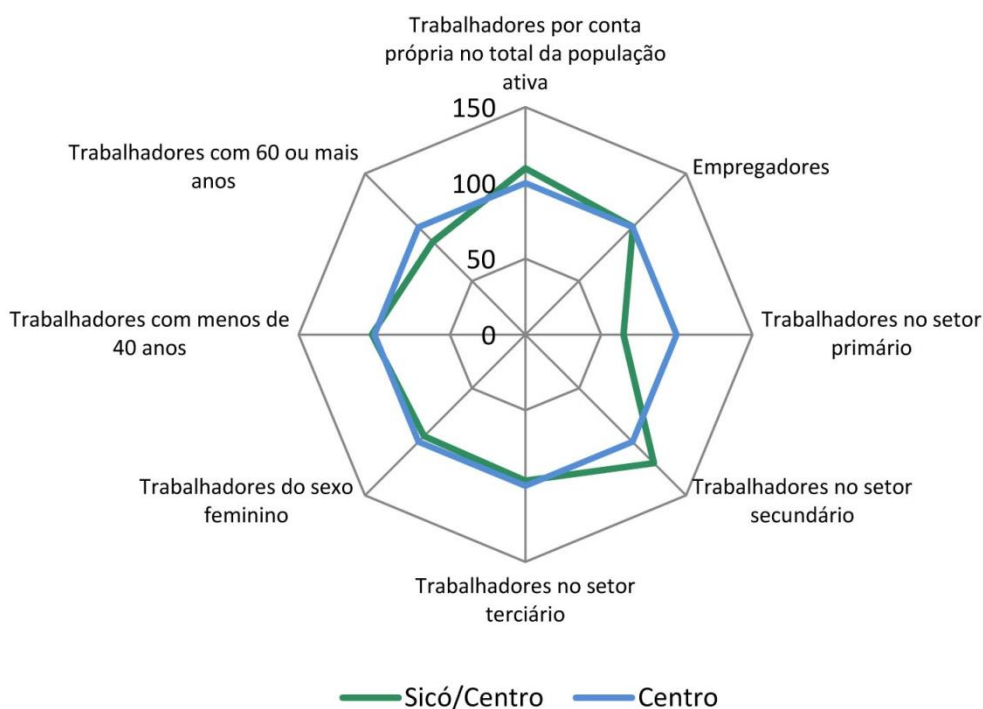
Perfil do empreendedor em Sicó – do sexo masculino; com idade compreendida entre os 45 e 49 anos; no setor terciário; trabalha mais de 40 horas semanais e emprega outros trabalhadores.

Gráfico 4. 14– Indicadores do Emprego – trabalhadores por conta própria, Comparação Sicó/Portugal (2011)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 15– Indicadores do Emprego – trabalhadores por conta própria, Comparação Sicó/Centro (2011)



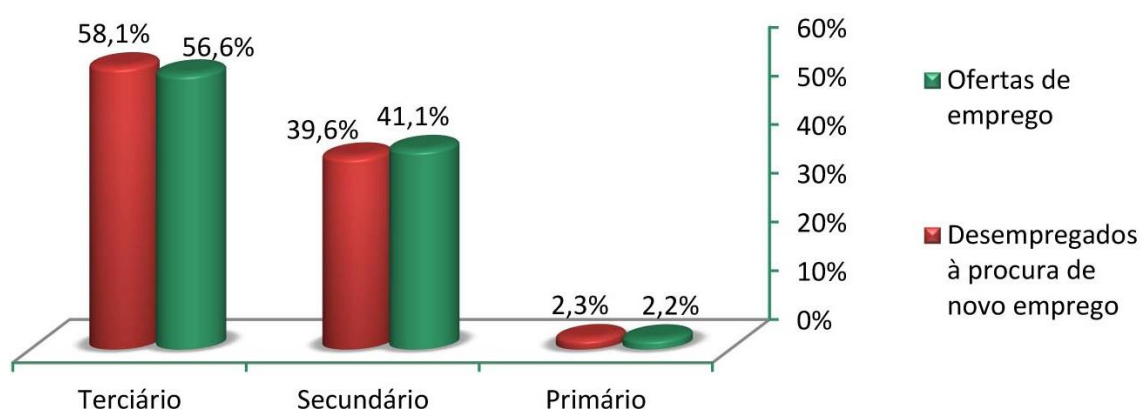
Fonte: INE (cálculos dos autores).

Conforme referido acima, Sicó apresenta uma menor % de desempregados no total da população do que a média da região Centro e do país. Ainda assim, verifica-se uma tendência

ascendente desta percentagem para todas as regiões analisadas. A maioria da população desempregada é do sexo feminino e não tem o ensino secundário. A percentagem de desempregados que estão há um ou mais anos nessa situação é ligeiramente menor em Sicó do que nas restantes regiões analisadas. Ainda assim, e uma vez que reflete a dificuldade em encontrar um novo emprego, é um indicador preocupante dado verificar uma taxa de variação média anual próxima de 10%. Os desempregados, na sua maioria, tiveram já um emprego anterior, sendo a % de desempregados à procura de um novo emprego de cerca de 10% para as 3 unidades territoriais em apreço.

As ofertas de emprego em Sicó são manifestamente insuficientes e verificam-se num rácio de 1 oferta para cada 7 desempregados (com tendência para diminuir). Ao analisar o número de desempregados por colocação, os valores são mais otimistas, refletindo que algumas das colocações de desempregados da região são efetuadas noutros territórios. Adicionalmente, é possível verificar uma proximidade entre as % de oferta e procura de emprego por setor de atividade, o que não acontece para o país ou para o Centro, onde há mais ofertas/desempregado no setor primário e menos no setor secundário. De notar que o desemprego aumentou claramente em todos os setores, mas a taxa de variação no setor terciário foi o dobro da do setor secundário.

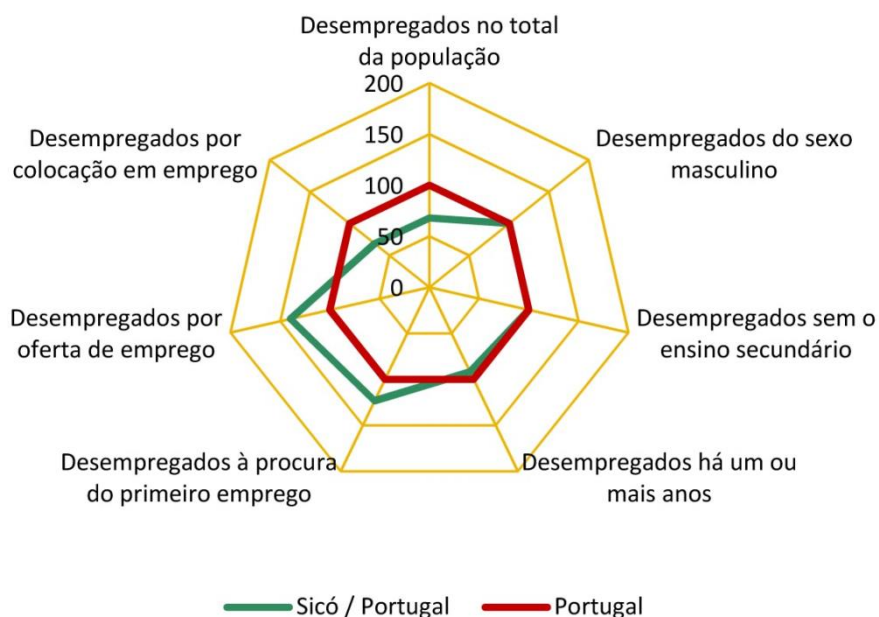
Gráfico 4. 16– Distribuição setorial das ofertas de emprego e dos desempregados à procura de novo emprego, Sicó (2013)



Fonte: PORDATA, IEFP (cálculos dos autores).

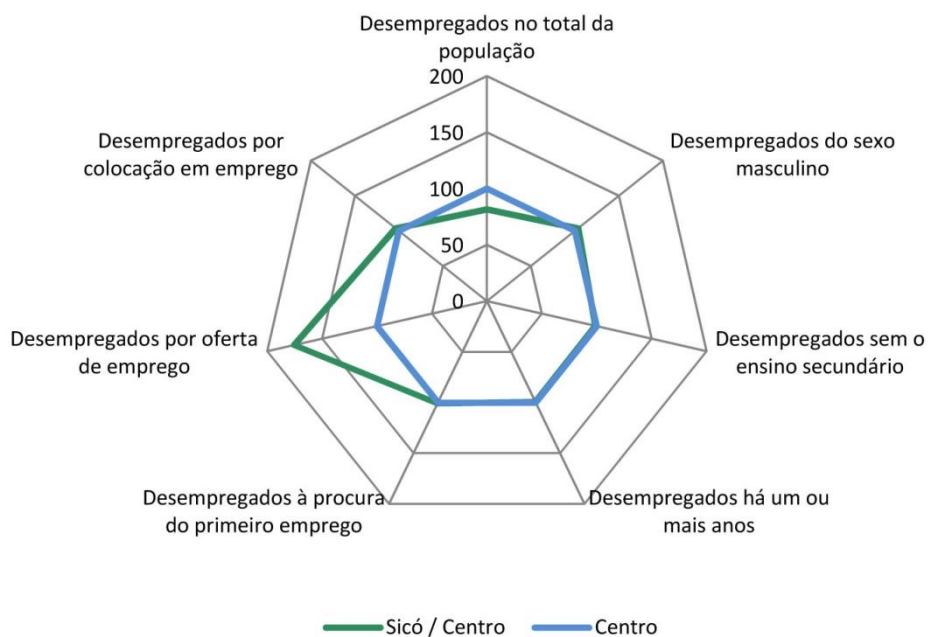
Perfil do desempregado em Sicó – do sexo feminino; com idade entre os 35 e 54 anos; 3º ciclo do ensino básico; desempregado há menos de um ano; à procura de um novo emprego; situação de desemprego resultante do término de anterior contrato; empregue anteriormente no setor terciário.

Gráfico 4. 17– Indicadores do Desemprego, Comparação Sicó /Portugal (2013)



Fonte: IEFP (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 18– Indicadores do Desemprego, Comparação Sicó /centro (2013)



Fonte: IEFP (cálculos dos autores).

Tabela 4. 3 – Indicadores sobre Empregabilidade

EMPREGABILIDADE						
Indicador	ano de referência	Sicó		Centro	Portugal	
		no ano de referência	Taxa de variação média anual			
Emprego privado por conta de outrem	Trabalhadores no setor primário (%)	2011	2,10%	11,67%	2,30%	1,70%
	Trabalhadores no setor secundário (%)	2011	44,90%	-2,30%	40,60%	33,00%
	Trabalhadores no setor terciário (%)	2011	53,00%	1,87%	57,10%	65,30%
	Trabalhadores sem o ensino secundário (%)	2011	68,0%	-1,77%	63,40%	57,90%
	Ganhos médios salariais (€)	2011	883,4	3,00%	931,1	1084,6
	Ganhos médios salariais no setor primário (€)	2011	680,42	2,27%	761,54	810,43
	Ganhos médios salariais no setor secundário (€)	2011	894,57	4,55%	959,13	997,37
	Ganhos médios salariais no setor terciário (€)	2011	881,96	1,66%	917,84	1.135,73
	Rácio dos ganhos médios salariais entre trabalhadores com e sem ensino secundário	2011	1,33	-3,33%	1,47	1,79
	Rácio dos ganhos médios salariais entre homens e mulheres	2011	1,24	2,30%	1,27	1,26
	Rácio dos ganhos médios salariais no setor primário face ao total dos 3 setores	2011	0,77	-0,63%	0,82	0,75
Emprego privado por conta própria	Trabalhadores por conta própria no total da população ativa (%)	2011	18,00%	n.d.	16,40%	14,80%
	Empregadores (%)	2011	59,60%	n.d.	59,20%	61,60%
	Trabalhadores no setor primário (%)	2011	5,70%	n.d.	8,90%	7,30%
	Trabalhadores no setor secundário (%)	2011	31,90%	n.d.	26,60%	23,10%
	Trabalhadores no setor terciário (%)	2011	62,30%	n.d.	64,60%	69,60%
	Trabalhadores do sexo feminino (%)	2011	33,70%	n.d.	35,50%	37,70%
	Trabalhadores com menos de 40 anos (%)	2011	30,40%	n.d.	29,90%	32,70%
	Trabalhadores com 60 ou mais anos (%)	2011	12,60%	n.d.	14,50%	13,50%
Emp. público	Trabalhadores do emprego público no total da população ativa (%)	2011	7,20%	n.d.	8,90%	12,20%
	Trabalhadores sem o ensino secundário (%)	2011	31,40%	-1,70%	29,30%	33,70%
	Ganhos médios salariais (€/mês)	2011	1.448,20	-1,66%	1.582	1.599,90
Desemprego	Desempregados no total da população (%)	2013	4,50%	12,03%	5,50%	6,60%
	Desempregados do sexo masculino (%)	2013	49,20%	5,25%	47,40%	49,10%
	Desempregados sem o ensino secundário (%)	2013	60,30%	-3,45%	61,00%	60,30%
	Desempregados há um ou mais anos (%)	2013	41,40%	9,70%	41,70%	45,00%
	Desempregados à procura do primeiro emprego (%)	2013	11,00%	-1,33%	10,90%	8,90%
	Desempregados por oferta de emprego (nº)	2013	7,20	0,26	4,10	5,10
	Desempregados por colocação em emprego (nº)	2013	5,90	0,05	5,70	8,60

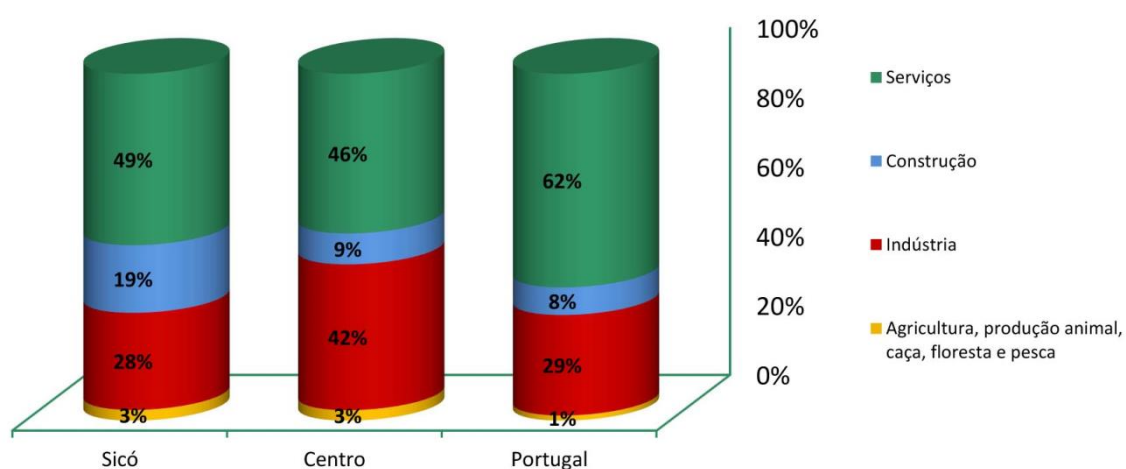
Fonte: INE; DGAEP – DEEP; IEFP (cálculos dos autores).

4.3. Competitividade

4.3.1 Composição estrutural da atividade económica

A estrutura setorial das atividades económicas desenvolvidas na região de Sicó, mensurada através da distribuição do VAB por setor de atividade, demonstra uma forte especificidade regional.

Gráfico 4. 19– Distribuição do VAB por setores de atividade económica (%) (2012)

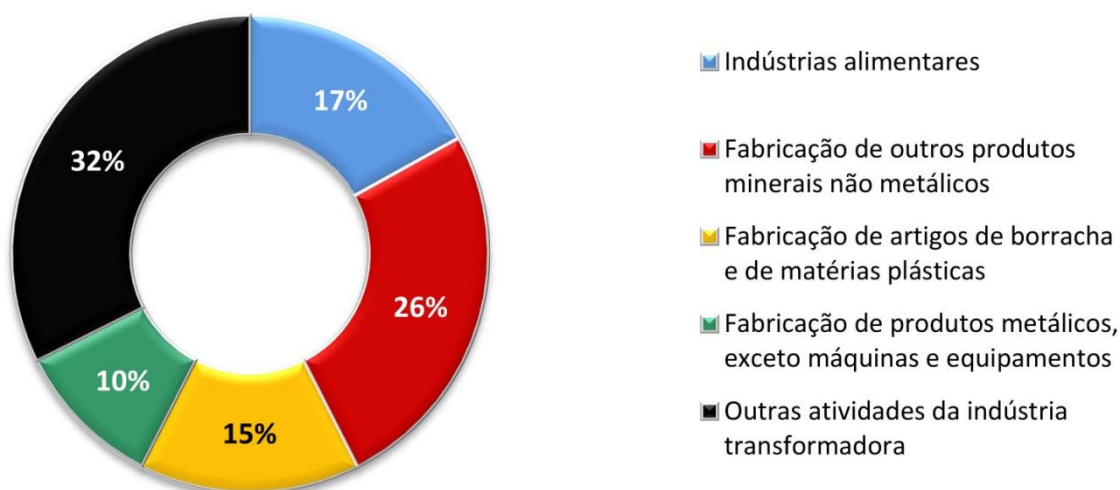


Fonte: INE (cálculos dos autores).

As diferenças estruturais referentes à composição do VAB são evidentes, sendo de realçar os setores primário e da construção, nos quais a concentração do VAB da região é mais do que o dobro da verificada para o país no seu todo.

Desagregando setorialmente, a observação da composição do VAB na indústria transformadora permite verificar que os ramos de atividade predominantes são a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, com 26% do VAB total da indústria transformadora, seguido das indústrias alimentares, com cerca de 17%.

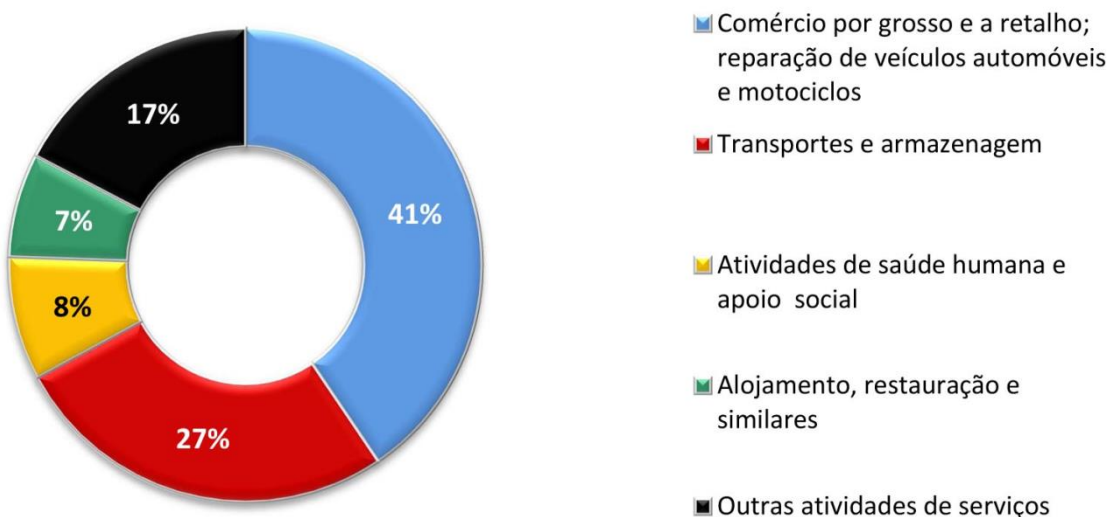
Gráfico 4. 20– Atividades económicas predominantes na Indústria Transformadora (em termos de VAB; 2012)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Já no caso dos serviços, predominam as atividades económicas afetas ao “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, contribuindo para 41% do VAB total gerado no setor terciário.

Gráfico 4. 21– Atividades económicas predominantes nos serviços (em termos de VAB; 2012)

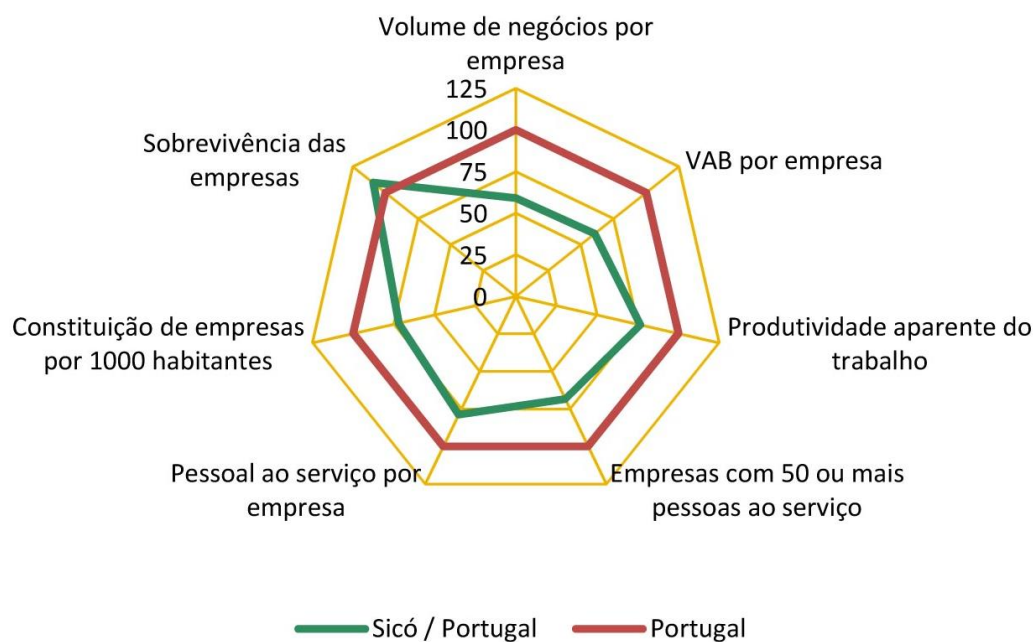


Fonte: INE (cálculos dos autores).

4.3.2 Dinâmica empresarial

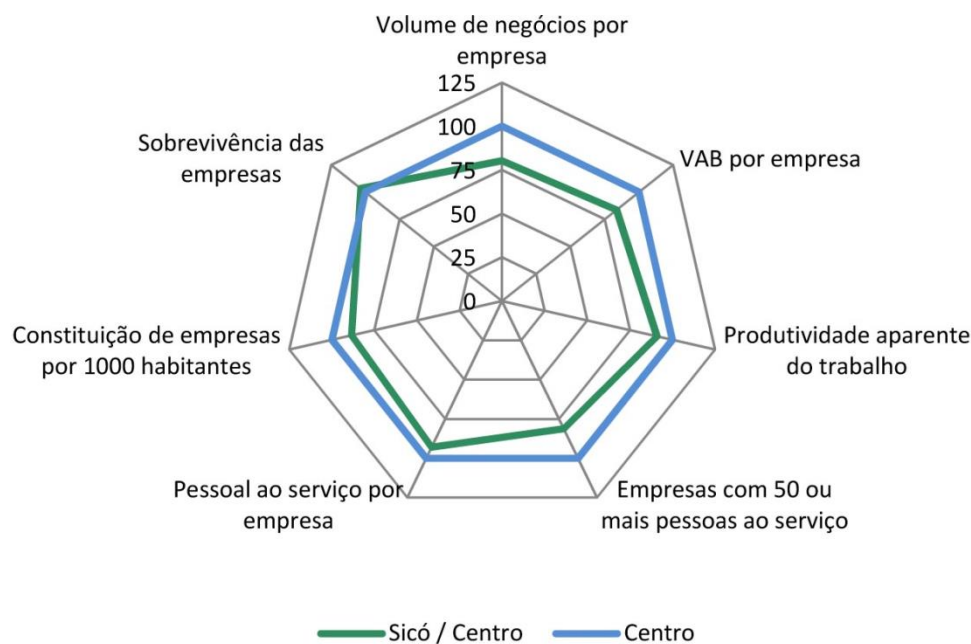
O tecido empresarial local é constituído predominantemente por micro empresas (com menos de 10 trabalhadores), característica partilhada ao nível nacional e regional. Todavia, as empresas de Sicó são de menor dimensão, independentemente do critério de mensuração utilizado: número de trabalhadores, volume de negócios ou VAB médio por empresa. O posicionamento relativo de Sicó é também desvantajoso ao nível da produtividade aparente do trabalho (VAB por trabalhador) e na dinâmica de nascimento de novas empresas em cada ano. Acresce que, nos anos mais recentes, são observadas taxas de variação negativas em praticamente todos os indicadores aqui considerados (Tabela 4.4), não tornando possível a desejada convergência face à média nacional. Pela positiva, refira-se o valor da taxa de sobrevivência das empresas, que é superior ao apresentado pelas restantes regiões de análise.

Gráfico 4. 22– Indicadores das Empresas, Comparação Sicó/Portugal (2012)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 23– Indicadores das Empresas, Comparação Sicó/Centro (2012)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

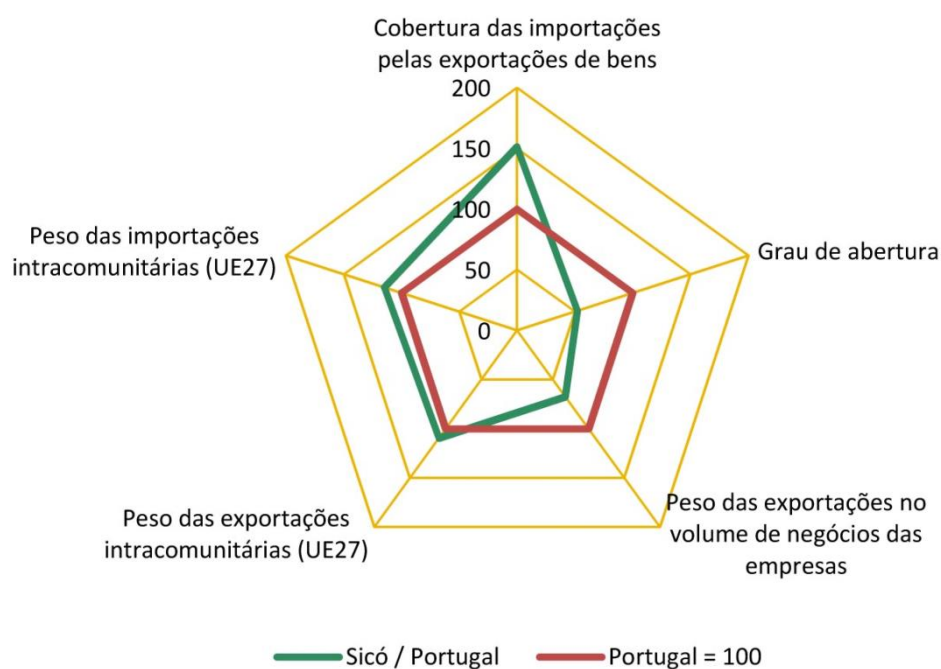
Analisando o diferencial da produtividade no caso de Sicó, os dados permitem concluir que a composição setorial do VAB favorece o valor médio da produtividade aparente do trabalho, uma vez que o VAB está relativamente mais concentrado no setor primário (face ao país), no qual o diferencial de produtividade é favorável para Sicó. Conclui-se que a razão da menor produtividade em Sicó é intrassetorial, sendo que, em todos os setores à exceção do setor primário, a produtividade aparente do trabalho em Sicó é inferior à correspondente na média nacional.

Ao nível da inovação, a observação dos indicadores de *output* dos esforços de inovação (pedidos e concessões de invenção, pedidos de *design* e de marcas), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), tornam clara o seu carácter incipiente no território: os números são bastante reduzidos, ao nível nacional e do Centro, mas ainda menores para Sicó (Tabela 4.4).

4.3.3 Comércio internacional

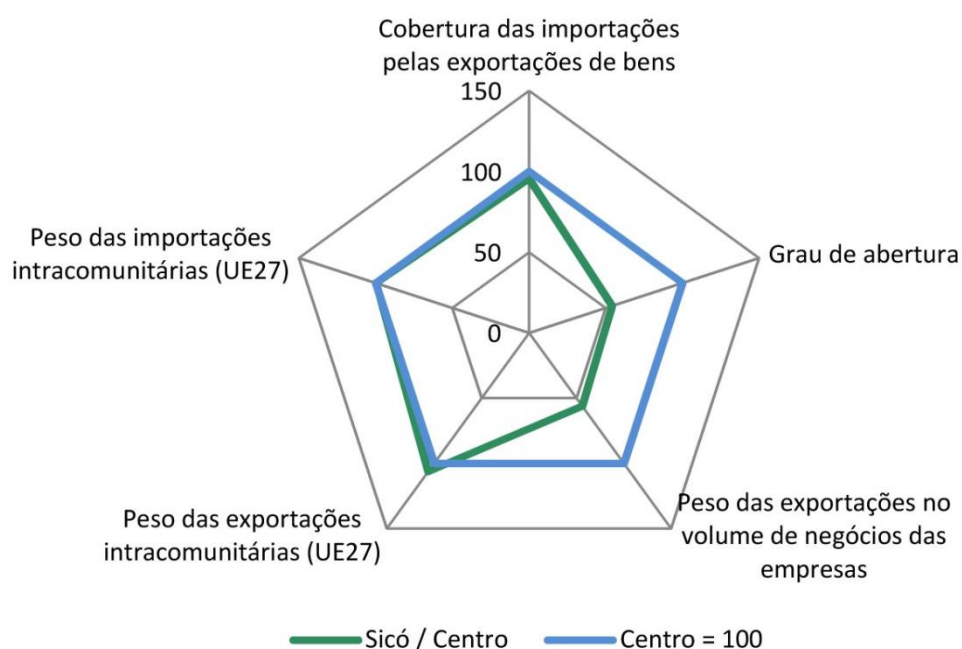
Os indicadores relativos ao comércio internacional revelam a existência de uma taxa de cobertura das importações pelas exportações em Sicó superior a 100%, e superior à média nacional; porém, tal é devido ao montante reduzido de importações e não a um elevado valor de exportações, como aliás se percebe pela análise da intensidade exportadora do volume de negócios das empresas, bem como do grau de abertura, cujas percentagens se apresentam reduzidas. É de notar, contudo, que a evolução de Sicó nos últimos 3 anos é positiva em qualquer um destes 3 indicadores. Relativamente à concentração das exportações e importações nos mercados comunitários, a situação em Sicó é semelhante à verificada no Centro e na média nacional, denotando uma ainda muito elevada dependência destes mercados.

Gráfico 4. 24– Indicadores do Comércio Internacional, Comparação Sicó/Portugal (2011)



Fonte: PORDATA, cálculos dos autores.

Gráfico 4. 25– Indicadores do Comércio Internacional, Comparação Sicó/Centro (2011)



Fonte: PORDATA, cálculos dos autores.

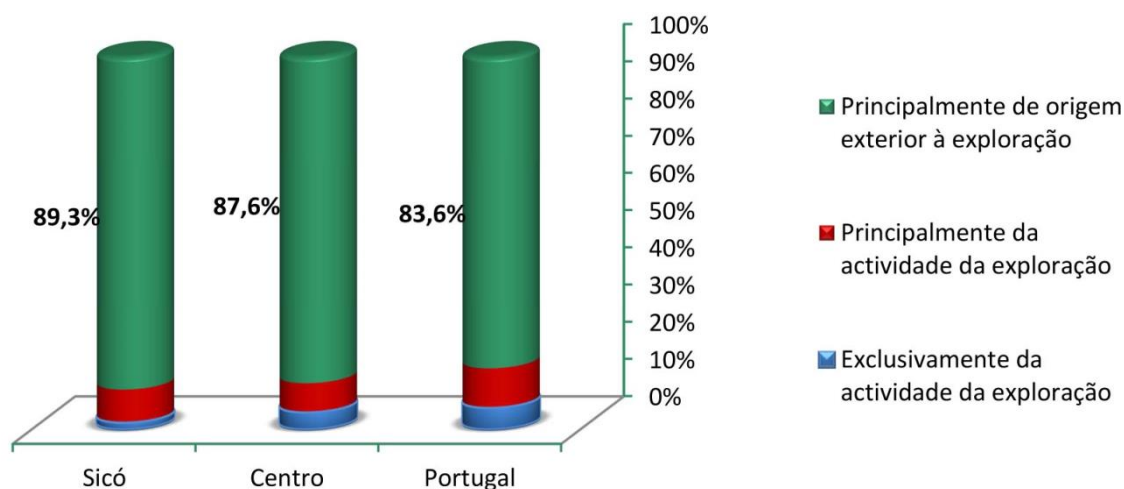
Em termos evolutivos, o envolvimento internacional das empresas de Sicó tem aumentado ao longo dos anos mais recentes, sendo esta tendência positiva consonante com o verificado no Centro e no país. (Tabela 4.4)

4.3.4 Setor primário

Fazendo uso dos indicadores estatísticos disponíveis, e apesar do desfasamento temporal do último recenseamento agrícola levado a cabo pelo INE (referente a 2009), é possível evidenciar algumas características do setor primário em Sicó, comparativamente com a média do Centro e de Portugal.

Relativamente às explorações agrícolas, Sicó possuía em 2009 um total de 6.989 explorações, que representam 2,4% do total nacional e 6,8% das explorações agrícolas do Centro para o mesmo ano. Destas, 2.824 (40%) apresentam fontes de rendimento originadas na atividade florestal. Apesar do número elevado de explorações agrícolas em Sicó, estas não constituem a principal fonte de rendimento do agregado doméstico. Em Sicó, apenas 1,8% das explorações agrícolas constitui a fonte exclusiva de rendimento do agregado e 8,9%, a principal fonte de rendimento. Em Portugal, as percentagens correspondentes ascendem a 5,8% (fonte exclusiva) e 10,6% (fonte principal).

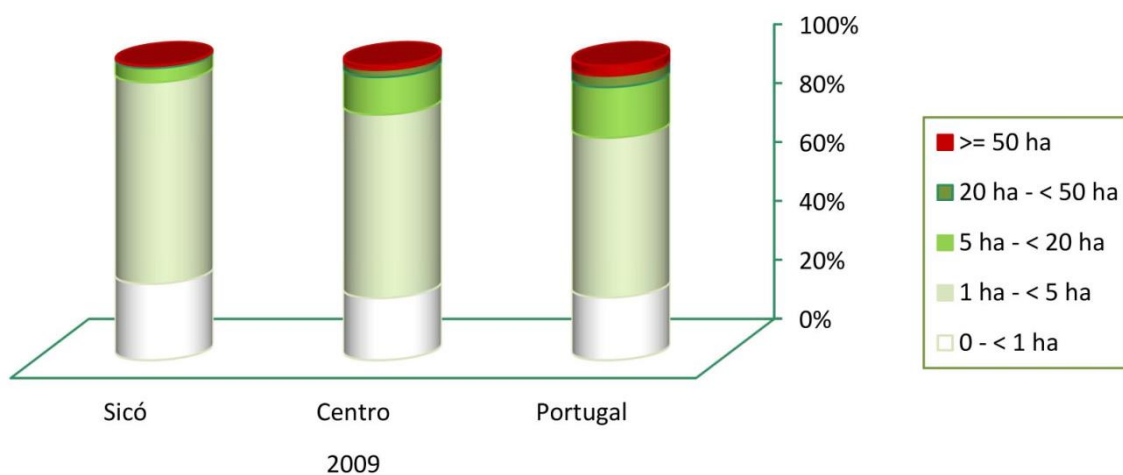
Gráfico 4. 26– Distribuição das explorações agrícolas por fonte de rendimento do agregado doméstico (%) (2009)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

A estrutura das explorações agrícolas permite constatar que a concentração em explorações de menor dimensão é muito superior em Sicó do que no Centro ou na média nacional.

Gráfico 4. 27– Estrutura das explorações agrícolas por classe superfície agrícola utilizada (%) (2009)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

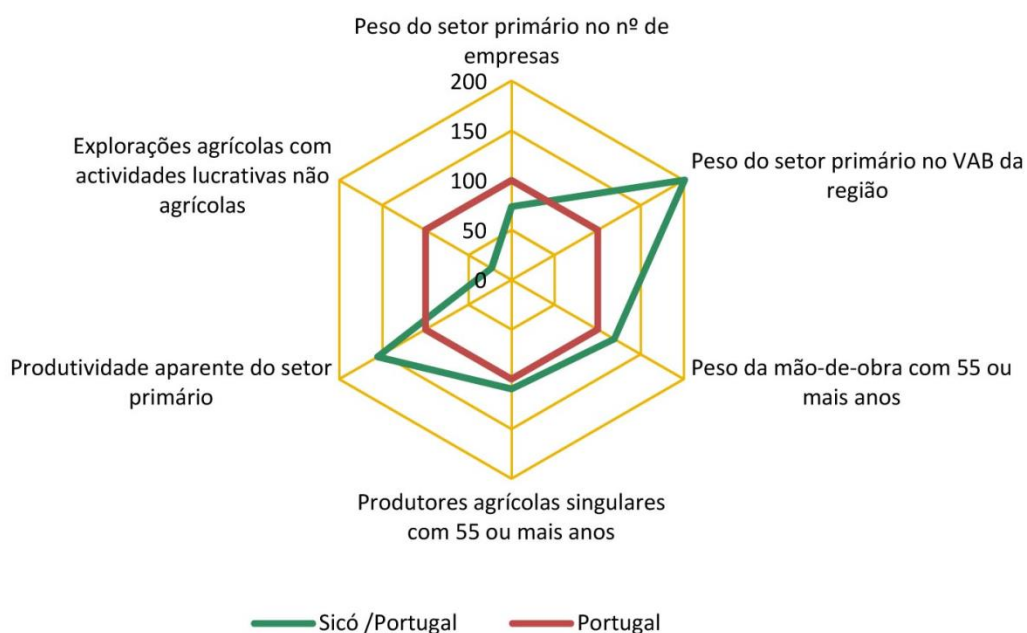
Analisando o grau de distanciamento de Sicó face à média do Centro e de Portugal com base em indicadores referentes ao setor primário, é de destacar, pela positiva, a elevada produtividade aparente do trabalho deste setor em Sicó (superior à média do Centro e à média nacional). Inversamente, ao observar a proporção de explorações agrícolas que possuem

atividades lucrativas não agrícolas, constata-se que, em Sicó, o indicador é bastante mais baixo do que no Centro e na média nacional.

Finalmente, quanto à estrutura etária da mão-de-obra do setor, a proporção de trabalhadores com 55 ou mais anos é superior em Sicó do que no Centro e na média do país. Nos produtores agrícolas singulares, o peso da população envelhecida é ainda maior: em Sicó, 79,8% dos produtores agrícolas singulares possuem 55 ou mais anos, superior aos 72,7% e 77% verificados para Portugal e para a região Centro, respetivamente.

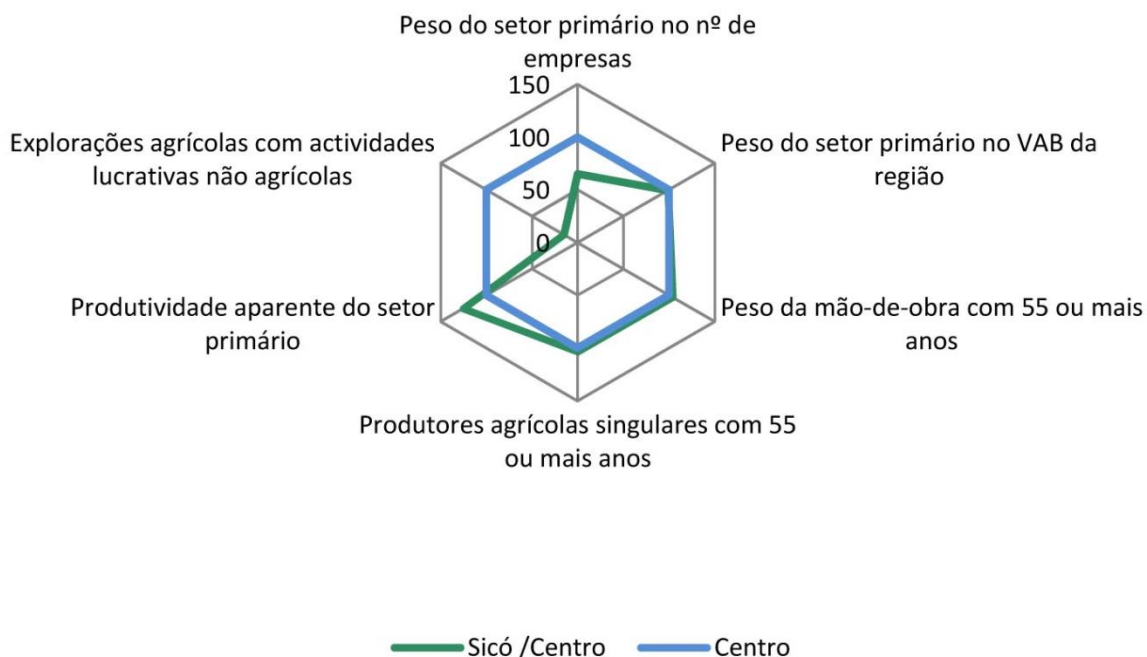
Apesar do setor primário ter em Sicó menor peso, em termos de percentagem de empresas, quando analisado em termos de VAB a sua importância é duas vezes superior à média de Portugal, o que resulta num valor gerado por empresa bastante mais elevado em Sicó do que na média do país – em Portugal uma empresa agrícola produz em média um VAB de 20.124,18€ enquanto em Sicó o mesmo indicador é de 33.366,15€.

Gráfico 4. 28– Indicadores do setor primário, Comparação Sicó/Portugal (ano mais recente)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Gráfico 4. 29– Indicadores do setor primário, Comparação Sicó/Centro (ano mais recente)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

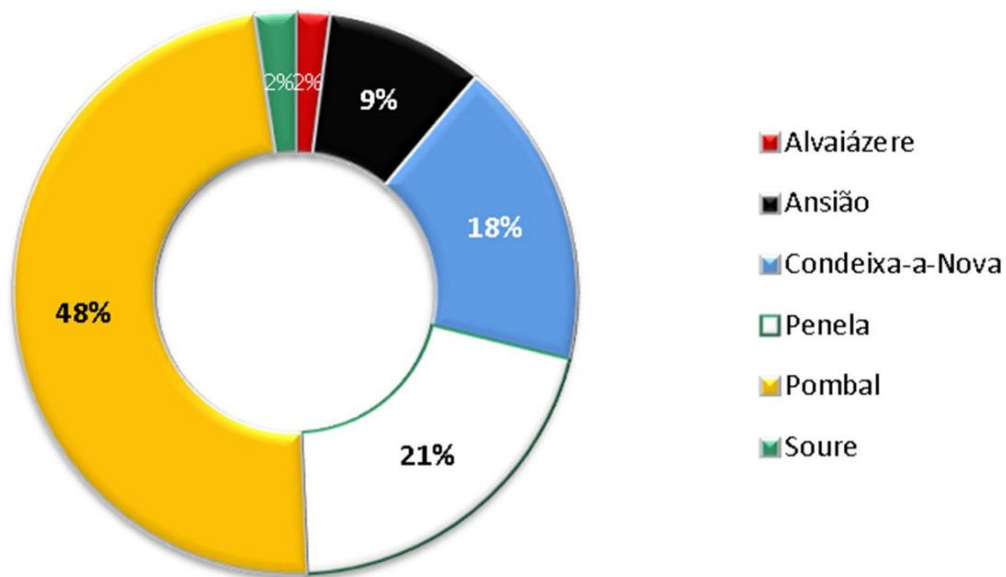
4.3.5 Turismo

As atividades ligadas ao turismo possuem uma elevada potencialidade de criação de emprego sustentável de carácter local, fortemente associadas a oportunidades de criação do próprio emprego e de valorização dos recursos endógenos. Todavia, os dados disponibilizados pelo INE para o território, embora limitados pela escassez de dados ao nível municipal, permitem antever uma exploração ainda incipiente das oportunidades potenciais neste setor. A capacidade de alojamento por 1000 habitantes em estabelecimentos hoteleiros é de 3 para Sicó, comparativamente com 18 na região Centro e 27 ao nível nacional (INE, 2011). Do lado da procura, o número de dormidas (disponível somente para Pombal) ascende a 32.441 em 2013 (dados do Turismo do Centro), correspondendo a apenas 3% do total registado em todos os municípios pertencentes à delegação de Fátima - Pinhal Litoral - Médio Tejo. Os mesmos dados evidenciam que a percentagem de hóspedes estrangeiros em Pombal é de apenas 21%, quando para o global da delegação de turismo atinge os 55%.

Com o intuito de complementar a informação estatística sobre o Turismo, abrangendo outros tipos de alojamento, bem como todos os municípios de Sicó, foi efetuado um levantamento da

oferta existente, recorrendo à informação disponibilizada na página *web* da Terras de Sicó, dos concelhos parceiros e também de motores de busca de alojamento (incluindo *Booking*, *Trivago* e *Trip Advisor*). Desta forma, foi possível identificar unidades hoteleiras e de turismo rural que, conjuntamente, representam uma oferta de 257 quartos, 48% dos quais situados no concelho de Pombal.

Gráfico 4. 30 – Distribuição geográfica do nº de quartos (hotéis, pousada, turismo rural)



Fonte: Terras de Sicó; Câmaras municipais; Outros (Websites dos alojamentos)

Tabela 4. 4– Indicadores sobre Competitividade

COMPETITIVIDADE						
Indicador	ano de referência	Sicó		Centro	Portugal	
		no ano de referência	Taxa de variação média anual			
Dinâmica Empresarial	Volume de negócios por empresa (Milhares de €)	2012	180,9	-0,88%	225,5	306,6
	Valor acrescentado bruto por empresa (€)	2012	43.318	-3,08%	51.743	71.481
	Produtividade aparente do trabalho (VAB por pessoa ao serviço, €)	2012	16.561	-2,78%	18.220	21.633
	Empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço (%)	2012	0,39%	-2,90%	0,48%	0,57%
	Pessoal ao serviço por empresa (n.º)	2012	2,6	-0,33%	2,8	3,3
	Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas por 1000 hab. (n.º)	2012	2,2	3,85%	2,2	2,8
	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (%)	2012	53,10%	n.d.	51,30%	48,50%
Setor Primário	Peso do setor primário no nº total de empresas (%)	2012	3,90%	2,60%	6,00%	5,30%
	Peso do setor primário no VAB da região (%)	2012	3,00%	2,93%	3,00%	1,49%
	Mão-de-obra com 55 ou mais anos (%)	2011	36,20%	n.d.	34,90%	30,40%
	Produtores agrícolas singulares com 55 ou mais anos (%)	2009	79,80%	n.d.	77,00%	72,70%
	Produtividade aparente no setor primário (€)	2012	16.573	12,55%	13.250	10.674
	Explorações agrícolas que possuem atividades lucrativas não agrícolas (%)	2009	1,17%	n.d.	7,83%	5,01%
Inovação	Pedidos de invenções por 10.000 habitantes (n.º)	2012	0,26	n.d.	0,74	0,65
	Pedidos de <i>design</i> por 10.000 habitantes (n.º)	2012	0,34	n.d.	0,43	0,37
	Pedidos de marca por 10.000 habitantes (n.º)	2012	7,81	n.d.	12,53	15,94
	Concessões de invenções por 10.000 habitantes (n.º)	2012	0,09	n.d.	0,16	0,13
Comércio Internacional	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens (%)	2011	109,30%	5,15%	114,50%	72,30%
	Grau de abertura (%)	2011	64,60%	27,95%	119,00%	124,10%
	Peso das exportações no total do volume de negócios das empresas (%)	2011	8,30%	22,35%	14,80%	12,30%
	Peso das exportações intracomunitárias (%)	2011	81,50%	n.d.	76,70%	74,40%
	Peso das importações intracomunitárias (%)	2011	84,60%	n.d.	84,90%	73,60%

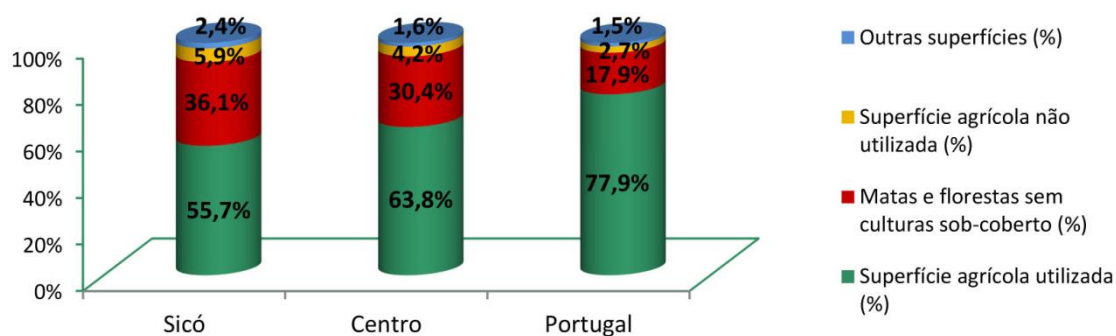
Fonte: INE; INPI (cálculos dos autores).

4.4. Ambiente e Sustentabilidade

Os indicadores a seguir considerados sintetizam alguns dos aspetos mais relevantes relativamente ao uso dos recursos naturais e ambientais em Sicó.

Como é visível no gráfico abaixo, em termos de ocupação da superfície agrícola utilizada, Sicó apresenta uma taxa de utilização inferior, quer à região Centro, quer à média nacional, invertendo-se o cenário, no entanto, quando se analisa a proporção de terrenos afeto às florestas na região.

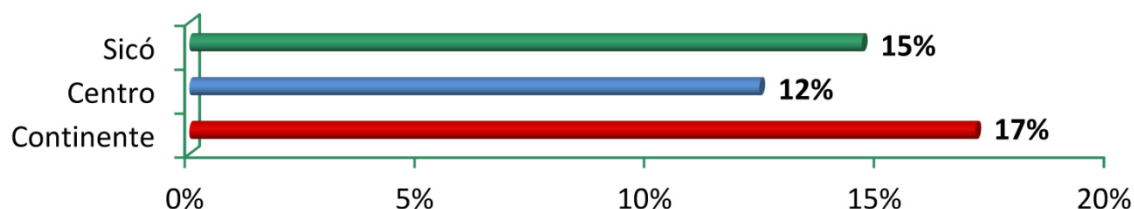
Gráfico 4. 31– Tipo de utilização das terras (2009)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Parte do território de Sicó está incluída na Rede Natura 2000, representando 14,6% da área da região, proporção superior à da região Centro (12,4%), mas inferior à do Continente (17,1%) – Gráfico 4.32.

Gráfico 4. 32– Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000



Fonte: INE (cálculos dos autores).

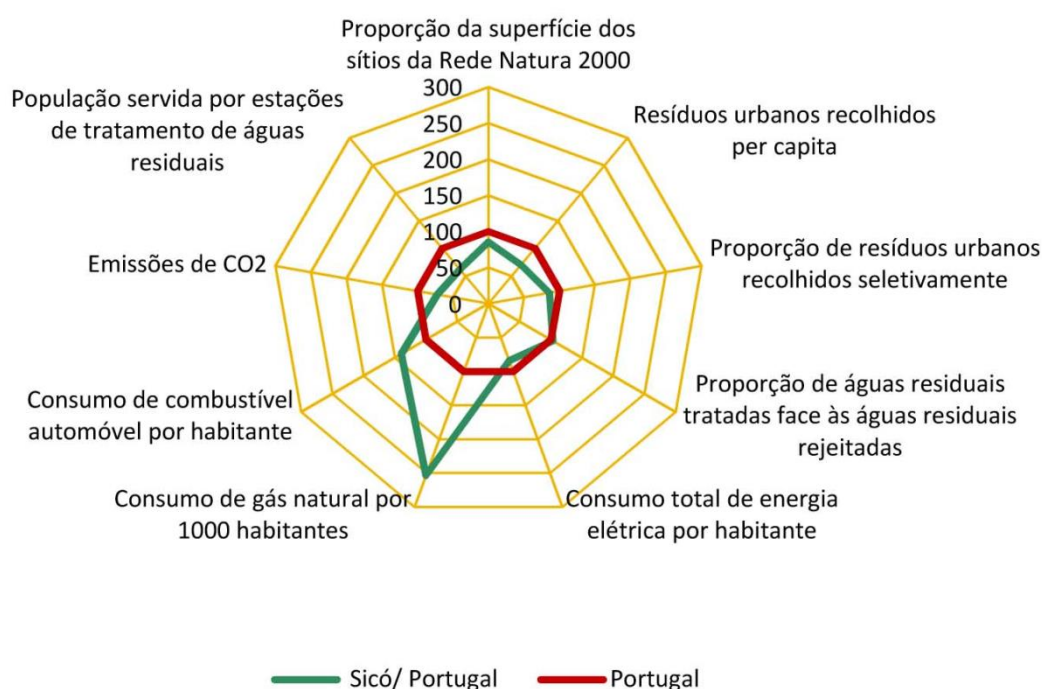
Em termos de resíduos urbanos recolhidos, verifica-se que, em Sicó, o número de Kgs. recolhidos por habitante (318) são inferiores aos da região Centro (399) e à média nacional

(453), apesar de ter acompanhado a tendência crescente das unidades territoriais em apreço (entre 2005-2012). Já no que diz respeito à recolha seletiva desses mesmos resíduos urbanos, a região de Sicó regista valores superiores (12%) aos da região Centro (10%), mas ainda inferiores à média nacional (14%).

Em Sicó, 100% das águas residuais rejeitadas eram tratadas, em 2009, denotando assim um aspeto altamente positivo quer em termos ambientais quer em termos da qualidade de vida das populações abrangidas, ultrapassando a região Centro (99%) e a média de Portugal Continental (97%). No entanto, no que diz respeito à % de população servida por estações de tratamento de águas residuais, verifica-se que em Sicó a situação está ainda muito aquém da que existe nas restantes regiões de análise.

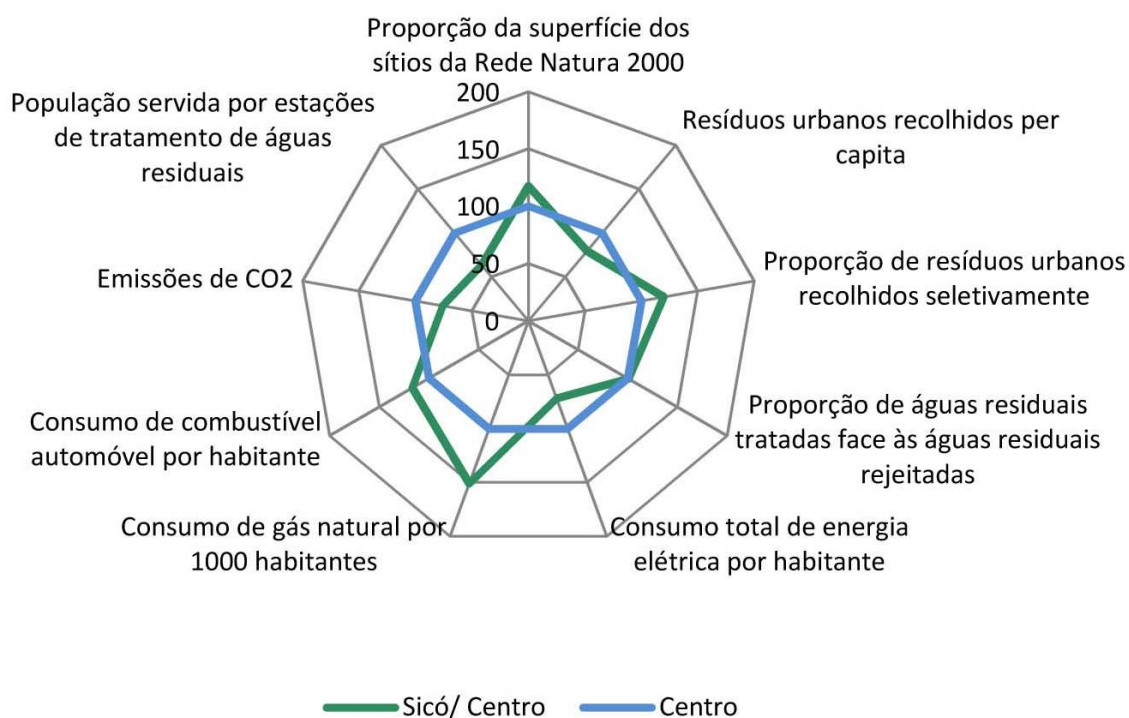
No que respeita aos valores do consumo de gás natural por mil habitantes, e como se pode verificar no Gráfico 4.33, são em Sicó muito superiores aos registados na região Centro e em Portugal.

Gráfico 4. 33– Indicadores de Ambiente, Comparação Sicó – País (ano mais recente)



Fonte: INE, Agência Portuguesa do Ambiente – MAOT (cálculos dos autores).

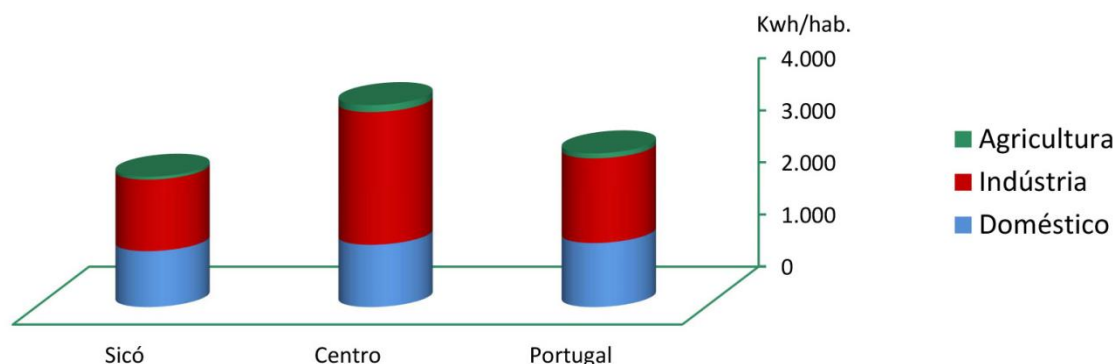
Gráfico 4. 34– Indicadores de Ambiente, Comparação Sicó – Centro (ano mais recente)



Fonte: INE, Agência Portuguesa do Ambiente – MAOT (cálculos dos autores).

O consumo total de energia elétrica é em Sicó inferior quer à Região Centro quer à média nacional, tendo diminuído entre 2005 e 2012, ao contrário do que verificou no país e no Centro.

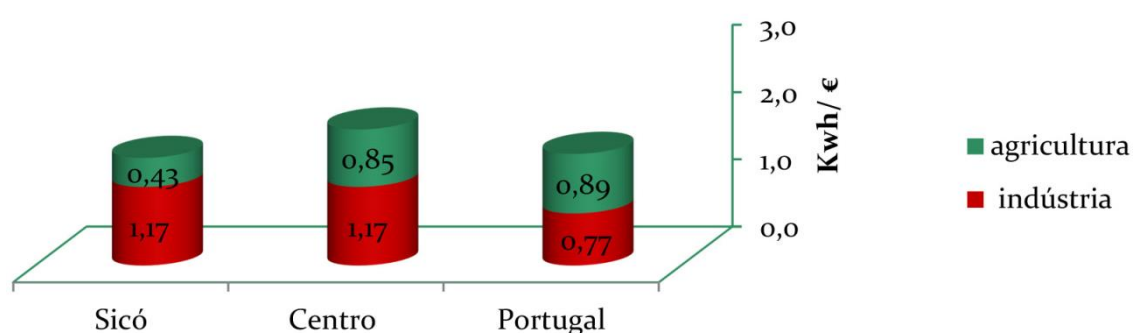
Gráfico 4. 35– Consumo de energia elétrica por habitante e tipo de consumo (2012)



Fonte: INE (cálculos dos autores).

Quando analisada a estrutura de consumo de energia elétrica em Sicó, por habitante e por tipo de consumo, verifica-se que este é menor nas 3 tipologias assinaladas (setor doméstico, indústria e agricultura) face à região Centro e à média nacional. Por outro lado, comparado o consumo de energia elétrica dos setores agrícola e industrial com o VAB gerado, verifica-se que, no caso da indústria, o consumo por cada euro gerado é exatamente igual ao da região Centro, mas superior ao da média nacional. No entanto, no setor agrícola, o mesmo indicador em Sicó é cerca de metade do que se verifica no Centro e em Portugal.

Gráfico 4. 36– Consumo de energia elétrica por VAB gerado (2012)



Fonte: INE; cálculos dos autores.

Com base em informações fornecidas pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em 2013, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis correspondia, em Sicó, a 57% do total de eletricidade produzida – sendo 60% na média nacional.

Por último, em termos de emissões de CO₂, e de acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente (2011), Sicó regista valores inferiores quer à região Centro quer à média nacional (439, 578 e 608 ton/Km², respetivamente).

Tabela 4.5 – Indicadores sobre ambiente

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE						
Indicador	ano de referência	Sicó		Centro	Portugal	
		no ano de referência	Taxa de variação média anual			
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Superfície dos sítios da Rede Natura (%)	2010	14,6%	0%	12,4%	17,1%
	Resíduos urbanos recolhidos <i>per capita</i> (kg/hab)	2012	318	1,89%	399	453
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	2012	12%	10,2%	10%	14%
	Proporção de águas residuais tratadas face às águas residuais rejeitadas (%)	2009	100%	0%	99%	97%
	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	2008	45,60%	7,87%	72%	74%
	Consumo total de energia elétrica por habitante (kWh/hab)	2012	3.780,80	-0,71%	5.247,40	4.493,80
	Consumo de gás natural por 1000 habitantes (Milhares de metro cúbico normal)	2012	1.027,90	1,26%	680,9	405,7
	Consumo de combustível automóvel, por habitante (tonelada equivalente de petróleo)	2012	0,7	n.d.	0,6	0,5
	Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis no total da eletricidade produzida (%)	2013	57%	n.d.	n.d.	60%
	Emissões de CO ² (ton/Km ²)	2011	438,7	n.d.	577,8	608,2

Fonte: INE, DGEG, APA (cálculos dos autores)

4.5. Análise SWOT

A análise SWOT resultou do diagnóstico apresentado e da perceção dos *stakeholders* sobre o estado atual da região, aferida através do instrumento constante do Anexo 3. Esta análise constitui um primeiro passo na formulação da estratégia, uma vez que sintetiza as indicações construídas de forma a potenciar os pontos fortes para aproveitar as oportunidades e minimizar as ameaças, aproveitar as oportunidades para ultrapassar os pontos fracos e contornar as fragilidades para defender a região das ameaças.

4.5.1 Síntese de Pontos Fortes (*Strengths - S*)

Inclusão Social (IS)	IS.S.1	Menor nº de beneficiários do RSI face ao Centro e a Portugal
	IS.S.2	Existência de uma rede de serviços e equipamentos sociais reforçada por projetos no âmbito da abordagem LEADER, que assegura uma taxa de cobertura das respostas sociais para idosos superior à média nacional e regional
Empregabilidade e Qualificação (EQ)	EQ.S.1	Aumento do emprego no setor primário
	EQ.S.2	Evolução positiva dos ganhos médios salariais
	EQ.S.3	Menor % de desemprego de longa duração face à média regional e nacional
	EQ.S.4	Alinhamento setorial entre a oferta e a procura de emprego
	EQ.S.5	Sucesso escolar comprovado por menores taxas de retenção e desistência no ensino básico e menores taxas de abandono escolar precoce do que na média nacional e regional
	EQ.S.6	Presença no território de escolas de formação profissional de mérito reconhecido
Competitividade (C)	C.S.1	Estrutura produtiva relativamente mais concentrada no setor primário, com uma produtividade aparente do trabalho superior ao verificado no todo nacional
	C.S.2	Aumento do VAB do setor primário
	C.S.3	Elevada produtividade do trabalho no setor primário, acima da média regional e nacional, e com tendência crescente
	C.S.4	Elevada taxa de sobrevivência das empresas com 2 ou mais anos, comparativamente à região Centro e à média nacional
	C.S.5	Dinâmica positiva na evolução das exportações
	C.S.6	Qualidade reconhecida dos produtos endógenos de Sicó
	C.S.7	Potencialidades do turismo de natureza, arqueológico, espeleológico, religioso e de saúde no território
	C.S.8	Capacidade de alojamento significativa
Ambiente e Sustentabilidade (AS)	AS.S.1	Inclusão de parte do território de Sicó na Rede Natura 2000 e em valor superior à Região Centro
	AS.S.2	Consumo de energia elétrica por euro gerado, no setor agrícola, menor do que a média regional e nacional
	AS.S.3	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente maior em Sicó do que no Centro
	AS.S.4	Tratamento da totalidade das águas residuais rejeitadas
	AS.S.5	Emissões de CO ₂ por km ² inferiores ao Centro e ao país

4.5.2 Síntese de Pontos Fracos (*Weaknesses – W*)

Inclusão Social (IS)	IS.W.1	Diminuição da população da região de Sicó, motivada pela emigração, diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade
	IS.W.2	Agravamento do índice de envelhecimento da população
	IS.W.3	Reduzido poder de compra, menor do que na média regional e nacional
	IS.W.4	Reduzida disponibilidade de profissionais de saúde ao serviço da população, apesar do aumento nos últimos anos
Empregabilidade e Qualificação (EQ)	EQ.W.1	Elevada % de população inativa
	EQ.W.2	Trabalhadores menos qualificados comparativamente à média do País e do Centro
	EQ.W.3	Reduzidos ganhos médios salariais associados a uma menor produtividade aparente do trabalho
	EQ.W.4	Reduzido empreendedorismo feminino e jovem
	EQ.W.5	Aumento do desemprego, sobretudo de longa duração
	EQ.W.6	Ofertas de emprego no território insuficientes face à procura
	EQ.W.7	Reduzido nível de escolaridade média da população, inferior ao do país e do Centro
Competitividade (C)	C.W.1	Produtividade aparente do trabalho menor do que no Centro e no país
	C.W.2	Estrutura produtiva dos serviços (em termos de VAB gerado) concentrada em serviços não transacionáveis
	C.W.3	Nascimento de novas empresas menor do que na média regional e nacional
	C.W.4	Empresas de menor dimensão (número de trabalhadores, volume de negócios e VAB por empresa) do que na média regional e nacional
	C.W.5	Reduzidos níveis de cultura empresarial e gestão profissional nas empresas existentes
	C.W.6	Dificuldades na captação e fixação de quadros médios e superiores
	C.W.7	Reduzido envolvimento internacional das empresas de Sicó
	C.W.8	Agricultura como uma “fonte secundária de rendimento familiar”
	C.W.9	Explorações agrícolas de pequena dimensão
	C.W.10	Baixo nível de diversificação e rentabilização de recursos nas explorações agrícolas
	C.W.11	Proporção de jovens na agricultura inferior à média regional e nacional
	C.W.12	Reduzida expressão do turismo internacional no território, associada à limitada rede intermunicipal de exploração do património
Ambiente e Sustentabilidade (AS)	AS.W.1	% de superfície agrícola não utilizada maior do que a média regional e nacional
	AS.W.2	% de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis inferior ao registado na média nacional

4.5.3 Síntese das Oportunidades (*Opportunities* - O)

O.1	Implementação de estratégias de desenvolvimento territorial integradas, "community-led", gerando oportunidades de investimento direcionadas para as potencialidades e recursos de cada território, com efeitos multiplicadores locais relevantes na criação de emprego
O.2	Políticas públicas nacionais de apoio ao emprego e ao empreendedorismo
O.3	Projeções de uma recuperação gradual da atividade económica portuguesa para os próximos anos, sobretudo asseguradas pelo crescimento da procura externa líquida
O.4	Tendência de crescimento da procura externa por produtos agrícolas portugueses
O.5	Existência e crescimento de comunidades portuguesas em várias partes do mundo
O.6	Sistemas de incentivo nacionais e comunitários de apoio à internacionalização de empresas
O.7	Natureza plurifundo do DLBC, proporcionando uma abordagem mais abrangente e inclusiva, com o intuito de enfrentar problemas locais
O.8	Crescimento internacional de procura para nichos de mercado no turismo (sénior, religioso, de saúde e de natureza)
O.9	Mudança de paradigma de comunicação para o mercado de turismo, cada vez mais assente em ofertas personalizadas e utilização da internet para organização das viagens e para a promoção de destinos, possibilitando a atração de novos públicos, de diferentes localizações mundiais
O.10	Processo de reorganização do Turismo Centro de Portugal
O.11	Políticas públicas europeias, orientadas para o crescimento baseado na economia do conhecimento, nomeadamente iniciativas para o aumento da qualificação e competências da população, projetos de cooperação entre o sistema científico e o meio empresarial, que promovam o <i>upgrade</i> das atividades produtivas para níveis mais avançados de incorporação de tecnologia
O.12	Existência de IES de qualidade nas NUTIII em que está inserido o território, e com um leque alargado de áreas científicas de formação
O.13	Envelhecimento ativo e saudável como uma prioridade societal para a Europa

4.5.4 Síntese das Ameaças (*Threats* - T)

T.1	Aumento da exclusão social e pobreza em consequência do ambiente recessivo dos últimos anos
T.2	Acentuar dos movimentos populacionais negativos, com consequências na disponibilização de serviços públicos à população e de suporte às empresas
T.3	Perda de potencial de conhecimento associado aos movimentos de migração e emigração de jovens qualificados
T.4	Elevado grau de exigência e complexidade nos processos de certificação de produtos endógenos e da sua integração nos circuitos de comercialização adequados
T.5	Elevada concorrência de produções externas com preços reduzidos
T.6	Dificuldades de financiamento do sistema de segurança social nacional, com consequências potencialmente gravosas para territórios com população envelhecida

4.5.5 Matriz SWOT

		Oportunidades (Opportunities - O)													Ameaças (Threats - T)					
		0.1	0.2	0.3	0.4	0.5	0.6	0.7	0.8	0.9	0.10	0.11	0.12	0.13	T.1	T.2	T.3	T.4	T.5	T.6
Pontos Fortes (Strengths-S)	IS.S.1																			
	IS.S.2														ST 1					
	EQ.S.1				SO 1															
	EQ.S.2			SO 2																
	EQ.S.3	SO 3																		
	EQ.S.4																			
	EQ.S.5											SO 4								
	EQ.S.6																			
	C.S.1	SO 5																		
	C.S.2				SO 5				SO 5				SO 7				ST 2			ST 2
	C.S.3																			
	C.S.4	SO 6																		
	C.S.5				SO 1															
	C.S.6												SO 7				ST 2			ST 2
	C.S.7																			
	C.S.8					SO 8				SO 8										
	AS.S.1																			
AS.S.2												SO 7								
AS.S.3																				
AS.S.4					SO 8				SO 8											
AS.S.5																				
Pontos Fracos (Weaknesses- W)	IS.W.1	WO 1																		
	IS.W.2												WO 8							
	IS.W.3	WO 2													WT 2					
	IS.W.4														WT 1					
	EQ.W.1	WO 4							WO 4						WT 2					
	EQ.W.2																			
	EQ.W.3	WO 2																		
	EQ.W.4	WO 4							WO 4											
	EQ.W.5														WT 2					
	EQ.W.6	WO 1																		
	EQ.W.7	WO 2																		
	C.W.1																			
	C.W.2					WO 3				WO 3										
	C.W.3	WO 4								WO 4										
	C.W.4										WO 5									
	C.W.5																			
	C.W.6	WO 1																		
C.W.7									WO 5											
C.W.8																				
C.W.9																	WT 3			
C.W.10	WO 7								WO 7											
C.W.11	WO 6								WO 6											
C.W.12										WO 3										
AS.W.1	WO 6								WO 6											
AS.W.2	WO 7								WO 7											

Indicações resultantes da análise SWOT – descrição

SO 1	Aumentar o envolvimento internacional das empresas do território, nomeadamente com base nos produtos endógenos e outros derivados do setor primário
SO 2	Dinamizar a economia local, tirando partido da tendência crescente das remunerações médias e da recuperação macroeconómica nacional
SO 3	Aproveitar as oportunidades para a criação de emprego, permitindo uma reintegração rápida dos desempregados no mercado de trabalho
SO 4	Potenciar a existência de uma população jovem com uma qualificação crescente para aproveitar as políticas de apoio à economia do conhecimento e que promovam a incorporação de tecnologia mais avançada na produção
SO 5	Qualificar a produção no setor primário, aproveitando as oportunidades de financiamento público para melhorar os processos de transformação e comercialização e diversificar as atividades de exploração
SO 6	Potenciar a capacidade de resiliência demonstrada pelas empresas do território para a criação de emprego sustentável

SO 7	Potenciar a importância do setor primário, promovendo uma maior cooperação entre os produtores e o sistema científico e tecnológico, com o intuito de incorporar inovação e tecnologia, reforçar a eficiência produtiva, subir na cadeia de valor e promover produtos locais de qualidade
SO 8	Potenciar o turismo nacional e internacional, criando ofertas diferenciadas e que possibilitem a experiência das características únicas do património natural e cultural de Sicó
WO 1	Explorar as estratégias de desenvolvimento local, complementarmente com as políticas públicas nacionais e regionais, para criar emprego no território, permitir a fixação de jovens e, dessa forma, combater a diminuição populacional
WO 2	Aumentar a qualificação e as competências da população, para aumentar a empregabilidade e consequentemente os ganhos salariais, maximizando as oportunidades decorrentes dos instrumentos de financiamento
WO 3	Promover a reestruturação das atividades de serviços no território, aumentando a importância relativa de serviços transacionáveis, potenciando as oportunidades associadas ao turismo
WO 4	Apoiar o empreendedorismo e a exploração económica de ideias criativas
WO 5	Contornar a reduzida dimensão média das empresas e, nomeadamente, a consequente dificuldade em penetrar no mercado internacional, promovendo a cooperação interempresarial e uma maior profissionalização da gestão
WO 6	Facilitar a renovação geracional no setor agrícola, usufruindo das oportunidades para a integração de jovens com a qualificação adequada no setor
WO 7	Diversificar as atividades das explorações agrícolas, nomeadamente através da produção de energias a partir de fontes renováveis
WO 8	Utilizar as políticas europeias para a promoção de ações que facilitem o acesso aos cuidados de saúde e a integração ativa da população mais idosa
ST 1	Contornar os eventuais problemas de exclusão social e pobreza através do reforço e diversificação do conjunto de serviços prestados pelas entidades de apoio social
ST2	Atrair jovens para produções conexas ao setor primário, nomeadamente para a criação de bens e serviços inovadores, contrariando a tendência de emigração e envelhecimento da população
WT 1	Promover formas de inovação e experimentação que permitam reter profissionais de saúde e de apoio social, assegurando o acesso da população a estes serviços básicos e minorando os riscos de exclusão social
WT 2	Apoiar iniciativas locais de emprego que promovam a integração de inativos e de desempregados de longa duração
WT 3	Potenciar a criação e a afirmação de organizações de produtores agrícolas, permitindo ganhar dimensão compatível com estratégias de internacionalização e aumentar o seu poder negocial

5. Estratégia de desenvolvimento local para a região de Sicó

5.1. Visão Estratégica

A visão estratégica assumida para a região de Sicó para 2020 foi construída a partir das indicações resultantes da análise SWOT (como quadro indicativo da situação de partida) e considerando também todos os contributos obtidos pelos agentes locais, refletindo o futuro almejado para o território.

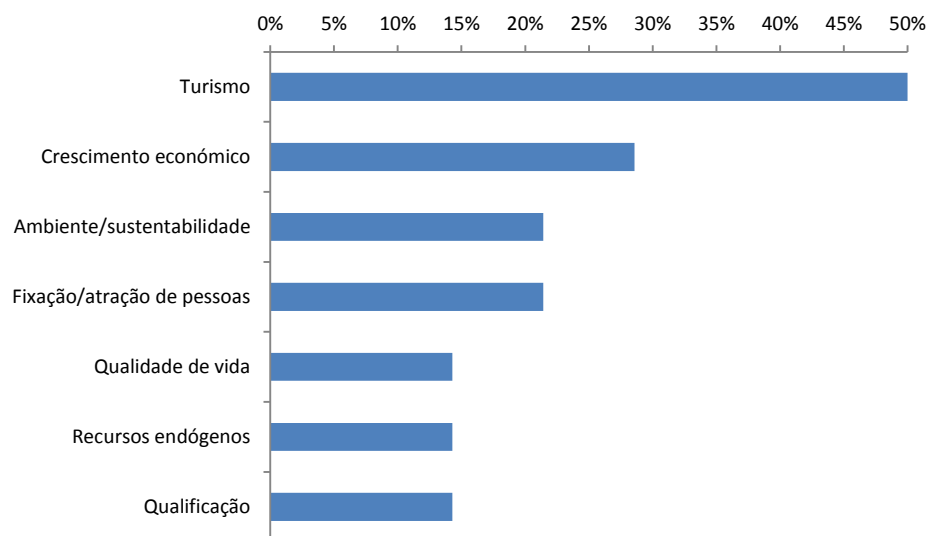
Figura 5. 1– Definição da Visão Estratégica para Sicó 2020



Fonte: Edição dos autores.

A análise de conteúdo realizada sobre o conjunto de contributos recebidos permitiu identificar as expressões mais referenciadas (Gráfico 5.1). A percepção acerca do futuro do território de Sicó exprime uma preocupação com a capacidade da região em crescer e em atrair e manter pessoas, mas ao mesmo tempo deixa claro que o legado histórico do território, a identidade local, as suas tradições e as suas características únicas constituem recursos importantes para explorar novas linhas de desenvolvimento.

Gráfico 5. 1– Expressões mais frequentes dos contributos dos agentes locais para a visão



Fonte: Edição dos autores.

Da combinação entre os diversos contributos fornecidos pelos agentes locais e a análise SWOT, e após várias iterações no sentido de chegar a um consenso, resultou a seguinte Visão para a região de Sicó, partilhada pelos parceiros:

Região capaz de promover o crescimento económico sustentável, a melhoria da qualidade de vida com vista à fixação e atração de população, bem como o turismo de referência, aliando o reforço da qualificação ao uso eficiente dos recursos endógenos.

A proposta macro de Estratégia de Desenvolvimento Local para Sicó apresenta-se esquematizada na Figura 5.2. Pelo confronto entre a visão construída pelos agentes locais e o estado atual da região apurado através do diagnóstico, resultam os desafios para a EDL, traduzidos em 4 pilares (Inclusão Social; Empregabilidade; Competitividade; Ambiente e Sustentabilidade), que se procurarão atingir através da focalização nas seguintes **áreas prioritárias de intervenção**:

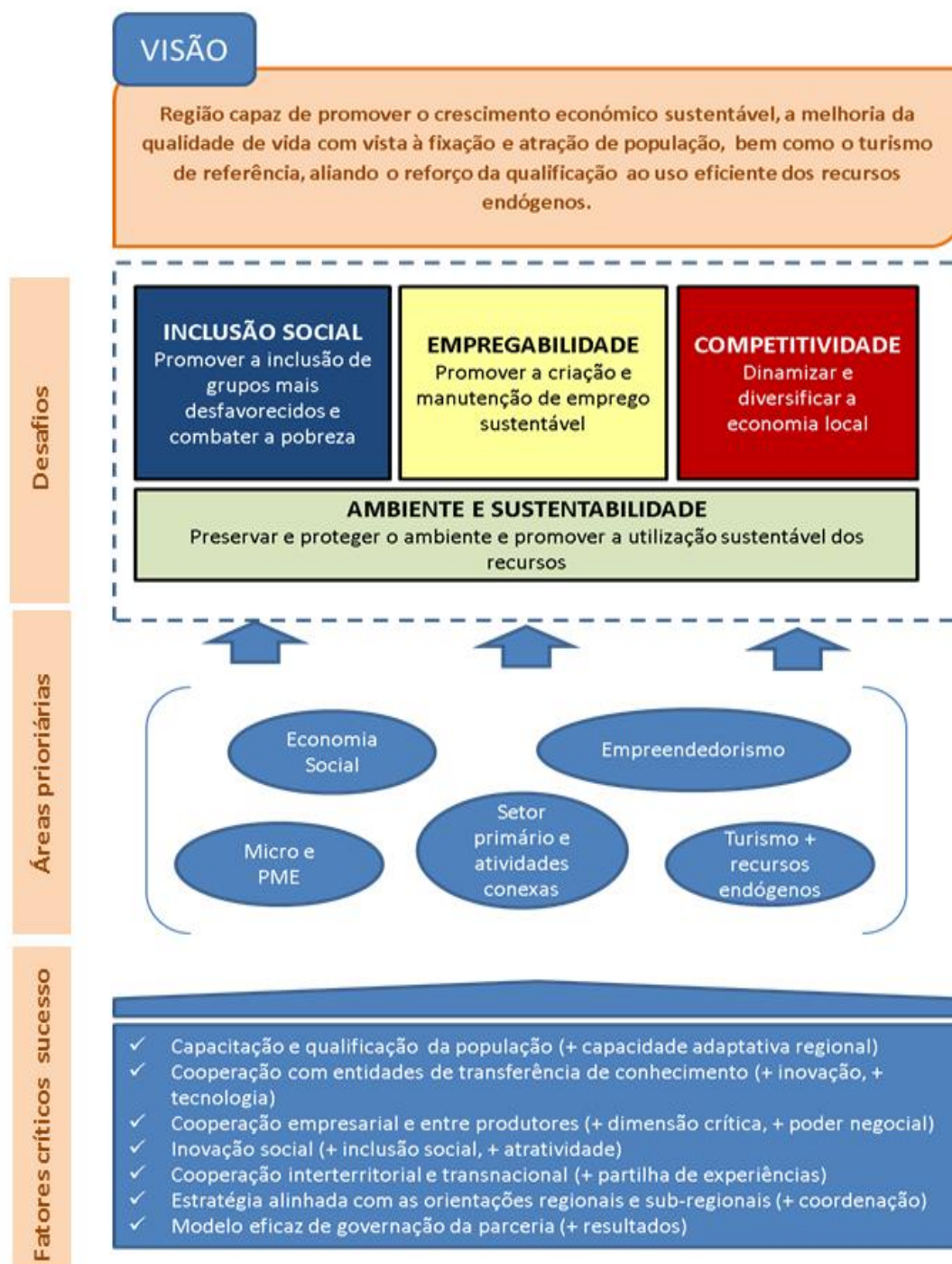
- exploração dos fatores distintivos do território (recursos naturais e históricos), incluindo a promoção de atividades turísticas;

- incremento do valor criado no setor primário e atividades relacionadas;
- aposta na economia social;
- desenvolvimento das PME e micro empresas;
- apoio ao empreendedorismo.

No mesmo esquema são evidenciados, na base, os elementos determinantes para sustentar o desenvolvimento local, isto é os **fatores críticos de sucesso** para a concretização da presente EDL:

- a existência de um modelo de governação eficaz da parceria (por forma a garantir os resultados pretendidos e conduzir a taxas de execução superiores);
- o alinhamento entre a estratégia definida para Sicó e as estratégias nacional, regional e sub-regionais;
- a necessidade de uma maior partilha de experiências, traduzida ao nível da cooperação interterritorial e transnacional;
- um maior nível de inovação social;
- uma maior cooperação empresarial e entre produtores, fundamental para ganhar escala e, nomeadamente, aumentar o poder de negociação e a capacidade de internacionalização;
- uma maior cooperação com entidades de transferência do conhecimento – por forma a potenciar a necessária inovação e incorporação de tecnologias, permitindo subir na cadeia de valor;
- uma maior **capacidade adaptativa regional**, capacitando e qualificando a população para o efeito.

Figura 5. 2– Proposta macro de Estratégia de Desenvolvimento Local para Sicó



Fonte: Edição dos autores.

5.2. Desafios prioritários, objetivos específicos e resultados esperados

Para cada um dos desafios identificados são de seguida elencados os objetivos específicos, indicadores de resultados correspondentes e metas a alcançar, com a devida fundamentação. As metas estabelecidas estão condicionadas a uma futura afetação de verbas compatível com o montante global indicativo para os valores de FEADER, FEDER e FSE para o DLBC.

D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza

O diagnóstico realizado permitiu detetar diversas fontes de risco de exclusão social e de pobreza no território de Sicó.

Por um lado, são identificáveis vários fatores que poderão contribuir para o afastamento de uma larga fatia da população do mercado de trabalho, que é já atualmente visível através da elevada percentagem de população inativa no território. Entre esses fatores, destacam-se:

- ✓ Aumento do desemprego de longa duração, com consequências para os desempregados atingidos e para as suas famílias, não apenas económicas, mas também sociais e até de saúde, contribuindo eventualmente para uma maior dificuldade de reingresso no mercado de trabalho.
- ✓ Predomínio do escalão etário entre os 35 e os 54 anos e de uma qualificação inferior ao nível de ensino secundário entre os desempregados, diminuindo igualmente as hipóteses de regressar ao mercado de trabalho.
- ✓ Reduzido empreendedorismo jovem e feminino, limitando o leque de alternativas para a criação de emprego.

Por outro lado, a estrutura demográfica de Sicó, com um elevado índice de envelhecimento, em concomitância com uma visível redução populacional, poderão ditar uma redução da massa crítica que justifique a manutenção em funcionamento de um conjunto de serviços à população, colocando em causa o acesso de determinados grupos populacionais (nomeadamente idosos) a um conjunto de serviços básicos de apoio social e de saúde – neste caso, agravado pelo facto de existir no território um número de profissionais de saúde por habitante bastante aquém da média nacional e regional. Realce-se que, segundo os dados

analisados anteriormente, existe em Sicó uma maior proporção de população com pelo menos um tipo de dificuldade. Pelo exposto, é fundamental considerar objetivos específicos que contribuam para a empregabilidade e inclusão ativa da população, ao mesmo tempo que se incentivam iniciativas ao nível do empreendedorismo e inovação social e que promovam o envelhecimento ativo, atividades ligadas à saúde, entre outras.

Tabela 5. 1– Objetivos e Indicadores de resultados sobre inclusão social

D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza			
Objetivos e correspondência com os indicadores de resultados			
O.1.1) Promover iniciativas para a inovação e experimentação social que facilitem a inclusão ativa.			[R.1.1; R.0]
O.1.2) Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais distantes do mercado de trabalho.			[R.1.1; R.0]
O.1.3) Melhorar o acesso da população a serviços básicos, nomeadamente através da criação de redes de serviços de proximidade.			[R.1.2; R.1.3; R.0]
Indicadores de resultados	Situação de partida	Meta 2022	Fonte de informação / frequência de monitorização
R.1.1. Percentagem de população em idade ativa em situação de inatividade	19,50%	19,46%	INE / anual
R.1.2. Nº de projetos apoiados que contribuem para melhorar o acesso da população a serviços básicos	25 (abordagem LEADER 2007-2013)	25 novos projetos apoiados	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual
R.1.3. Percentagem de população rural beneficiária de serviços/ infraestruturas melhorados	n.d.	0,1%	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual
R.0. Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,66 (abordagem LEADER 2007-2013)	2,2	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual

Fonte: Edição dos autores.

Fundamentação e pressupostos das metas apresentadas

R.1.1 – Tendo em consideração que se prevê a criação total de 200 novos postos de trabalho (incluindo todo o tipo de apoios previstos nesta EDL – ver Tabela 5.2), assume-se, neste caso, que 25% desses novos postos de trabalho são destinados a pessoas em idade ativa que se encontram em situação de inatividade incluindo, entre outros: jovens que não estão a estudar nem a trabalhar (nem à procura de emprego); pessoas que, devido à situação de desemprego de longa duração, desistiram de procurar emprego e outros elementos da sociedade afetados pela exclusão social. O acréscimo de 50 postos de trabalho permitirá reduzir a percentagem de população em idade ativa em situação de inatividade para 19,46%.

R.1.2 – Na abordagem LEADER 2007-2013, gerida pela Terras de Sicó, foi possível apoiar um total de 25 projetos nesta área, para os quais contribuiu um apoio através de despesa pública (proveniente do FEADER) de cerca de 1,9 milhões de euros. No âmbito do corrente DLBC, prevê-se uma dotação de FEADER inferior ao total disponibilizado anteriormente, que não é compensada totalmente pelo facto de ser agora possível contar com o apoio proveniente do FSE e do FEDER. Em contrapartida, é fundamental melhorar a taxa de execução no âmbito deste DLBC, pelo que se pressupõe viável manter o número de projetos apoiados nesta área.

R.1.3 – Associado ao indicador anterior, mas mensurado através do impacto na população. Assume-se uma meta ligeiramente acima da estabelecida no PDR2020 para o mesmo indicador (0,1% face a 0,08%), o que, tendo por referência a população residente em 2011 (segundo os Censos), equivale a um número médio de 5 beneficiários de serviços/ infraestruturas melhorados, por cada projeto apoiado.

R.0 – Este indicador é comum a todos os desafios e objetivos assumidos na presente EDL, uma vez que permite medir a capacidade de mobilização de investimento associado à despesa pública. O efeito multiplicador do investimento público no investimento privado mede o processo de alavancagem dos apoios públicos para o setor privado e indica o valor (em €) gerado de investimento, por cada euro de apoio público. Com base nos valores de investimento total e apoio público realizados no período 2007-2013, é possível determinar um multiplicador de 1,66. A meta apresentada (2,2) reflete a perspetiva já mencionada de melhoria na taxa de execução, além de estar coerente com a meta apresentada para o mesmo indicador pelo POR Centro 2014-2020. Pretende-se assim que, no âmbito da presente EDL, cada 1€ de apoio público, gere diretamente um valor de investimento de 2,2€.

D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável

A criação e manutenção do emprego são determinantes cruciais para contrariar a tendência de diminuição e envelhecimento populacionais no território de Sicó. Embora se registre em Sicó uma taxa de desemprego menor do que a média nacional, a análise de diagnóstico efetuada demonstrou que se tem assistido a um aumento do desemprego, em particular do desemprego de longa duração. As ofertas de emprego asseguradas pelas empresas existentes são insuficientes face à procura e, adicionalmente, a dinâmica de nascimento de novas empresas no território é também inferior à registada na média nacional e regional. A dimensão média das empresas existentes, bem como os níveis reduzidos de gestão profissional no tecido empresarial existente, refletem-se numa reduzida produtividade aparente do trabalho (medida pelo VAB por trabalhador), constituindo obstáculos ao crescimento (nomeadamente através da internacionalização) e, conseqüentemente, à expansão do número de postos de trabalho. O empreendedorismo, em particular o jovem, é igualmente reduzido e inferior à média nacional e regional.

As condições naturais de Sicó, conjuntamente com a relevância que o setor primário e atividades conexas assumem neste território – incluindo a reconhecida qualidade dos produtos endógenos da região e o potencial do território para o turismo - constituem aspetos a explorar na prossecução deste desafio prioritário. Os bons indicadores de sucesso escolar, a par com a tendência de aumento do nível médio das qualificações da população no território, deverão ser acompanhados por uma criação de oportunidades de emprego que permita reter e captar jovens qualificados. É também importante criar condições para a manutenção do emprego existente, por via de ações que melhorem a capacidade adaptativa dos trabalhadores e dos empresários à mudança. Tendo em consideração as características demográficas da população, o apoio a iniciativas locais de emprego no terceiro setor deverá também ser ponderado na definição de objetivos específicos a prosseguir para suplantar este desafio prioritário.

Tabela 5. 2– Objetivos e Indicadores de resultados sobre empregabilidade

D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável			
Objetivos e correspondência com os indicadores de resultados			
O.2.1) Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal.			[R.2.1; R.2.2; R.0]
O.2.2) Apoiar o empreendedorismo qualificado e a exploração económica de ideias criativas.			[R.2.1; R.2.2; R.0]
O.2.3) Apoiar a criação de novas empresas, bem como o aumento de novos postos de trabalho nas empresas existentes.			[R.2.1; R.2.2; R.0]
O.2.4) Promover a melhoria dos processos de gestão e de inovação nas empresas, através da capacitação de empresários e colaboradores.			[R.2.3; R.0]
Indicadores de resultados	Situação de partida	Meta 2022	Fonte de informação / frequência de monitorização
R.2.1. Número de novos postos de trabalho criados, incluindo autoemprego	141 (abordagem LEADER 2007-2013)	200	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual
R.2.2. Percentagem de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	n.d. (40% para R. Centro)	50%	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual
R.2.3. Percentagem de trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	n.a.	75%	Inquérito aos trabalhadores envolvidos em formação / anual
R.0. Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,66 (abordagem LEADER 2007-2013)	2,2	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual

Fonte: Edição dos autores.

Fundamentação e pressupostos das metas apresentadas

R.2.1 – A meta apresentada em termos de postos de trabalho a criar no âmbito do corrente DLBC, pondera uma previsão de menor dotação de apoios públicos, assumindo que o efeito negativo provocado será compensado com a perspectiva de melhorar a taxa de execução no próximo período de programação.

R.2.2 – Situação de partida e meta apresentadas coerentes com o que consta no POR Centro 2014-2020, para o mesmo indicador de resultados.

R.2.3 – Meta apresentada coerente com o que consta no POR Centro 2014-2020 para o mesmo indicador de resultados.

D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local

A caracterização da situação de partida em termos de dinamismo económico local permitiu concluir que o problema mais premente consiste na reduzida capacidade de gerar e reter valor acrescentado no território. Esse problema tem efeitos negativos e imediatos em dois indicadores: a produtividade aparente do trabalho e o VAB por empresa. A análise efetuada ao diferencial de produtividade evidencia ainda que se trata de um efeito local – para o qual contribuirá o tipo de tecido empresarial presente no território (de pequena dimensão, predominantemente de cariz familiar, com carências de capacitação nos gestores e sobretudo orientado para o mercado interno) – e não apenas de um efeito decorrente da estrutura produtiva por setores de atividade. Assim, é importante procurar formas de acrescentar e reter maior valor no território, nos vários setores de atividade, incluindo no setor primário no qual Sicó possui uma concentração relativa superior face à média nacional e regional. No que se refere ao setor primário e atividades conexas (por exemplo, produção agroalimentar), ficou evidente que existe um forte potencial para subir na cadeia de valor. Sendo já um setor importante no território, é fundamental contornar as debilidades que atualmente apresenta, sobretudo ao nível da reduzida dimensão das explorações e das empresas, da baixa presença de jovens no setor e do reduzido envolvimento internacional. Face ao exposto, foram selecionados os seguintes objetivos específicos a prosseguir no âmbito deste desafio prioritário.

Tabela 5. 3– Objetivos e Indicadores de resultados sobre competitividade

D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local			
Objetivos e correspondência com os indicadores de resultados			
O.3.1) Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, nomeadamente através da cooperação interempresarial.			[R.3.1; R.3.3; R.0]
O.3.2) Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços.			[R.3.1; R.3.2; R.0]
O.3.3) Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e silvícolas, nomeadamente, através da incorporação de tecnologias inovadoras, da diversificação de atividades e da atração de jovens adequadamente qualificados para o setor.			[R.3.4; R.3.5; R.3.7; R.0]
O.3.4) Melhorar a integração da produção na cadeia agroalimentar, nomeadamente, através do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos e da atuação no âmbito de organizações de produtores.			[R.3.5; R.3.6; R.0]
O.3.5) Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.			[R.3.5; R.3.6; R.0]
Indicadores de resultados	Situação de partida	Meta 2022	Fonte de informação / frequência de monitorização
R.3.1. VAB por empresa	43.318€	+1 a 2%	INE / anual
R.3.2. % de volume de negócios associado à introdução de novos produtos no mercado, no total do volume de negócios das empresas apoiadas	n.a.	10%-12%	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual
R.3.3. Peso das exportações no volume de negócios das empresas (%)	8,3%	10-12%	INE / anual
R.3.4. Proporção de explorações agrícolas que possuem atividades lucrativas não agrícolas	1,2%	2,5%	INE / decenal (Recenseamento Agrícola)

R.3.5. Percentagem de explorações agrícolas apoiadas	n.a.	3%	Levantamento junto dos projetos apoiados e INE / anual
R.3.6 – Percentagem de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiadas	n.a.	3%	Levantamento junto dos projetos apoiados e INE / anual
R.3.7. Proporção de jovens agricultores (produtores agrícolas singulares com menos de 45 anos)	4,6%	7% - 8%	INE / decenal (Recenseamento Agrícola)
R.0. Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,66	2,2	Levantamento junto das entidades apoiadas / anual

Fonte: Edição dos autores.

Fundamentação e pressupostos das metas apresentadas

R.3.1 – A tendência de evolução do VAB por empresa denota um aumento 1,5% entre 2004 e 2012 para o todo nacional e um decréscimo de 1,9% para o território de Sicó, para igual período. Ponderando o enfoque da presente EDL na dinamização da economia local e consequente criação e retenção de valor acrescentado, assume-se uma meta motivadora de aumento do VAB por empresa, situado entre 1% e 2%.

R.3.2 – O intervalo definido para a meta tem por referência o peso das vendas de produtos novos no volume de negócios das empresas da região Centro conhecido através do Inquérito Comunitário à Inovação (16%) e é ajustado à realidade do território, ponderando a tipologia e dimensão das empresas aí presentes, fixando-se como meta o intervalo entre 10% e 12%.

R.3.3 – A meta definida tem em consideração a situação de partida e o incremento que se prevê para o envolvimento internacional de Sicó (quer através dos incentivos à produção de bens transacionáveis, quer à promoção da atividade turística). Está ainda coerente com o aumento para o mesmo indicador considerado para o total da região Centro.

R.3.4 – A meta apresentada traduz um crescimento ambicioso, face à situação de partida (referente a 2009), mas realizável com base na forte aposta desta EDL na diversificação das

atividades nas explorações agrícolas para atividades lucrativas não agrícolas (incluindo: turismo rural, artesanato, transformação de produtos agrícolas alimentares, produção florestal, prestação de serviços, etc). Configura também um objetivo de convergência neste indicador para os níveis verificados na região Centro (8%) e no país (5%).

R.3.5 – Meta apresentada coerente com o que consta no PDR2020, para o país, para um indicador de resultados semelhante.

R.3.6 – Meta apresentada coerente com o que consta no PDR2020, para o país, para um indicador de resultados semelhante.

R.3.7 – A aposta da presente EDL no setor primário e no apoio ao empreendedorismo, sustenta o estabelecimento de uma meta de aumento na percentagem de jovens no setor. Partindo de uma percentagem de 4,6% que é referente a 2009 (proveniente do Recenseamento Agrícola 2009 publicado pelo INE), e tendo por referência o valor do indicador nesse ano para Portugal (10%) e para a região Centro (6,7%), considera-se razoável assumir um aumento da percentagem para 7% a 8%.

D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos

O território de Sicó apresenta um elevado potencial em termos de recursos endógenos, incluindo recursos naturais (flora, fauna, áreas classificadas, recursos termais, paisagens) e culturais (monumentos, museus, gastronomia) com características únicas, que deverão ser devidamente valorizados e aproveitados economicamente. Estas condições constituem um tipo de oferta cada vez mais valorizada pelas tendências sociais contemporâneas (importância dada à preservação da natureza, à qualidade de vida, às tradições, etc.) que, se integradas numa estratégia concertada de valorização do território, poderão fomentar o turismo, a criação de emprego sustentável, alavancar a visibilidade dos produtos de qualidade locais, gerar oportunidades para o empreendedorismo local e aumentar o envolvimento internacional do território. É por isso fundamental agir no sentido de preservar os recursos existentes, mas também com o intuito de retirar desse potencial maior valor económico.

Tabela 5. 4– Objetivos e Indicadores de resultados sobre ambiente e sustentabilidade

D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos			
Objetivos e correspondência com os indicadores de resultados			
O.4.1) Promover ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural (incluindo a renovação de aldeias) em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos locais de qualidade.			[R.4.1; R.4.2; R.0]
O.4.2) Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais.			[R.4.3; R.0]
O.4.3) Promover a utilização de fontes de energia renovável e gestão eficiente de resíduos e subprodutos.			[R.4.4; R.0]
Indicadores de resultados	Situação de partida	Meta 2022	Fonte de informação / frequência de monitorização
R.4.1 – Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, estabelecimentos de turismo em espaço rural, aldeamentos e outros	n.d.	80.000	Levantamento junto das entidades de alojamento /anual
R.4.2 – Número de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio	n.d.	20.000	Levantamento junto das entidades beneficiárias /anual
R.4.3 – VAB na silvicultura	n.d.	+ 50%	INE /anual
R.4.4 – Percentagem de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis	57%	60%	DGEG /anual
R.0. Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,66	2,2	Levantamento junto das entidades apoiadas /anual

Fonte: Edição dos autores.

Fundamentação e pressupostos das metas apresentadas

R.4.1 – A situação de partida para este indicador não é conhecida para o território, devido à existência de concelhos abrangidos por segredo estatístico, embora seja um dos indicadores cobertos pelas estatísticas do INE. É, contudo, possível aceder aos dados das dormidas no concelho de Pombal (32.441, INE 2013). Atendendo a que Pombal representa quase metade da capacidade de alojamento de Sicó, admite-se como razoável uma meta de 80.000 dormidas / ano para 2022. Tendo por referência a meta indicada para o mesmo indicador no POR Centro 2014-2020, de cerca de 4 milhões de dormidas anuais, a meta assumida implica que Sicó alcançará uma quota de 2% do total da meta do Centro.

R.4.2 – Partindo do número de dormidas estabelecido como meta e o rácio assumido no POR Centro 2014-2020 entre a meta para o número de visitantes e a meta para número de dormidas (de 10%), isso resultaria numa meta de 8.000 visitantes /ano. Porém, as informações conhecidas sobre número de visitantes em alguns pontos turísticos de destaque (exemplo: Conímbriga, Castelo de Penela, etc.) permitem estabelecer uma meta mais ambiciosa, 20.000 visitantes/ano, correspondente a 5% do valor esperado para a região Centro.

R.4.3 – A situação de partida para este indicador não é conhecida para o território, devido à existência de um concelho abrangido por segredo estatístico (Pombal), embora seja um dos indicadores cobertos pelas estatísticas do INE (para o total dos 5 concelhos restantes, em 2012, o VAB na silvicultura foi de 1.801.566€). Entre 2010 e 2012, o VAB na silvicultura (excluindo Pombal) aumentou mais de 14%, representando uma taxa média de crescimento de 7%/ano. Considerando ainda o facto de, em Sicó, existir uma percentagem de superfície agrícola não utilizada superior à região Centro e ao país, aponta-se para um ganho médio anual no VAB de cerca de 5% até 2022, contribuindo para um aumento total de 50%.

R.4.4 – A meta estabelecida neste indicador de resultado corresponde a uma aproximação da realidade de Sicó face à situação nacional.

Em suma, os desafios prioritários e objetivos específicos atrás identificados para Sicó resultam da identidade da região e potenciam a sua afirmação no território nacional. A implementação da presente EDL procurará ultrapassar os desafios propostos, dando prioridade a ações que permitam a mobilização simultânea de objetivos associados e a produção de impactos nos restantes eixos da estratégia de desenvolvimento. Isto é, o foco deve estar sempre no conceito de “variedade relacionada”, procurando, a partir da estrutura produtiva existente, das competências e recursos disponíveis, diversificar o leque de atividades económicas desenvolvidas, tirando partido de potenciais ligações intersectoriais.

5.3. Alinhamento da EDL com as estratégias sub-regionais e com a estratégia regional

Salvaguardada a especificidade das características do território de Sicó e a consideração de todas as informações proporcionadas pelo diagnóstico efetuado, a EDL cujas linhas gerais foram anteriormente apresentadas, encontra-se devidamente enquadrada nas orientações estratégicas europeias, nacionais, regionais e sub-regionais, quer no que se refere aos princípios subjacentes à sua definição, quer no que respeita às opções estratégicas escolhidas.

Efetivamente, a definição da EDL seguiu os princípios metodológicos recomendados pela Comissão Europeia para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional. Concretamente, todos os procedimentos e opções tomadas ponderaram a importância de:

- ✓ - Envolver um número considerável de *stakeholders* regionais suficientemente representativo dos seus agentes socioeconómicos numa perspectiva temática e territorial;
- ✓ - Apontar direções concretas de desenvolvimento estratégico, visando a concentração dos esforços futuros na valorização dos fatores distintivos identificados para o território;
- ✓ - Adotar, desde o início, uma orientação para resultados, mensuráveis através de metas motivadoras e atingíveis.

A EDL de Sicó encontra-se alinhada verticalmente com as estratégias regionais (NUTS II), sub-regionais (NUTS III) e setoriais (em concreto, com o PDR2020), isto é a concretização dos objetivos definidos para Sicó permite contribuir para a realização das metas consideradas nas estratégias mencionadas. Por outro lado, foi reconhecida a complementaridade entre diferentes instrumentos de intervenção territorial com incidência no mesmo território, tendo consciência do enfoque demarcado do DLBC e do contributo que aqueles instrumentos terão para reforçar, numa lógica de subsidiariedade, os objetivos da EDL de Sicó.

O presente capítulo pretende demonstrar a coerência da EDL de Sicó com a estratégia regional em que se insere o território (Centro de Portugal) e as estratégias integradas de desenvolvimento sub-regionais (das Comunidades Intermunicipais de Coimbra e de Leiria). Mais precisamente, visa tornar explícito:

- 1) O alinhamento ao nível das áreas de enfoque temático entre a EDL de Sicó e as estratégias sub-regionais das CIM de Leiria e de Coimbra;
- 2) O contributo dos objetivos específicos definidos para os resultados esperados das estratégias sub-regionais;
- 3) O contributo dos objetivos específicos para as prioridades de investimento mobilizadas no PDR2020 e no POR Centro 2020 para o desenvolvimento local de base comunitária;
- 4) O enquadramento na RIS3 do Centro de Portugal, no que se refere à componente de inovação considerada na EDL de Sicó.

5.3.1 Alinhamento da EDL de Sicó com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial da região de Leiria e de Coimbra

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da região de Leiria, de que fazem parte 3 dos concelhos de Sicó, define os seguintes 13 eixos estratégicos de atuação: Simplificação administrativa; Educação e competências; Coesão social; Gestão dos recursos; Alterações climáticas; I&D e Internacionalização; Empreendedorismo; Sociedade digital; Reabilitação urbana; Especialização inteligente – Moldes; Especialização inteligente – Habitat; Especialização inteligente – Floresta; Especialização inteligente - Turismo (CIMRL, 2014). Por seu lado, a região de Coimbra, à qual pertencem os restantes 3 dos 6 concelhos de Sicó, apresenta 3 áreas de intervenção prioritárias, designadamente: Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos, Inovação e Capital Humano e Coesão e Inclusão Social, e 2 áreas

transversais: Rede Urbana e Estruturação do Território e Rede de Governação e Eficiência da Administração (CIMRC, 2014).

A tabela seguinte explicita o alinhamento do enfoque de áreas temáticas entre a EDL de Sicó e a EIDT de Leiria e Coimbra.

Tabela 5. 5 – Alinhamento do enfoque temático entre a EDL de Sicó e as EIDT das regiões de Leiria e de Coimbra

EDL Sicó 4 Desafios Prioritários	EIDT Região de Leiria 13 eixos estratégicos	EIDT Região de Coimbra 3 áreas intervenção prioritárias e 2 transversais
D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coesão social (+++) ✓ Empreendedorismo (+) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coesão e Inclusão Social (+++)
D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreendedorismo (+++) ✓ Educação e competências (++) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inovação e capital humano (++)
D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local	<ul style="list-style-type: none"> ✓ I&D e Internacionalização (+++) ✓ Empreendedorismo (+++) ✓ Coesão social (+) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inovação e capital humano (++) ✓ Coesão e inclusão social (+)
D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de recursos (+++) ✓ Especialização inteligente – Floresta (+++) ✓ Especialização inteligente – Turismo (+++) ✓ Alterações climáticas (++) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização e gestão dos recursos endógenos (+++)

+++; alinhamento direto; ++: alinhamento forte; +: alinhamento relevante

Fonte: Edição dos autores.

Além dos contributos evidenciados na tabela anterior, é de salientar a importância de todos os eixos e objetivos estratégicos previstos nas EIDT de Leiria e Coimbra para o alcance dos desafios assumidos no âmbito da EDL de Sicó, numa lógica de complementaridade das intervenções territoriais. No caso de Leiria, são de destacar, como áreas de enfoque temático não diretamente abrangidas pela EDL de Sicó, a simplificação administrativa, a sociedade digital e a reabilitação urbana, cujas ações contribuirão significativamente para a competitividade das empresas de toda a região de Leiria, incluindo os concelhos pertencentes ao território de Sicó. De igual forma, as ações previstas na EIDT de Coimbra no âmbito das

prioridades transversais rede urbana e estruturação do território e rede de governação e eficiência da administração, trarão para os concelhos de Sicó pertencentes à região de Coimbra benefícios óbvios para as empresas e habitantes aí residentes.

Para além do alinhamento do enfoque das áreas temáticas, verifica-se também a coerência entre os objetivos específicos definidos para a EDL de Sicó e as metas traçadas nas EIDT de Coimbra e Leiria, conforme é possível constatar na tabela abaixo.

Tabela 5. 6– Contributo dos objetivos específicos da EDL de Sicó para as metas estabelecidas nas EIDT das regiões de Leiria e de Coimbra

	EDL Sicó	EIDT Região de Leiria	EIDT Região de Coimbra
D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza	O.1.1) Promover iniciativas para a inovação e experimentação social que facilitem a inclusão ativa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da taxa de emprego ✓ Aumento da população entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida 	
	O.1.2) Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais distantes do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diminuição dos beneficiários de RSI ✓ Percentagem de indivíduos com idade entre os 16 e os 74 anos que utilizam computador e que utilizam internet 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a taxa de emprego ✓ Sustentar a população residente, com eventual crescimento e rejuvenescimento populacional
	O.1.3) Melhorar o acesso da população a serviços básicos, nomeadamente através da criação de redes de serviços de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ População em risco de pobreza 	

	EDL Sicó	EIDT Região de Leiria	EIDT Região de Coimbra
D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável	O.2.1) Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da taxa de emprego ✓ Aumento da % de empresas com atividades inovadoras, tecnológicas ou não tecnológicas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar o PIBpc ✓ Aumentar a taxa de emprego ✓ Sustentar a população residente, com eventual crescimento e rejuvenescimento populacional
	O.2.2) Apoiar o empreendedorismo qualificado e a exploração económica de ideias criativas		
	O.2.3) Apoiar a criação de novas empresas, bem como o aumento de novos postos de trabalho nas empresas existentes		
	O.2.4) Promover a melhoria dos processos de gestão e de inovação nas empresas, através da capacitação de empresários e colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do peso da I&D no PIB ✓ Aumento da população entre os 18 e os 65 anos a frequentarem ações de aprendizagem ao longo da vida 	

	EDL Sicó	EIDT Região de Leiria	EIDT Região de Coimbra
D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local	O.3.1) Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, nomeadamente através da cooperação interempresarial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do grau de abertura ao comércio internacional 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da intensidade exportadora ✓ Manter e reforçar posição nos mercados de diversificação superior à nacional e da região Centro
	O.3.2) Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da % de empresas com atividades inovadoras, tecnológicas ou não tecnológicas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acentuar o investimento em I&D
	O.3.3) Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e silvícolas, nomeadamente, através da incorporação de tecnologias inovadoras, da diversificação de	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da % de empresas com atividades inovadoras, tecnológicas ou não tecnológicas 	

	atividades e da atração de jovens adequadamente qualificados para o setor	✓ Crescimento da produtividade sub-regional	
	O.3.4) Melhorar a integração da produção na cadeia agroalimentar, nomeadamente, através do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos e da actuação no âmbito de organizações de produtores	✓ Crescimento da produtividade sub-regional	✓ Crescimento da produtividade
	O.3.5) Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas		

	EDL Sicó	EIDT Região de Leiria	EIDT Região de Coimbra
D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos	O.4.1) Promover ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural (incluindo a renovação de aldeias) em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos locais de qualidade	✓ Aumento dos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros	✓ Aumento do ritmo de crescimento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros ✓ Sustentar a população residente, com eventual crescimento e rejuvenescimento populacional
	O.4.2) Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais	✓ Aumento da área florestal certificada	✓ Aumentar o PIBpc ✓ Sustentar a população residente, com eventual crescimento e rejuvenescimento populacional
	O.4.3) Promover a utilização de fontes de energia renovável e gestão eficiente de resíduos e subprodutos.	✓ Energia eléctrica produzida a partir de fontes renováveis	—

Fonte: Edição dos autores.

5.3.2 Alinhamento da EDL de Sicó com o Programa Operacional Centro 2020 e com o PDR2020

O DLBC é apoiado por vários programas operacionais do Portugal 2020, beneficiando de um apoio plurifundo: FEDER e FSE no caso do apoio via programas operacionais regionais e FEADER, no apoio via PDR2020. A presente EDL, referente a um território da região Centro, está enquadrada no POR Centro e no PDR2020. A análise de alinhamento estratégico que se segue pretende tornar evidente o contributo dos objetivos definidos na EDL de Sicó para as seguintes Prioridades de Investimento (PI) definidas pelo Regulamento de Disposições Comuns (RDC) dos fundos, correspondentes a objetivos temáticos mobilizáveis pelo DLBC: PI 2, 3 e 6 do PDR2020 (aplicáveis às Estratégias de Desenvolvimento Local), e 3 das 10 PI abrangidas correspondentes às DLBC rurais, no respeitante ao POR Centro 2020 - PI 6, 8 e 9.

Tabela 5. 7– Contributo dos objetivos específicos da EDL de Sicó para as prioridades de investimento do POR Centro 2020 e do PDR2020

	EDL Sicó	POR Centro 2020	PDR2020
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza</p>	<p>O.1.1) Promover iniciativas para a inovação e experimentação social que facilitem a inclusão ativa</p>	<p>✓ PI 8i (FSE) - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores</p>	<p>✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais</p>
	<p>O.1.2) Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais distantes do mercado de trabalho</p>	<p>✓ PI 9i (FSE) – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p> <p>✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p> <p>✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base Comunitária</p>	
	<p>O.1.3) Melhorar o acesso da população a serviços básicos, nomeadamente através da criação de redes de serviços de proximidade</p>	<p>✓ PI 9a (FEDER) - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária</p> <p>✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p> <p>✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p>	

EDL Sicó		POR Centro 2020	PDR2020
D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável	O.2.1) Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 8a (FEDER) – Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas ✓ PI 8b (FEDER) - Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P6A – Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos ✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	O.2.2) Apoiar o empreendedorismo qualificado e a exploração económica de ideias criativas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 8iii (FSE) - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras 	
	O.2.3) Apoiar a criação de novas empresas, bem como o aumento de novos postos de trabalho nas empresas existentes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária ✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	
	O.2.4) Promover a melhoria dos processos de gestão e de inovação nas empresas, através da capacitação de empresários e colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 8v (FSE) - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária ✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	

	EDL Sicó	POR Centro 2020	PDR2020
D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local	O.3.1) Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, nomeadamente através da cooperação interempresarial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 8v (FSE) - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	O.3.2) Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	
	O.3.3) Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e silvícolas, nomeadamente, através da incorporação de tecnologias inovadoras, da diversificação de atividades e da atração de jovens adequadamente qualificados para o setor	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária ✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P2A – Melhorar o desempenho económico de todas as explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola ✓ P2B – Facilitação da entrada de agricultores adequadamente qualificados no setor agrícola, e em especial da renovação geracional neste setor ✓ P3B – Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas ✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	O.3.4) Melhorar a integração da produção na cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ P2A – Melhorar o desempenho económico de todas as

	<p>agroalimentar, nomeadamente, através do aumento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos e da atuação no âmbito de organizações de produtores</p>	<p>✓ PI 9d (FEDER) - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p>	<p>explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola</p> <p>✓ P3A – Melhoria da competitividade dos produtores primários mediante uma melhor integração na cadeia alimentar através de sistemas de qualidade, acrescentando valor aos produtos agrícolas e promovendo mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, agrupamentos e organizações de produtores e organizações interprofissionais</p> <p>✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais</p>
	<p>O.3.5) Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas</p>		<p>✓ P2A – Melhorar o desempenho económico de todas as explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola</p> <p>✓ P3B – Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas</p> <p>✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais</p>

EDL Sicó		POR Centro 2020	PDR2020
D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos	O.4.1) Promover ações integradas de conservação, proteção e valorização do património cultural e natural (incluindo a renovação de aldeias) em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos locais de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 8b (FEDER) - Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade ✓ PI 6c (FEDER) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária ✓ PI 9b (FEDER) -Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais 	✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	O.4.2) Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 6c (FEDER) – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base Comunitária 	✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	O.4.3) Promover a utilização de fontes de energia renovável, e gestão eficiente de resíduos e subprodutos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PI 9vi (FSE) - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária 	✓ P6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais

Fonte: Edição dos autores.

Importância e enquadramento da Inovação na EDL Sicó

As linhas estratégicas anteriormente apresentadas assumem a inovação como uma aposta transversal em todos os desafios propostos, estando dessa forma articulado com o estabelecido no PDR2020 (Prioridade horizontal). A inovação é aqui entendida na sua conceção mais lata, abrangendo não apenas a noção de inovação tecnológica. A tabela seguinte evidencia os aspetos em que a inovação é considerada na EDL proposta, indicando também o seu enquadramento na RIS3 do Centro de Portugal (CCDRC, 2014c) enquanto estratégia enquadradora para o enfoque das apostas de inovação desenvolvidas no território abrangido.

Tabela 5. 8– Inovação na EDL Sicó

Consideração da inovação na EDL Sicó	Desafio da EDL Sicó	Enquadramento na RIS3 do Centro de Portugal
Inovação social, prevendo-se o apoio a respostas inovadoras a necessidades sociais tipicamente não supridas pelo mercado, dirigidas a grupos vulneráveis na sociedade	D1 – INCLUSÃO SOCIAL: Promover a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combater a pobreza	Plataforma de inovação 4 (Inovação rural)
Inovação ao nível dos processos de gestão nas empresas e inovação através do apoio ao empreendedorismo criativo	D2 – EMPREGABILIDADE: Promover a criação e manutenção de emprego sustentável	Plataforma de inovação 4 (Inovação rural)
Desenvolvimento de novos modelos de negócio que permitam melhorar o posicionamento na cadeia de valor dos produtos locais (nomeadamente agrícolas e agroindustriais)	D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local	Plataforma de inovação 2 (Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos) e Plataforma de inovação 4 (Inovação rural)
Introdução de tecnologias inovadoras no setor agrícola	D3 – COMPETITIVIDADE: Dinamizar e diversificar a economia local	Plataforma de inovação 2 (Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos)
Valorização e uso eficiente de recursos endógenos	D4 – AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos	Plataforma de inovação 2 (Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos)

Fonte: Edição dos autores.

A própria abordagem utilizada no DLBC constitui um fator crítico para a probabilidade de inovação na implementação da presente EDL. Efetivamente, o envolvimento dos atores locais desde o início da formulação da estratégia permite uma atuação pensada localmente, proporcionando maior *engagement* dos cidadãos e criando respostas à medida das necessidades sociais do território.

Cooperação transnacional e interterritorial

A cooperação (transnacional e interterritorial) prevista no instrumento DLBC é considerada como um meio fundamental para potenciar o carácter inovador das ações a implementar no âmbito da EDL de Sicó, permitindo a identificação de boas práticas, a partilha de experiências, a aplicação de projetos piloto de inovação rural e inovação social inspirados em casos exemplares ou o desenvolvimento de atividades conjuntas. Todos os desafios e objetivos específicos propostos na EDL poderão beneficiar do desenvolvimento de atividades de cooperação (incluindo visitas de estudo, missões e atividades de *benchmarking*), através da aprendizagem mútua proporcionada. Com esse intuito, destaque-se o recente acordo de parceria celebrado entre as diversas GAL/ADL da região Centro no sentido da conjugação de esforços para articulação da estratégia nas suas vertentes de objetivos, metas e ações (Anexo A).

A cooperação interterritorial pode ser usada com o intuito de atingir a massa crítica necessária para levar a cabo alguns projetos, designadamente destinados à valorização integrada de recursos endógenos. Neste contexto, é de destacar o projeto “Loja do Intendente - produtos e territórios” (que beneficia da cooperação entre a Terras de Sicó com outros GAL: Pinhal Maior, Corane, Tagus, Monte e ADR-AL), ao qual se visa dar continuidade. Propõe-se ainda avançar com o projeto “Rota dos Templários”, que implica a cooperação entre a Terras de Sicó e a ADIRN, ADRACES, Douro Histórico e PRORAIA.

Ao nível internacional, pretende-se prosseguir com o projeto “Cooperar em Português II”, do qual fazem parte 18 GAL nacionais e 8 estrangeiros.

Estes e outros projetos de cooperação concretos a levar a cabo no âmbito da presente EDL serão especificados juntamente com as restantes ações a incluir no plano de ação e de investimento.

6. Processo de envolvimento com as comunidades locais

6.1. Participação dos parceiros e da comunidade local na elaboração e execução da EDL

A metodologia subjacente ao desenvolvimento da presente Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) assentou num processo faseado, construído em consonância com as orientações europeias e nacionais para o desenho deste tipo de estratégias associadas ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (Comissão Europeia, 2014a; Portugal 2020, 2014) Neste contexto, todos os passos e procedimentos aplicados pela equipa de coordenação técnica (ECT), descritos no presente capítulo, foram conduzidos tendo em mente a importância de assegurar a articulação constante entre os 3 elementos de base do DLBC, por vezes designados como «tríade» do DLBC (Comissão Europeia, 2010; 2014a): Território, Parceria e Estratégia.

Figura 6. 1 – Tríade do DLBC

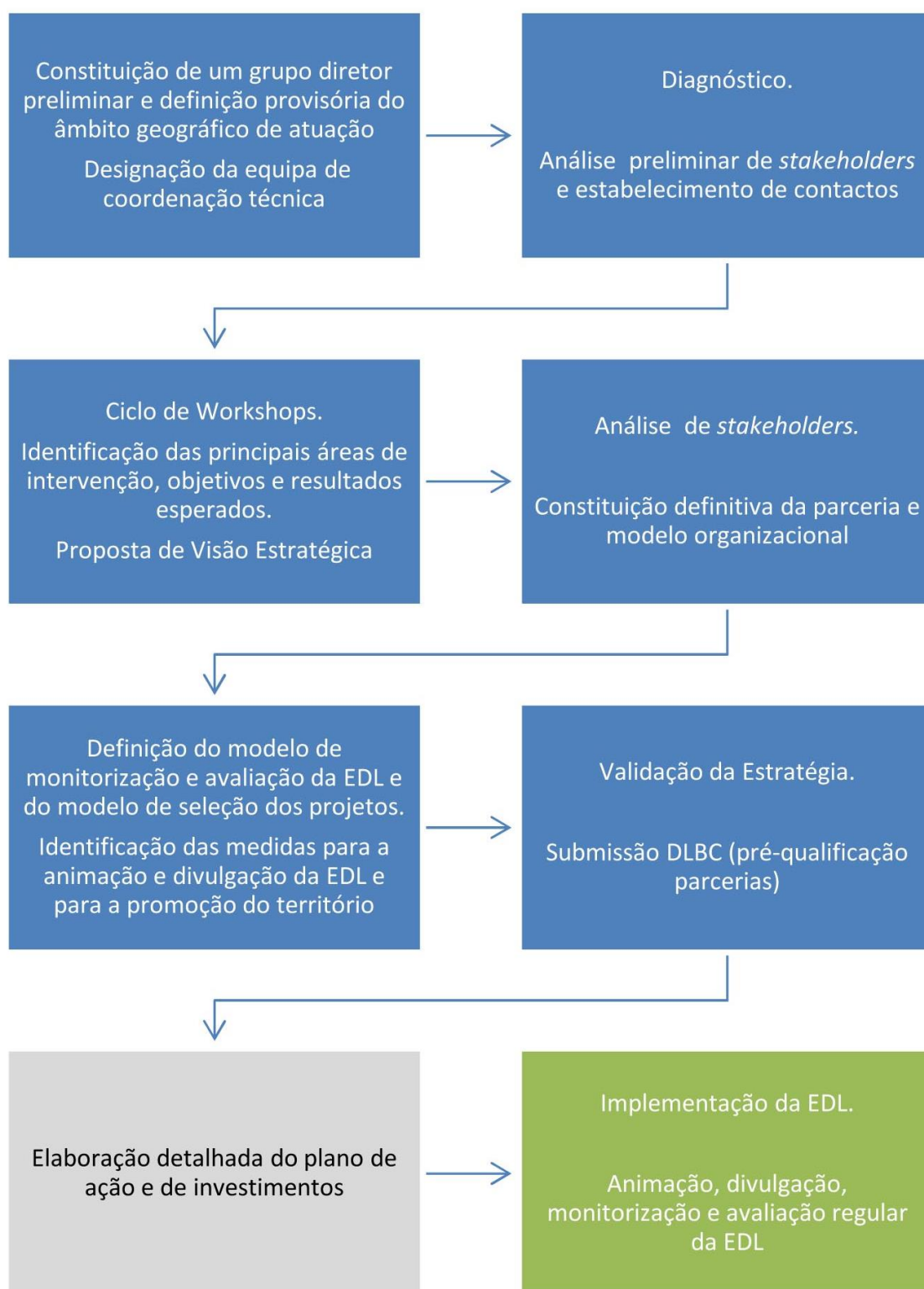


Fonte: Edição dos autores.

O DLBC consiste num instrumento de intervenção territorial que segue uma abordagem ascendente, significando que é a população local que assume a liderança e forma uma parceria, visando a conceção e execução de uma estratégia de desenvolvimento integrado, que responda aos desafios sociais, ambientais e económicos efetivamente sentidos pela população. Pretende-se com este instrumento fazer uso do conhecimento único que os atores locais possuem sobre o seu território – na vertente institucional, social e económica – e envolver estes atores no processo de desenvolvimento estratégico desde o início (através de um processo de planeamento interativo), bem como na sua implementação através da criação de uma parceria local – Grupo de Ação Local - que concebe e executa uma estratégia de desenvolvimento integrado. Seguindo esta filosofia, é aqui proposto um modelo participativo que permite a partilha de conhecimento e experiências, mas também estimula a capacidade de construir estratégias coletivas e de organização em torno de novos projetos e ideias.

O esquema patente na Figura 6.2 resume, de uma forma sequencial, os principais passos seguidos no desenvolvimento da EDL, cujos trabalhos se prevêem decorrer essencialmente durante 15 meses, entre março de 2014 e maio de 2015 e aos quais se segue a execução da estratégia. A descrição detalhada de cada passo, salientando os procedimentos adotados para envolver as comunidades locais, é apresentada de seguida.

Figura 6. 2– Principais passos para o desenvolvimento da EDL



Fonte: Edição dos autores.

Fase 1 - Composição de um grupo diretor preliminar; Definição provisória do âmbito geográfico de atuação e da metodologia para a elaboração da EDL; Designação da equipa de coordenação técnica (março a agosto de 2014)

O primeiro passo consistiu na composição de um grupo diretor preliminar, encarregue de dar início ao processo de preparação da EDL, envolvendo concretamente: a definição provisória do âmbito geográfico de atuação, a decisão quanto à designação da equipa de coordenação técnica e a preparação de todo o projeto, incluindo os procedimentos para garantir o envolvimento da comunidade.

Numa lógica de prosseguimento de quase 30 anos de experiência em termos de gestão de instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial numa vertente intermunicipal, nomeadamente da participação na gestão de fundos no âmbito da abordagem LEADER, e que possibilitou a aquisição e consolidação de conhecimentos e de saber fazer ao nível da promoção do desenvolvimento local, a Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento, assumiu-se como promotora deste processo, obtendo para o efeito a autorização e adesão dos representantes de todos os concelhos abrangidos pela mesma (Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure). A Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento propôs-se, assim, a constituir e dirigir uma parceria (designada por GAL Terras de Sicó 2020) que, suportada pela equipa de coordenação técnica, permitisse o desenho, implementação e monitorização da EDL para o território abrangido pela totalidade dos concelhos anteriormente referidos.

A definição provisória dos limites territoriais, numa fase inicial, foi indispensável para iniciar o processo de diagnóstico regional, ainda que estivesse sujeita a possíveis redefinições futuras, que viessem a ser tidas como convenientes face à necessária coerência física, económica e social e à identificação de prioridades e objetivos estratégicos comuns durante o processo de planeamento.

Esta fase de arranque envolveu igualmente a designação da equipa de coordenação técnica (ECT), responsável pela realização do diagnóstico estratégico e facilitadora dos trabalhos da parceria local em todo o restante processo de desenvolvimento da estratégia.

Fase 2 – Diagnóstico; Análise preliminar dos *stakeholders* e estabelecimento de contactos para a constituição da parceria (setembro e outubro de 2014)

A segunda fase envolveu um conjunto de atividades e métodos aplicados no sentido de elaborar o diagnóstico interno e iniciar a constituição da parceria. Pela sua complexidade, esta fase é analisada em duas subfases; porém, é importante salientar que ambas ocorreram em paralelo e foram interdependentes entre si durante estes dois meses.

Diagnóstico

A análise de diagnóstico tem por objetivo conhecer profundamente a região em análise, utilizando fontes e métodos diversificados e complementares entre si, com vista à identificação dos principais problemas, potencialidades e desafios que se colocam ao território. Para tal, foi conjugada uma vertente de análise quantitativa e objetiva, consubstanciada na recolha, organização e análise das fontes de informação secundária sobre o território (trabalho realizado pela ECT), com uma análise qualitativa, tendo em consideração a perceção dos atores locais relativamente aos pontos fortes e fracos de Sicó. A análise quantitativa envolveu a produção de um conjunto de mais de 100 indicadores, construídos maioritariamente a partir de fontes estatísticas oficiais (sobretudo: INE e DataCentro), e organizados em 4 eixos:

- ✓ Inclusão Social;
- ✓ Empregabilidade e qualificação;
- ✓ Competitividade;
- ✓ Ambiente e sustentabilidade.

Todos os indicadores foram analisados em várias perspetivas:²

- ✓ Tendo em conta o indicador calculado para o conjunto territorial de Sicó (o que, na maioria dos casos, implicou o recálculo dos indicadores a partir dos dados recolhidos ao nível concelhio);
- ✓ Posicionando Sicó relativamente à média da região Centro e à média nacional;
- ✓ Analisando a evolução do indicador ao longo dos anos mais recentes (sendo o período de análise variável, em função da disponibilidade de informação);

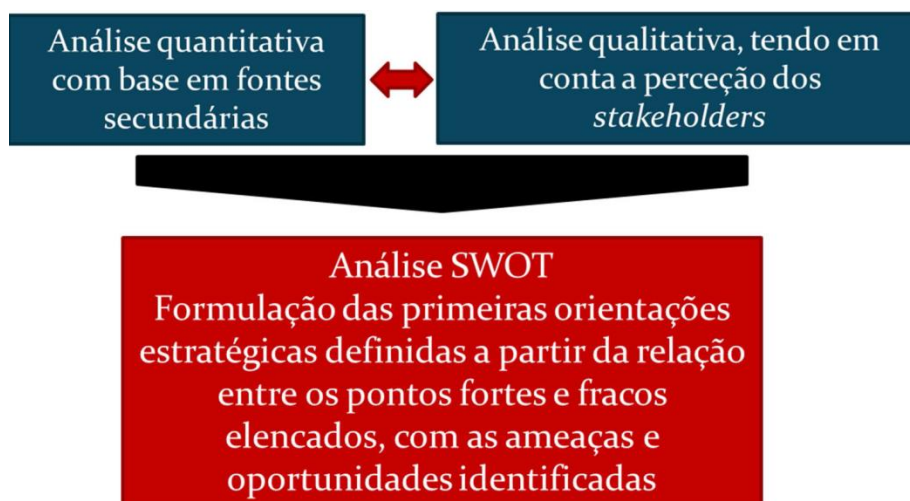
² A análise mais detalhada do diagnóstico (onde está, por exemplo, incluída a heterogeneidade intraterritorial) está disponível na versão mais alargada da Estratégia de Desenvolvimento Local para Sicó, não sendo aqui incluída dada a necessidade de cumprimento dos limites máximos de caracteres definidos pelas orientações subjacentes à candidatura do DLBC.

- ✓ Aferindo a heterogeneidade intrarregional, isto é, verificando o grau de amplitude e dispersão do indicador entre os vários concelhos pertencentes a Sicó.

Os atores locais foram igualmente chamados a participar no processo de diagnóstico através da identificação, por escrito e via *email*, do que consideravam ser a principal fragilidade e o principal ponto forte de Sicó. Esta recolha gerou a identificação de 20 pontos fortes e 20 pontos fracos por parte da comunidade local da região de Sicó, significando um importante contributo, em termos de perceção dos *stakeholders*, para a posterior análise SWOT.

A Figura 6.3 resume esquematicamente a metodologia seguida para a elaboração do diagnóstico.

Figura 6. 3– Elaboração do diagnóstico



Fonte: Edição dos autores.

Parte dos resultados desta análise, incluindo uma síntese dos principais pontos fortes e fracos evidenciados na abordagem quantitativa, foram partilhados com a comunidade local, através da organização de quatro *Workshops* temáticos, que ocorreram entre 30 de outubro e 28 de novembro de 2014 – conforme descrição mais à frente. A seleção de indicadores apresentados nos *Workshops* foi também partilhada com os atores locais através da sua disponibilização *online* numa pasta de acesso conjunto, o que permitiu uma análise mais ponderada dos

mesmos, bem como o acesso a esta informação por parte dos agentes locais que não puderam participar na sessão de trabalho temática correspondente.³

Análise preliminar de *stakeholders* e estabelecimento de contactos para a constituição da parceria

A análise de *stakeholders* começou por um trabalho de reflexão e debate entre a equipa de coordenação técnica e a Terras de Sicó, com o intuito de identificar grupos chave a incluir na parceria que viria a ser constituída. Partindo dos eixos de intervenção que poderiam vir a ser considerados para o DLBC (correspondendo aos quatro eixos de intervenção tratados nos *Workshops* temáticos), foi efetuada uma primeira lista de grupos de entidades cuja representatividade era fundamental assegurar (patente na Figura 6.4).

Figura 6. 4– Identificação de categorias de *stakeholders* a incluir na parceria Terras de Sicó



Fonte: Edição dos autores.

Numa segunda fase, e fazendo uso do conhecimento da Terras de Sicó sobre o território e os seus atores locais, foram listadas entidades em concreto a contactar no sentido de integrar a parceria. Algumas destas entidades tinham já participado em anteriores estratégias

³ Pasta na *Dropbox* criada especificamente para a partilha de informação entre todos os potenciais membros da parceria a constituir.

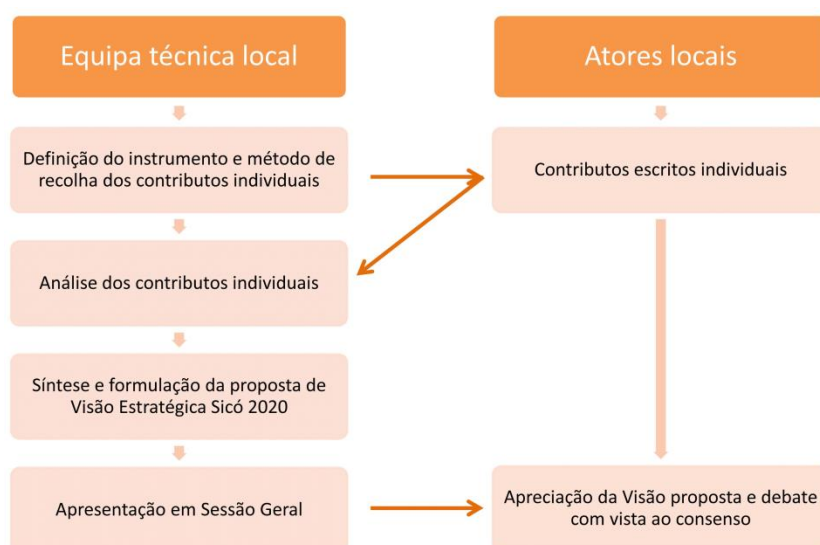
intermunicipais para a mesma região, quer enquanto parceiros, quer como proponentes e beneficiários de projetos. Estas entidades foram convidadas a participar nos *Workshops*.

Fase 3 – Definição da Visão; Ciclo de *workshops*; Identificação das principais áreas de intervenção, objetivos específicos e sugestão de ações (novembro a dezembro de 2014)

Definição da Visão

A definição de onde se pretende chegar, ou seja, como se vê a região de Sicó em 2020, marcou o início do processo de desenvolvimento da estratégia propriamente dita. A definição da Visão contou com o envolvimento dos atores locais, tendo-se iniciado com um pedido de proposta individual concretizada através de um contributo escrito. Para o efeito, juntamente com o *email* de convite para participação nos *Workshops* temáticos (descritos de seguida), foi enviado um documento intitulado “Estratégia de desenvolvimento local para a Região de Sicó: Contributos iniciais para a sua definição”, no qual se solicitava que fosse completada a frase “Em 2020 Sicó será...” (ver documento de recolha de respostas – Anexo 3). Após terem decorrido todos os *Workshops* temáticos (nos quais foi reiterada a importância do contributo de todos os participantes na definição da visão), os contributos individuais foram analisados e sintetizados numa proposta para a visão estratégica para Sicó em 2020. Posteriormente, a proposta foi apresentada e validada numa sessão geral com os parceiros e aberta à comunidade local.

Figura 6. 5– Envolvimento dos atores locais na definição da Visão Estratégica Sicó 2020

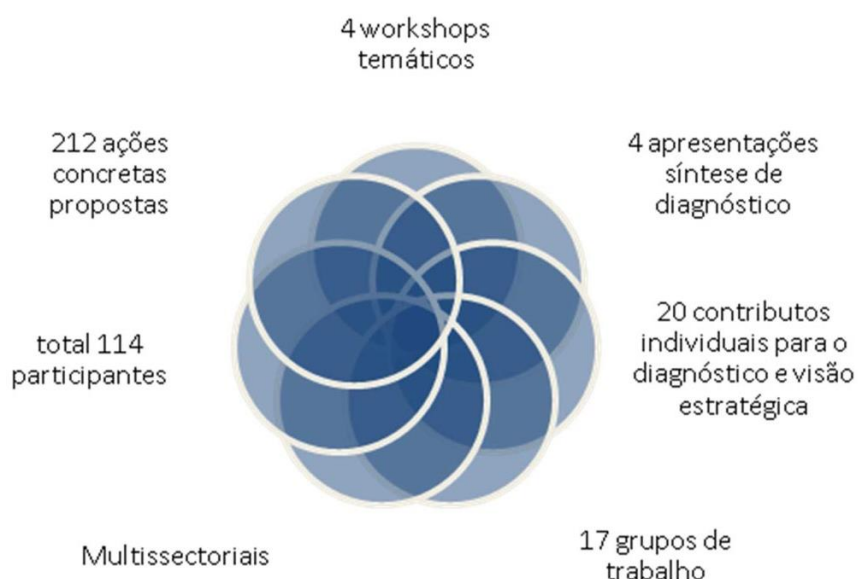


Fonte: Edição dos autores.

Ciclo de *workshops*

Os eixos de intervenção, definidos com base nas informações disponíveis à data acerca dos objetivos temáticos a abranger pelo DLBC (constantes do Acordo de Parceria Portugal 2020 e do POR Centro 2020), deram lugar aos seguintes quatro *Workshops* temáticos: Inclusão social e combate à pobreza; Empregabilidade e qualificação; Competitividade das PME; Ambiente e sustentabilidade. O carácter intermunicipal do DLBC justificou a realização destas sessões de trabalho em quatro concelhos diferentes, sendo cada um, todavia, aberto a participantes da globalidade do território. A realização destes *Workshops* foi fundamental à elaboração de toda a estratégia e contou com uma adesão significativa por parte dos agentes locais, que permitiu gerar resultados importantes, ilustrados na Figura 6.6.

Figura 6. 6– Resultados dos *workshops*



Fonte: Edição dos autores.

A metodologia seguida nestas sessões de trabalho foi pensada no sentido de reforçar o sentimento de *engagement* e corresponsabilização dos *stakeholders* na formulação da EDL. Com esse fim em vista, cada *Workshop* foi dividido em duas partes, com objetivos concretos em cada uma delas. Assim, a primeira parte, destinada a informar a comunidade local sobre o diagnóstico efetuado, consistiu em:

1) Apresentação, por parte da ECT, dos indicadores construídos com base em informação estatística secundária para o tema em análise;

2) Síntese dos principais pontos fortes e pontos fracos da região de Sicó naquela área de intervenção (considerando apenas os que decorriam da análise objetiva dos indicadores);

3) Indicação da lista potencial de objetivos específicos a considerar no âmbito da área temática em análise – tendo em conta as informações constantes nos documentos enquadradores do DLBC (Acordo de Parceria 2020, POR Centro 2020 e PDR2020) e ajustando, quando conveniente, às especificidades do território em estudo identificáveis através do diagnóstico realizado.

Figura 6. 7– Primeira parte do *workshop* 1



Fonte: Edição dos autores.

Na segunda parte, o grupo total de participantes foi repartido em subgrupos (constituídos por 4 a 6 elementos), procurando assegurar a diversidade concelhia em cada subgrupo de trabalho. Durante o período de uma hora, os membros de cada grupo debateram entre si e chegaram a um consenso relativamente à:

- ✓ Classificação dos objetivos específicos segundo o grau de importância (numa escala de 1 a 5). A média resultante de todos os grupos de trabalho permitiu efetuar a priorização dos objetivos específicos segundo o nível de importância percebido pelos agentes locais;
- ✓ Identificação de um mínimo de 2 ações concretas para cada objetivo – estas ações inspiraram a identificação dos resultados esperados com a presente EDL e serão posteriormente utilizadas na elaboração do plano de ação e de investimento.

As conclusões do debate estabelecido no seio de cada subgrupo foram registadas em folhas distribuídas para o efeito (em que a identificação dos participantes era opcional), recolhidas no final da sessão (Anexo 4).

Figura 6. 8– Workshops temáticos – temas e localização



Fonte: Edição dos autores.

Durante a segunda parte dos *Workshops (WS)*, os membros da equipa de coordenação técnica permaneceram na sala onde decorriam os trabalhos, procurando estar disponíveis para o esclarecimento de eventuais dúvidas, mas tendo a preocupação de não interferir demasiado na discussão, nem influenciar as respostas.

Figura 6. 9– Metodologia de funcionamento dos *Workshops* temáticos



Fonte: Edição dos autores.

Fase 4 – Análise dos *stakeholders*, constituição definitiva da parceria e modelo organizacional (dezembro de 2014 e janeiro de 2015)

Para além dos *Workshops* temáticos, foi realizada uma sessão geral, que teve lugar em Soure, a 4 de dezembro de 2014. Esta sessão teve como finalidade principal reforçar a importância da parceria no processo de desenvolvimento local, explicando a relevância de assegurar a representatividade territorial, setorial e por natureza (com maior peso de entidades privadas). Foram convidados a participar todos os membros do GAL que suportou o programa PRODER no período 2007-2013, as entidades beneficiárias nesse período, bem como as entidades que tinham participado nas sessões de trabalho temáticas. Os participantes foram informados do ponto de situação sobre o processo de formulação da EDL, tendo sido apresentados os resultados dos quatro *Workshops* temáticos realizados anteriormente. De seguida, fez-se a apresentação da primeira versão da visão, tendo sido dada a oportunidade, aos participantes de darem o seu *feedback* para o ajustamento da mesma. Foram também prestados alguns esclarecimentos sobre aspetos regulamentares relativos ao DLBC (designadamente: tipologia de DLBC a considerar no território, dotações indicativas de fundos e limiares de investimento definidos). No final da sessão, foi apresentada uma proposta de modelo organizacional subjacente ao funcionamento da parceria de suporte ao DLBC, no sentido de reiterar o grau de envolvimento de cada parceiro, não apenas durante o processo de desenvolvimento da EDL, mas também em todo o período de implementação.

Figura 6. 10– Sessão em Soure



Fonte: Edição dos autores.

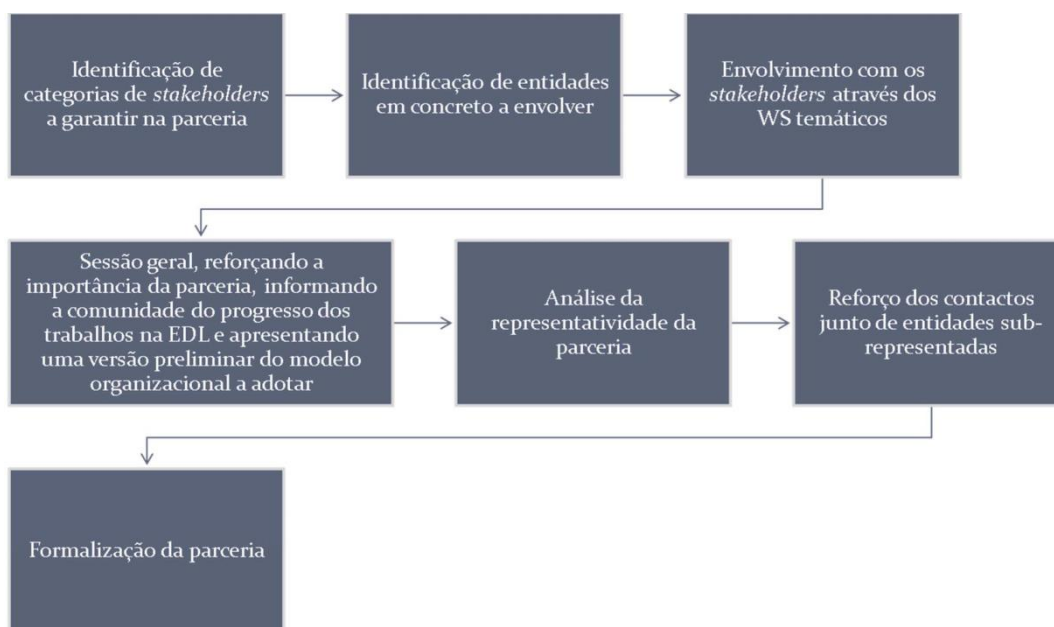
A partir das 40 manifestações de interesse em integrar a parceria recebidas até 19 de dezembro de 2014, foi efetuada uma análise à sua composição, tendo em conta os seguintes critérios:

- ✓ Representatividade em termos de natureza jurídica (assegurando um mínimo de 51% de entidades privadas);
- ✓ Representatividade setorial, assegurando uma estrutura que permita cobrir todas as áreas prioritárias de intervenção;
- ✓ Representatividade territorial, garantindo uma composição equilibrada de todos os concelhos da região de Sicó (tendo em consideração o nível territorial de abrangência de cada entidade).

Desta análise resultou a identificação de alguns grupos sub-representados, originando o reforço dos contactos junto das entidades correspondentes.

A seleção dos parceiros a integrar o GAL constituiu então um processo cuidadoso que, para além de assegurar a trilogia de representatividade, procurou abarcar os diversos agentes locais com papel ativo no desenvolvimento da região e que em muito poderão contribuir para a elaboração e implementação da estratégia. A Figura 6.11 resume o processo seguido para a construção da parceria.

Figura 6. 11 – Metodologia para a construção da parceria



Fonte: Edição dos autores.

Como resultado da metodologia acima apresentada foi possível a constituição de uma parceira - o GAL Terras de Sicó 2020 – composta por mais de uma centena de entidades,

verdadeiramente representativa da comunidade local. De facto, e para além do número de parceiros por si só bastante significativo (aproximadamente 1 por cada 1.000 habitantes de Sicó), a presença de associações, cooperativas e outras instituições permite que, no GAL, estejam diretamente representadas mais de 1.000 empresas e mais de 20.000 produtores (agrícolas, florestais e associados aos produtos endógenos). Adicionalmente, as instituições sociais e culturais representam mais de 9.000 pessoas, para além de integrarem o GAL todas as Câmaras Municipais do território, naturalmente representativas dos seus municípios.

A representatividade é ainda sentida ao nível setorial e territorial. No que respeita à primeira, refira-se a presença de entidades com conhecimento profundo e estreita ligação a todas as áreas temáticas de interesse para a estratégia nomeadamente: administração pública, instituições de inclusão social, associações e empresas do setor primário, instituições de diferentes níveis e tipologias de ensino, instituições de emprego, associações empresariais e empresas individuais (com destaque para o turismo) e que têm em comum o forte empenho no desenvolvimento de Sicó. Já a abrangência territorial é evidente pela dispersão dos elementos do GAL pela região (ao invés de se concentrarem num ou outro concelho). Esta representatividade territorial verifica-se ainda por área temática apresentada, ou seja, para cada uma das áreas, a parceria conta com entidades que somadas permitem abranger todo o território. Por último, é dado um especial destaque a parceiros de natureza privada que correspondem a cerca de 82% do total dos elementos do GAL. A parceria ficou definida em meados de janeiro de 2015, tendo sido formalizada a 2 de fevereiro.

Fase 5 - Definição do modelo de monitorização e avaliação da EDL e do modelo de seleção e acompanhamento dos projetos; Identificação das medidas para a animação e divulgação da EDL e para a promoção do território (janeiro de 2015)

Nesta fase foram projetadas medidas para a divulgação e animação da EDL e para a promoção e animação do território e dos projetos aprovados. Também foi desenvolvido o modelo de monitorização e avaliação interna da estratégia, bem como o modelo para a seleção e acompanhamento dos projetos. Estas componentes, que se apresentam mais à frente, são essenciais para uma boa implementação da EDL e foram validadas pelos parceiros do GAL Terras de Sicó 2020 na sessão de 02/02/2015.

Fase 6 - Validação da estratégia; Submissão DLBC - pré-qualificação parcerias (dezembro de 2014 a fevereiro de 2015).

A validação da estratégia foi concretizada numa sessão com todos os parceiros realizada em Ansião, a 2 de fevereiro e precedida do envio do documento completo de candidatura para permitir uma análise mais profunda de toda a estratégia desenvolvida. A par com o documento, foi enviado um guião de leitura (Anexo 5), em que era explicada a estrutura do texto e disponibilizados espaços para sugestões e comentários em cada capítulo; os contributos recebidos foram contemplados na redação da versão final a submeter do documento.

Em concreto, esta reunião com os parceiros serviu para:

- ✓ Apresentar a análise SWOT, enquanto síntese da análise de diagnóstico para suportar a proposta de EDL (matriz SWOT apresentada no capítulo 4);
- ✓ Validar a proposta macro de estratégia, designadamente: desafios a que é necessário dar resposta, objetivos específicos, focalização das áreas de intervenção, indicadores de resultados e metas (descritos no capítulo 5);
- ✓ Validar o modelo final de governação da parceria, o qual garante a participação ativa de todos os membros na definição das atividades de animação e de monitorização previstas (o modelo de governação apresenta-se no capítulo 3, secção 3.3);
- ✓ Validar as ações previstas no sentido de monitorizar e avaliar a EDL, ações de animação e divulgação da estratégia, do território e dos projetos aprovados, bem como validar o modelo de seleção dos projetos (descrito neste capítulo);
- ✓ Assinar o Contrato de Parceria por parte de todos os membros consubstanciando assim a adesão formal de cada entidade ao grupo de ação local.⁴

A submissão à primeira fase de candidaturas do DLBC foi conduzida pela equipa de coordenação técnica, com colaboração indispensável da estrutura técnica da Terras de Sicó, e decorreu entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. Consistiu na redação e posterior envio do documento de suporte.

⁴ O Contrato de Parceria que atesta a adesão de cada parceiro ao GAL Terras de Sicó 2020 é apresentado como anexo ao presente documento – Anexo B.

Figura 6. 12 – Sessão em Ansião, 2/2/2015: validação da estratégia e formalização da parceria



Fonte: Edição dos autores.

Fase 7- Elaboração detalhada do plano de ação e de investimentos (abril a maio de 2015).

Após obtida e aprovada a qualificação da parceria GAL Terras de Sicó 2020, a fase seguinte compreenderá a elaboração detalhada do plano de ação e de investimentos, bem como do plano de implementação e de monitorização da estratégia. Para a sua elaboração, contar-se-á com os contributos dos parceiros e outros membros da comunidade obtidos aquando da realização dos *Workshops*, onde foi efetivamente possível reunir um conjunto significativo de ações propostas para cada eixo temático. Estas ações serão ajustadas por forma a servir a estratégia aqui apresentada.

Em concreto, no final desta fase deverão estar concluídos:

- ✓ A identificação clara das ligações entre os desafios prioritários, objetivos específicos e ações por objetivo, com indicadores de resultados esperados e metas temporais para cada objetivo;
- ✓ As fichas de planeamento de cada ação, indicando: potenciais responsáveis pela promoção de cada medida, marcos temporais e indicadores de realização intermédios e finais.

De seguida, a proposta do plano de ação e de investimentos elaborada pela equipa técnica, será apresentada em reunião com os parceiros para ajustamento face às possíveis sugestões dos mesmos e posterior validação.

No que respeita à elaboração da estratégia ficou evidente o contributo da comunidade local, sintetizado através da seguinte tabela:

Tabela 6. 1– Síntese do envolvimento da comunidade local na elaboração da estratégia

Fases cruciais no envolvimento da comunidade	Objetivo	Instrumento de envolvimento
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da situação de partida em cada área temática a partir de uma síntese dos principais indicadores de diagnóstico; - Identificação dos principais pontos fortes e fracos de Sicó. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação realizada nos WS temáticos e disponibilizada em pasta partilhada com uma lista representativa de membros da comunidade local (<i>dropbox</i>); 2. Instrumento de recolha de contributos escritos (Anexo 3 – Contributos para a definição da estratégia).
Definição da Visão	Contribuição para a definição da Visão para Sicó, complementando o resultado da análise de diagnóstico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instrumento de recolha de contributos escritos (Anexo 3 – Contributos para a definição da estratégia), recebido por <i>email</i> e durante os WS temáticos; 2. Participação na reunião de Soure, 04/12/2014 (conhecimento da versão preliminar e <i>feedback</i>); 3. Validação da versão final (reunião de Ansião, 02/02/2015).
Definição da proposta macro de EDL	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para a definição de prioridades e objetivos; - Contribuição para a elaboração do plano de ação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa, na 2ª parte dos WS temáticos, através da dinamização de grupos de trabalho e preenchimento dos instrumentos de recolha distribuídos (Anexo 4 – Priorização de objetivos e identificação de ações para atingir os objetivos).
Constituição da parceria	Constituição de uma parceria local representativa em termos setoriais, territoriais e por tipo de entidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Convite à integração da parceria a todos os participantes nos WS temáticos, através do preenchimento de uma manifestação de interesse; 2. Contactos continuados, entre novembro 2014 e janeiro 2015, por parte da Terras de Sicó, junto de potenciais parceiros; 3. Formalização da adesão a 02/02/2015, através da assinatura do Contrato de Parceria.
Validação da EDL, incluindo o modelo organizacional	Alinhamento estratégico entre todos os parceiros do GAL Terras de Sicó 2020 e compromisso com a proposta de EDL apresentada.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envio da proposta de EDL a todos os parceiros; 2. Incorporação de propostas de alteração; 3. Validação em reunião a 02/02/2015.

Fonte: Edição dos autores.

Fase 8 – Implementação e execução da EDL: Animação, capacitação, monitorização e avaliação da EDL, seleção e acompanhamento dos projetos (2015 a 2022)

A última fase diz respeito à capacitação, animação, divulgação, monitorização e avaliação regular da EDL e decorrerá durante todo o período de vigência do DLBC. Conforme é explicado a seguir, os contributos dos parceiros do GAL estão presentes e são essenciais para a boa implementação e execução da EDL.

6.2. Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL

O modelo organizacional apresentado no capítulo 3 está desenhado por forma a garantir que todos os parceiros sejam agentes interventivos na definição das atividades de animação e divulgação a levar a cabo, permitindo estender as oportunidades de apoio a um conjunto mais alargado de potenciais beneficiários na comunidade local. Adicionalmente, o modelo proposto prevê mecanismos que assegurem a participação de todos os elementos do GAL Terras de Sicó 2020 no processo de seleção e acompanhamento dos projetos, visando garantir a sua coerência com os objetivos da EDL de Sicó. Por fim, permite ainda o envolvimento no mecanismo de monitorização e avaliação interna da EDL.

Nesse sentido, todos os membros da parceria integram a Assembleia de Parceiros a quem compete aprovar as principais decisões no que respeita à elaboração e implementação da estratégia. Adicionalmente, ao reunir todos os parceiros, a AP deverá permitir a troca de experiências, a transferência de conhecimentos e a disseminação de boas práticas. A Assembleia de Parceiros, a reunir anualmente, terá ainda como responsabilidade a aprovação da estratégia, do plano anual de atividades de animação, dos critérios para a seleção e avaliação dos projetos e dos relatórios de avaliação interna da EDL. Caberá também à assembleia a eleição dos membros do Órgão de Gestão e dos Conselhos Consultivos Gerais.

O Órgão de Gestão tem como presidente a Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento e integra ainda oito elementos da parceria (eleitos pela Assembleia de Parceiros). A este órgão cabe a responsabilidade das principais ações de execução da estratégia (ainda que, na globalidade, tenham que ser aprovadas pela Assembleia de Parceiros), como sejam:

- a) A dinamização e gestão da EDL, bem como a elaboração de propostas de alterações na EDL (caso se julgue necessário);
- b) A definição dos critérios para seleção e avaliação dos projetos;
- c) A dinamização da participação dos restantes parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL definida;
- d) A decisão acerca dos projetos a aprovar;
- e) A gestão e coordenação técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição.

Para além disso, cabe ainda aos parceiros integrados no Órgão de Gestão representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias, apresentar os relatórios de execução anual da EDL para aprovação da assembleia, aprovar o manual de procedimentos proposto pela Estrutura Técnica Local; elaborar e submeter os avisos de abertura de concursos e contactar a autoridade de gestão do DLBC (nomeadamente para solicitar os pedidos de apoio e de pagamento).

Adicionalmente, por cada área de intervenção temática - Inclusão Social, Empregabilidade, Competitividade e Ambiente e Sustentabilidade – será constituído um Conselho Consultivo Setorial, composto por cinco elementos da parceira (um deles pertencente ao Órgão de Gestão). Estes conselhos têm como principal missão a de emitir um parecer sobre o contributo para a EDL de cada projeto candidato, com base nos critérios elaborados pelo Órgão de Gestão e aprovados pela Assembleia de Parceiros.

Com o objetivo de dar apoio ao GAL é constituída uma equipa técnica composta por recursos humanos pertencentes à associação Terras de Sicó designada por Estrutura Técnica Local, responsável, entre outros aspetos, pela elaboração de relatórios e outra documentação necessária à avaliação da EDL, mas também pelo apoio à elaboração dos projetos seja via aconselhamento direto, seja pela divulgação de medidas e organização de sessões de esclarecimento.

Dada a necessidade de capacitar os parceiros do GAL com as ferramentas e conhecimentos fundamentais à boa execução das tarefas atribuídas e competências (nomeadamente ao nível do acompanhamento e avaliação dos projetos), prevê-se o desenvolvimento de um conjunto de ações de formação e informativas abertas a todos os membros da parceria, mas sobretudo

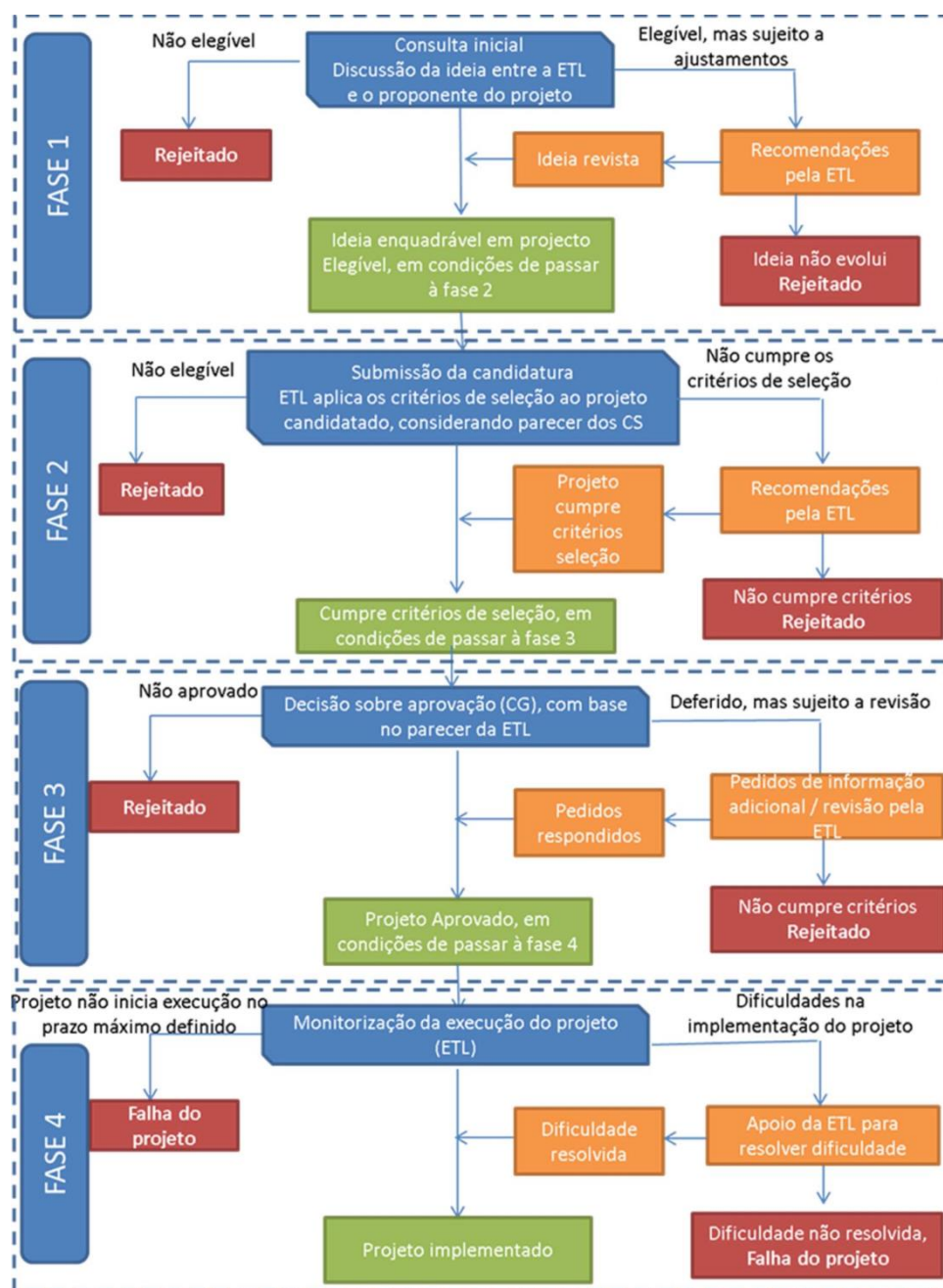
direcionadas para os elementos da Estrutura Técnica Local e do Órgão de Gestão. Estas ações deverão visar a formação na área jurídica, gestão técnica e financeira de projetos com conteúdos diretamente relacionados com as exigências da gestão dos fundos alocados, nomeadamente contratualização pública, gestão do programa informático, circuito técnico e financeiro. Poderá ainda considerar a participação em *workshops*/seminários cuja temática se insira nas metodologias interventivas nos espaços rurais, bem como na troca de experiências com outros agentes e instituições.

Os parceiros têm igualmente um papel fundamental na divulgação da estratégia, em particular das medidas elegíveis, dados os mecanismos privilegiados de divulgação da informação pelos seus associados (conforme se detalha mais à frente).

6.3. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a seleção dos projetos propostos e monitorização dos projetos aprovados e sua aderência aos objetivos e metas definidos

A parceria Terras de Sicó 2020 pretende assegurar o sucesso dos projetos enquadráveis na EDL de Sicó e aumentar a taxa de execução dos mesmos face aos anteriores períodos de programação comunitária, através de um esquema de aprovação e acompanhamento dos projetos que assegure o rigor, sem, no entanto, colocar em causa a simplicidade dos procedimentos. Como aspetos mais relevantes do modelo preconizado destacam-se: 1) o diálogo permanente entre a ETL e os proponentes dos projetos, prevendo-se uma participação ativa da ETL desde a fase da conceção e planeamento dos projetos até à sua implementação; 2) o envolvimento de membros da parceria através do parecer no âmbito do papel do Conselho Consultivo Setorial e da aprovação por parte do Órgão de Gestão; 3) a exigência de compromisso com prazos rigorosos por parte dos beneficiários de apoio, podendo o não cumprimento desses prazos – desde o momento da aprovação – implicar a falha do projeto. O modelo, inspirado nas boas práticas europeias resultantes da implementação do programa LEADER durante o período de programação anterior (Local Action Group- Argyll and the Islands LEADER, 2013), é esquematizado na figura que se segue.

Figura 6. 13– Fluxograma que sintetiza o procedimento de aprovação e acompanhamento dos projetos



Fonte: Adaptado de Local Action Group- Argyll and the Islands LEADER (2013).

Num primeiro momento (Fase 1), a ETL avalia a ideia de projeto do proponente, nomeadamente, no que respeita ao seu enquadramento na estratégia definida para o território. São de imediato rejeitadas ideias de projeto que não possam considerar-se enquadráveis na EDL de Sicó e aceites aquelas que a ETL considerar estarem de acordo com a visão pretendida para a região. Existe ainda a possibilidade de serem sugeridos ajustamentos à

ideia apresentada no sentido de a tornar mais adequada à obtenção dos resultados esperados para o território.

A elaboração dos projetos relativos às ideias aprovadas é apoiada pela ETL da Terras de Sicó que, na Fase 2, aplica os critérios de seleção definidos pelo Órgão de Gestão (incluindo eventuais critérios que vierem a ser fixados ao nível nacional, bem como critérios especificamente ligados a necessidades locais, vertidas nos objetivos da EDL) e verifica alguns requisitos tais como: a) viabilidade do projeto (em termos de mercado, de tecnologia e viabilidade financeira); b) capacidade dos promotores para o implementar (nomeadamente, formação adequada, especialmente pertinente no caso de projetos agrícolas); e c) contributo mínimo para a(s) meta(s) proposta(s) para a área de intervenção que enquadra o projeto. Nesta fase são ainda considerados os pareceres dos Conselhos Consultivos Setoriais (CS) das diferentes áreas prioritárias de intervenção a que o projeto esteja associado, acerca do seu contributo para a estratégia local.

Posteriormente, na Fase 3, os projetos aprovados são então submetidos a avaliação final por parte do Órgão de Gestão (OG). De salientar que este órgão pode solicitar informações adicionais sobre os projetos, ainda que anteriormente a ETL tenha já dado parecer favorável aos mesmos. Só depois de terem sido respondidos todos os pedidos de esclarecimento por parte do Órgão de Gestão, e este considerar suficientes as revisões/ esclarecimentos solicitados, o projeto é finalmente aprovado.

A Fase 4 consiste na monitorização e acompanhamento da implementação dos projetos aprovados, verificando-se, inclusivamente, o cumprimento (ou não) do prazo máximo estabelecido para o arranque dos projetos. A monitorização, em concreto, deste último aspeto, implica o não financiamento dos projetos que não arranquem dentro do prazo máximo estabelecido e permite a reafectação de verbas para outros projetos, aumentando assim a taxa de execução da EDL. Após o arranque do projeto é mantida uma monitorização regular, nomeadamente através da verificação da concretização das metas intermédias estabelecidas previamente.

Refira-se ainda que o modelo aqui proposto está condicionado às diretrizes que a autoridade de gestão do DLBC venha a apresentar para regulamentar esta matéria, nomeadamente as que

respeitam a penalizações (como devolução do fundo atribuído) por incumprimento do acordado aquando da contratualização.

6.4. Modalidade e instrumentos previstos para a monitorização e avaliação interna da EDL

O modelo de monitorização e de avaliação interna da EDL encontra-se esquematizado na tabela seguinte e será implementado em 3 níveis: monitorização operacional, monitorização da implementação (abrangendo execução e resultados) e avaliação interna da EDL. Considera-se fundamental assegurar a capacidade interna de recolha e sistematização de informação necessária para o acompanhamento e monitorização, quer das ações, quer dos resultados.

Tabela 6. 2– Modelo de monitorização e de avaliação interna da EDL

	Monitorização operacional	Monitorização da implementação*	Avaliação interna da EDL
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Monitorizar os indicadores de realização estabelecidos no plano de ação (incluindo para as ações de animação e capacitação); ✓ Responder aos problemas de curto prazo e promover melhoria contínua. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apreciar os relatórios de execução anual; ✓ Em função da análise de desvios face às metas de realização, propor medidas que permitam aumentar o grau de execução da EDL; ✓ Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas para resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprir as metas previstas na EDL; ✓ Aferir o grau de envolvimento dos parceiros e da comunidade local (incluindo nas ações de animação e capacitação); ✓ Analisar o funcionamento do modelo organizacional da parceria; ✓ Preparar as avaliações intermédias por parte da Autoridade de Gestão; ✓ Estudar eventuais adaptações da EDL.

Participantes	Órgão de Gestão (suportado pela ETL).	Órgão de Gestão + Assembleia de Parceiros.	Assembleia de Parceiros, com base no relatório produzido pelo Conselho Consultivo Externo.
Instrumentos de diálogo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reunião mensal entre a ETL e o OG; ✓ Relatórios síntese com os indicadores de realização. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reunião anual da Assembleia de Parceiros; ✓ Relatório de execução anual da EDL; ✓ Eventuais estudos complementares. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reunião da AP específica para a avaliação interna; ✓ Relatório produzido pelo Conselho Consultivo Externo.
Frequência	Mensal	Anual	A cada 2 anos ⁵ e no final do período.

*abrange: execução e resultados

Fonte: Edição dos autores

É ainda dada continuidade às jornadas de avaliação de Sicó (medida já implementada para a gestão de quadros comunitários anteriores), que pretendem ser um espaço de reflexão no território, no sentido de avaliar a dinâmica da execução da estratégia, registrando a opinião e contributos para melhorar a execução das tarefas assumidas. Serão convidados a participar nas jornadas, para além de todos os elementos do GAL, os promotores dos projetos aprovados e uma equipa de avaliação externa (conselho consultivo externo). As jornadas de avaliação serão abertas à comunidade local.

6.5. Animação e promoção do território

A EDL aqui proposta prevê um conjunto de ações de promoção do território, da marca criada em torno de Sicó e dos projetos implementados no contexto da atual estratégia. Em particular, será dada continuidade a algumas ações desenvolvidas em quadros comunitários anteriores, como:

- a) A divulgação e animação no território das atividades económicas e socioculturais, no sentido de dar visibilidade às novas ofertas e novos produtos criados na dinâmica da

⁵ E/ou antes da avaliação intermédia por parte da autoridade de gestão.

- EDL, fomentando uma identidade solidária e ativa com as populações locais. É o caso da EXPOSICÓ - evento de periodicidade anual, a rodar pelos seis concelhos do território, para a qual são convidados a expor e participar os promotores com projetos aprovados, dinamizando a estratégia nas tarefas económicas e socioculturais;
- b) A participação em certames no país e no estrangeiro, para promoção do território e dos projetos dinamizados na EDL (por exemplo, ao nível nacional, participação na Bolsa de Turismo de Lisboa - BTL; ao nível internacional, na INTUR Feira Internacional de Turismo de Interior em Valladolid (Espanha), e na EXPOGALICIA em Vigo (Espanha));
 - c) A organização de iniciativas de animação de rua, projetadas para os espaços naturais, castelos e fortificações e sítios arqueológicos do eixo da romanização, criando momentos de animação e divulgação desta oferta do território para promoção turística, através da realização de um conjunto de espetáculos e exposições polarizados nos seis municípios, orientados numa dinâmica de gestão das artes (magia, teatro, música, folclore, expressão dramática e corporal, curtas-metragens, *stand-up*, pintura, escultura, fotografia, promoção de produtos endógenos, etc.). São convidados a participar nestas iniciativas, os grupos e atores do território, produtores e, pontualmente, agentes externos, nomeadamente de regiões parceiras de Sicó no âmbito da cooperação interterritorial e transnacional.

6.6. Animação da EDL e capacitação - Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados

O sucesso da EDL de Sicó no cumprimento dos objetivos e consequente concretização das metas está fortemente dependente da capacidade da parceria local para envolver a comunidade e alargar o apoio a novos beneficiários, que aportem abordagens inovadoras, incluindo jovens, pessoas fora do mercado de trabalho, entre outros. O essencial é que o apoio potencial do DLBC não circule “em circuito fechado” e constitua uma verdadeira oportunidade de criar impacto sobre toda a comunidade local. Para tal, é fundamental que, por um lado, a comunidade tenha conhecimento da EDL em implementação, bem como das regras e prazos respeitantes a candidaturas e que, por outro lado, seja capaz de corresponder às oportunidades que são proporcionadas.

As atividades levadas a cabo para a informação e publicidade da EDL no anterior período de programação, foram sistematizadas através de um Plano de Animação e Acompanhamento cujos objetivos consistiam, por um lado, em informar os destinatários da estratégia sobre os respetivos apoios e, por outro lado, informar a opinião pública sobre a estratégia a implementar. O Centro de Informação e Documentação de Sicó assegurou a divulgação e acompanhamento da EDL, nomeadamente através do espaço dedicado ao estudo do território, segundo uma ótica de desenvolvimento local e regional, proporcionando assim um vasto conjunto de informação atualizada sobre a atividade da Terras de Sicó e dos projetos em curso. Aproveitando a experiência anterior e com o intuito expresso acima, prevê-se um conjunto de ações de sensibilização, divulgação e capacitação da comunidade, no que geralmente se designa por “animação” da EDL sistematizadas através da elaboração de um Plano Anual de Atividades de Animação, sujeito a aprovação por parte da Assembleia de Parceiros e que incluirá as tipologias de ação que a seguir se descrevem.

Numa primeira fase, e logo após a aprovação da candidatura, é importante a divulgação global de toda a estratégia de desenvolvimento, no sentido de possibilitar o seu acesso a toda a comunidade e a identificação de potenciais interessados à submissão do projetos:

- ✓ Publicação do livro “Estratégia de Desenvolvimento Local para a Região de Sicó”, que constitui uma versão alargada da presente candidatura;
- ✓ Divulgação do livro em formato digital no *site* da Terras de Sicó, bem como em *sites* de alguns parceiros do GAL como sejam, as Câmaras Municipais, Associações empresariais, Cooperativas, Associações de produtores e Instituições sociais e culturais;
- ✓ Divulgação do livro em suporte papel, que deverá ser disponibilizado nas bibliotecas municipais dos seis concelhos da região;
- ✓ Organização de um programa informativo num órgão de comunicação social (de preferência de expressão nacional) que permita a divulgação de investimentos e ações previstos para o território, articulando a proposta com a edição de um boletim semestral. As medidas previstas serão ainda divulgadas em eventos regionais como feiras, exposições e certames.

Numa segunda fase, são identificados, por eixo temático, os diversos grupos alvo das medidas a implementar, que serão convidados a participar em:

- ✓ Ações de divulgação e sensibilização, com a apresentação pormenorizada das medidas disponíveis em cada eixo, para captar o interesse de futuros beneficiários e que possa facultar aos interessados uma melhor perceção da estratégia;
- ✓ Sessões de esclarecimento, perspetivando a aquisição de conhecimentos que torne ágil e eficaz a implementação da EDL.

Para além dos convites direcionados serão ainda utilizados, como mecanismos de divulgação das sessões, a imprensa local e as redes sociais, entre outros. Na identificação e envio de convites assumem um papel fundamental os parceiros de natureza coletiva (como as associações) mais próximos de cada eixo temático, sendo que deverão ser utilizados os meios de comunicação que estes têm já disponíveis para a divulgação de informação aos seus associados – por exemplo, *site* e *newsletter*. Em simultâneo, é disponibilizada, no *site* da Terras de Sicó, informação atualizada sobre as candidaturas abertas e sobre o calendário de abertura das próximas candidaturas.

Depois de identificados os potenciais interessados à submissão de projetos, a estrutura técnica local deverá desenvolver os mecanismos necessários para apoiar e capacitar os candidatos, nomeadamente através de:

- ✓ Aconselhamento individual ou coletivo e apoio ao desenvolvimento de projetos;
- ✓ Ações de capacitação (formação, seminários,...) em áreas de focalização prioritária na EDL, por exemplo, na diferenciação de ofertas turísticas, ou na produção de produtos inovadores associados à agricultura.

Adicionalmente, será efetuada a divulgação dos projetos financiados, garantindo informação atualizada de todas as atividades associadas ao investimento em curso e à sua implementação e divulgação.

7. Conclusão

A região de Sicó composta pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure, compreende uma área total de 1.501 Km² onde habitam, segundo estimativas do INE para 2013, cerca de 115,6 mil pessoas. As 45 freguesias de tipologia rural que integram o território de análise partilham a proximidade à Serra de Sicó, o que lhes transmite uma identidade e justifica que constituam um território coeso com um vasto historial no que respeita ao desenvolvimento integrado de estratégias locais. A proximidade territorial permite a partilha de características físicas do território que, aliada à mesma oferta de recursos endógenos e potencialidades, justifica a partilha da mesma estratégia sub-regional.

Apesar da evolução positiva em alguns indicadores de desenvolvimento, para a qual contribuiu o acesso a quadros comunitários anteriores, a região de análise apresenta um conjunto de fragilidades que constituem verdadeiros desafios ao desenvolvimento local como sejam: riscos sociais associados a uma população com menores níveis de escolaridade, envelhecida, a diminuir e com reduzido poder de compra (bastante inferior à média nacional), elevada inatividade e crescente desemprego; tecido empresarial com menores níveis de produtividade na maioria dos setores e consequentes dificuldades ao nível da competitividade nacional e internacional. É, como tal, fundamental que se desenvolva uma estratégia de desenvolvimento local que permita potenciar o que a região tem de melhor para fazer face às principais fragilidades. A esse respeito, refira-se o setor primário, com destaque para a agricultura e floresta, que não só tem sido criador de emprego como revela níveis de produtividade superiores aos apresentados na média nacional e região Centro; bem como os produtos endógenos reconhecidos pela sua qualidade (como o queijo, o mel, o azeite, entre outros) e também as potencialidades ao nível do turismo.

É neste contexto que surge a importância da candidatura ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), um dos instrumentos regulamentares de financiamento para o desenvolvimento territorial que se encontra previsto no próximo quadro de financiamento europeu, a vigorar entre 2014 e 2020, e que visa promover, em territórios específicos, o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, bem como a inovação social. Pretende-se com este instrumento fazer uso do conhecimento único que os atores locais possuem sobre o seu território e envolver esses atores no processo de desenvolvimento estratégico desde o início, bem como na sua

implementação através da criação de uma parceria local – Grupo de Ação Local - que concebe e executa uma estratégia de desenvolvimento integrado.

Para além da Terras de Sicó – que surge como entidade promotora desta candidatura – o GAL conta com mais de uma centena de parceiros, que são verdadeiramente representativos das diversas áreas temáticas de interesse para a estratégia nomeadamente instituições representantes da administração local, instituições sociais e culturais, associações de produtores e produtos endógenos, instituições de diferentes níveis e tipologias de ensino, instituições de emprego, associações empresariais e empresas individuais de uma multiplicidade de setores (com destaque para o turismo) e que têm em comum o forte empenho no desenvolvimento da região que constitui Sicó. São ainda abrangentes da totalidade do território envolvido. Dá-se também um especial destaque a parceiros de natureza privada que correspondem a cerca de 82% do total. Adicionalmente, o novo grupo de *stakeholders* corresponde a um *upgrade* do GAL anterior, uma vez que o número de parceiros envolvidos é quase triplicado e permite aumentar a sua representatividade em quase todas as áreas, em particular na área social e no turismo, mas também no que se refere a associações de produtores e produtos endógenos e na componente da empregabilidade – todas elas consideradas áreas prioritárias para a estratégia.

A elaboração da EDL baseou-se num forte envolvimento dos atores locais, que participaram em todas as fases do processo (conforme descrito no capítulo 6) e que permanecerão envolvidos em toda a implementação da estratégia. A participação dos parceiros na fase de implementação é especificada através de uma proposta de modelo organizacional capaz de garantir o alinhamento de todos os atores com a estratégia proposta e assegurar um mecanismo de monitorização e controlo rigoroso.

A proposta de EDL partiu da definição de uma visão para a região em análise, construída com base nos contributos individuais dos parceiros e tendo como pano de fundo o diagnóstico efetuado, e que se centra sobretudo em dois enfoques principais: (i) melhoria da qualidade de vida e (ii) crescimento económico sustentável. Desta visão resultam os principais desafios a que se pretende dar resposta: Inclusão Social (promovendo a inclusão de grupos mais desfavorecidos e combatendo a pobreza), Empregabilidade (promovendo a criação e manutenção de emprego sustentável), Competitividade (dinamizando e diversificando a economia local) e Ambiente e Sustentabilidade (preservando e protegendo o ambiente e a

utilização sustentável dos recursos). Procurar-se-á superar estes desafios através da focalização nas seguintes áreas prioritárias de intervenção:

- exploração dos fatores distintivos do território (recursos naturais e históricos), incluindo a promoção de atividades turísticas;
- incremento do valor criado no setor primário e atividades relacionadas;
- aposta na economia social;
- desenvolvimento das PME e micro empresas;
- apoio ao empreendedorismo.

As escolhas efetuadas em termos de objetivos a atingir, além de considerarem a especificidade das características do território de Sicó e as informações proporcionadas pelo diagnóstico efetuado, obedeceram a uma articulação vertical (isto é, procuram assegurar o contributo para a realização das metas consideradas nas estratégias definidas ao nível regional e sub-regional) e ponderam a necessária complementaridade entre diferentes instrumentos de intervenção territorial com incidência no mesmo território. São, para além disso, direcionadas para a obtenção de resultados.

8. Referências

Agência Portuguesa do Ambiente – MAOT. 2011. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2009: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados e gases com efeito de estufa. Amadora : Agência Portuguesa do Ambiente. Novembro.

Augusto Mateus & Associados. 2014. Plano Estratégico da Região de Desenvolvimento de Coimbra 2014-2020. Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Junho.

CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. 2014a. Barómetro do Centro de Portugal. Agosto.

—. **2014b.** Programa Operacional Regional do Centro 2014 - 2020. Março.

—. **2014c.** RIS3 do Centro de Portugal – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente – Documento de trabalho. Fevereiro.

—. **2014d.** As 47 empresas gazela 2013 da Região Centro. Janeiro.

CIMRL, Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. 2014. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria. Novembro.

CIMRC, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. 2014. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020. Dezembro.

Comissão Europeia. 2014a. Orientações para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Versão 2. Agosto.

—. **2014b.** Política de Coesão – Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade. Março.

—. **2013.** Guide to Social Innovation. *Regional and Urban Policy*. Fevereiro.

—. **2010.** Farnet Guide #1 – Area-based Development in EU Fisheries Areas. A Start-up Guide for Fisheries Local Action Groups.

Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro de 2014. Diário da República, 1.ª série — N.º 176.

Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro de 2014. Diário da República, 1.ª série — N.º 207.

DPP–MAOTDR, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. 2008. PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos.

Governo de Portugal. 2014. Acordo de Parceria 2014-2020 - Portugal 2020.

GPP, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. 2014. Programa Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020.

JLM – Consultores de Gestão, Sargento, Ana; Lopes, Ana e Fernandes, Eduarda. 2014. Plano Estratégico – Leiria Região de Excelência. NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria. Março.

Keränen, Heimo. 2003. Self-evaluation workbook for local action groups. Helsinki : Finland Ministry of Agriculture and Forestry.

Intercampus. 2013. Estudo satisfação de turistas – Análise de resultados – Preparada para: Turismo de Portugal. Setembro

Leeds City Region. 2013. Community Led Local Development in the LCR 2014-2020 26 de novembro.

Local Action Group- Argyll and the Islands LEADER. 2013. Multi-stage Project Application and Continuous Monitoring Scheme. [ed.] European Network for rural Development - Comissão Europeia. *Better LEADER practices for Local Development Strategies across the EU.*, Vol. 02.

Marches Local Enterprise Partnership. 2013. EU Structural and Investment Fund Growth Programme – Social Inclusion.

Minha Terra. 2013. Painel temático “Por um crescimento sustentável nas regiões portuguesas”. Porto : Conferência "O Novo Ciclo de Fundos Comunitários ao Serviço do Desenvolvimento Territorial”.

Pires, Artur; Pertoldi, Martina; Edwards, John e Hegyi, Fatime. 2014. Smart Specialisation and Innovation in Rural Areas. *JRC Technical Reports - S3 Policy Brief Series.* Comissão Europeia.

Portugal 2020. 2014. Desenvolvimento Local de Base Comunitária 1ª fase - Pré qualificação; Concurso para a apresentação de Candidaturas N.º02/2014. 16 de novembro.

Tibério, Luís; Baptista, Alberto e Cristovão, Artur. 2014. Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos : Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

União Europeia. 2014. Guidance for Implementation of the Leader Co-operation Activities in Rural Development Programmes 2014-2020. 19 de novembro.

—. **2013.** Regulamento de Disposições Comuns (RDC) - Regulamento (UE) N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu. *Jornal Oficial da União Europeia.*

URBACT. 2013. The URBACT II Local Support Group Toolkit. Saint-Denis, France : URBACT. Junho

Fontes estatísticas consultadas

CCDRC, Datacentro <http://datacentro.ccdrc.pt/>

DGAEP-DEEP, <http://www.dgaep.gov.pt/>

INE, Dados Estatísticos <http://www.ine.pt/>

IEFP, Estatísticas Mensais por Concelho <https://www.iefp.pt/estatisticas>

INPI, <http://www.marcaspatentes.pt/>

PORDATA, Base de Dados dos Municípios <http://www.pordata.pt/Municipios>

Sítios web

Câmara Municipal de Alvaiázere <http://www.cm-alvaiazere.pt/>

Câmara Municipal de Ansião <http://www.cm-ansiao.pt/>

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova <http://www.cm-condeixa.pt/>

Câmara Municipal de Pombal <http://www.cm-pombal.pt/>

Câmara Municipal de Penela www.cm-penela.pt/

Câmara Municipal de Soure www.cm-soure.pt/

Terras de Sícó <http://www.terrasdesico.pt/>

9. Anexos

Anexo 1 – População por freguesia, ruralidade e integração em território litorâneo

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Alvaiázere	Almoster	674	S	N
Alvaiázere	Alvaiázere	2049	S	N
Alvaiázere	Maçãs de Dona Maria	1835	S	N
Alvaiázere	Pelmá	736	S	N
Alvaiázere	Pussos São Pedro	1993	S	N
Ansião	Alvorge	1227	S	N
Ansião	Ansião	3643	S	N
Ansião	Avelar	2169	S	N
Ansião	Chão de Couce	1992	S	N
Ansião	Pousaflores	950	S	N
Ansião	Santiago da Guarda	3147	S	N
Condeixa-a-Nova	Anobra	1316	S	N
Condeixa-a-Nova	Ega	2835	S	N
Condeixa-a-Nova	Furadouro	206	S	N
Condeixa-a-Nova	União das freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova	8608	S	N
Condeixa-a-Nova	União das freguesias de Sebal e Belide	2723	S	N
Condeixa-a-Nova	União das freguesias de Vila Seca e Bem da Fé	988	S	N
Condeixa-a-Nova	Zambujal	402	S	N
Pombal	Abiul	2729	S	N
Pombal	Almagreira	3076	S	N

Pombal	Carnide	1647	S	N
Pombal	Carriço	3653	S	S
Pombal	Louriçal	4720	S	N
Pombal	Meirinhas	1775	S	N
Pombal	Pelariga	2176	S	N
Pombal	Pombal	17187	S	N
Pombal	Redinha	2117	S	N
Pombal	União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	6438	S	S
Pombal	União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	5384	S	N
Pombal	Vermoil	2656	S	N
Pombal	Vila Cã	1659	S	N
Penela	Cumeeira	1072	S	N
Penela	Espinhhal	775	S	N
Penela	Podentes	485	S	N
Penela	União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3651	S	N
Soure	Alfarelos	1439	S	N
Soure	Figueiró do Campo	1507	S	N
Soure	Granja do Ulmeiro	1866	S	N
Soure	Samuel	1254	S	N
Soure	Soure	7917	S	N
Soure	Tapéus	338	S	N
Soure	União das freguesias de Degracias e Pombalinho	1260	S	N
Soure	União das freguesias de Gesteira e Brunhós	1154	S	N
Soure	Vila Nova de Anços	1113	S	N
Soure	Vinha da Rainha	1397	S	N

Anexo 2 – Parceiros GAL Terras de Sicó 2020

Designação	Área de interesse EDL Sicó	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Câmara Municipal de Alvaiázere	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Câmara Municipal de Alvaiázere Praça do Município 3250-100 Alvaiázere	Alvaiázere
Câmara Municipal de Ansião	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Município de Ansião Praça do Município . 3240-143 Ansião	Ansião
Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Câmara Municipal de Condeixa Largo Artur Barreto 3150-124 Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
Camãra Municipal de Penela	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Câmara Municipal de Penela Praça do Município 3230-253 Penela	Penela
Camãra Municipal de Pombal	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Município de Pombal Largo do Cardal, 3100-440 Pombal	Pombal
Camãra Municipal de Soure	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Praça da República - 3130-218 Soure	Soure
Junta da Freguesia de Soure	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Junta de Freguesia de Soure Praça da República,3130-218 SOURE	Soure
Junta da Freguesia de Tapéus	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Rua Principal C. Postal: 3130-387 Tapéus - Soure	Soure
Junta de Freguesia de Almagreira	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Junta de Freguesia de Almagreira Rua do Rossio nº 10, 3105-004 Almagreira - Pombal	Pombal
Junta de Freguesia de Samuel	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Rua Duques Aveiro 3130-126 Coles	Soure
Junta de Freguesia de Vinha da Rainha	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Rua Principal 32, Vinha da Rainha 3130-433 VINHA DA RAINHA	Soure
União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Junta da freguesia Guia, Ilha e Mata Mourisca; Largo da Igreja, 3100-271 Mata Mourisca	Pombal
União de Freguesias de Degraçias e Pombalinho	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	União de Freguesias de Degraçias e Pombalinho - Malhadas - 3130-095 Pombalinho - Soure	Soure
União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Administração Local	Administração pública	NA	Administração local	Rua de Coimbra 3230-284 Penela	Penela

Designação	Área de interesse EDL Sικό	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Alexandre Paulo Simões Carril - Enocarril	Associação de produtores e produtos endógenos	Outros	NA	Outras entidades empresariais privadas	Rua do Passo S/N Podentes 3230-529 Penela	Penela
Isaura Rosa Conceição Reis	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Rua do Cubo, 3230-287 Penela	Penela
Lagares de Azeite do Rabaçal – Júlio & Filhos, Lda.	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Rua da Igreja, S/N Rabaçal 3230-544 RABAÇAL	Penela
Manuel Jesus Silva	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Azenha, 3250-201 Maças de Caminho	Alvaiázere
Maria Rita Falcão Ramos	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Largo do pelourinho, 3230-522 Podentes	Penela
A Queijeira do Rabaçal, Lda.	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Rabaçal 3230-544 RABAÇAL PNL Rabaçal	Penela
Maria Silvina Santos Marques	Associação de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Rua Pena, Lagoa das Ceiras 3100-039 ABIUL	Pombal
ACC Confraria do Chicharo	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	50	Associações e fundações privadas	CC - Confraria do Chicharo Rua Conselheiro Furtados dos santos 3250-100 Alvaiázere	Sικό
APFP – Associação de Produtores Florestais de Pombal	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	320	Associações e fundações privadas	Estação Central de Camionagem, Sala 9 3100-556 Pombal	Pombal
APRORABAÇAL – Associação de Produtores Rabaçal	Associações de produtores e produtos endógenos	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	13	Associações e fundações privadas	EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL, SALA 9 Localidade: 3230-348 PENELA	Sικό
Associação Florestal do concelho de Ansião	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	930	Associações e fundações privadas	Associação Florestal do Concelho de Ansião (Santiago da Guarda) 25, Vale de Boi	Ansião
Associação Serramel	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	38	Associações e fundações privadas	Associação de Apicultores da Serra do Espinhal - 3230-078 Espinhal	Sικό
CASAN-Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Beirão, C.R.L	Associações de produtores e produtos endógenos	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	2500	Cooperativas	3240-225 Moinho das Moitas	Ansião
Confraria do Queijo Rabaçal, DOP	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	200	Associações e fundações privadas	Espaço Museu, Rua da Igreja 3 230 - 544 Rabaçal	Sικό
Cooperativa Agrícola Condeixa-à-Nova e Penela, CRL	Associações de produtores e produtos endógenos	Comércio por grosso e a retalho	3000	Cooperativas	Quinta Nova, Condeixa à Velha, 3150-225 Condeixa à Velha	Condeixa-a-Nova e Penela
Cooperativa Agrícola de Soure, CRL	Associações de produtores e produtos endógenos	Comércio por grosso e a retalho	5318	Cooperativas	Cooperativa Agrícola de Soure CRL Rua Doutor Tomás Oliveira Silva 3130-253 SOURE	Soure

Designação	Área de interesse EDL Sικό	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
COPOMBAL - Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal	Associações de produtores e produtos endógenos	Comércio por grosso e a retalho	11324	Cooperativas	Viaduto Engenheiro Guilherme Santos, Pombal 3100-427 POMBAL	Pombal
FLOPEN - Associação de produtores e proprietários florestais do concelho de Penela	Associações de produtores e produtos endógenos	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	422	Associações e fundações privadas	Largo da Feira 3230-072 Espinhal	Penela
Olivisicó - Associação de Olivicultores de ADSICÓ	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	400	Associações e fundações privadas	Morada: PENELA, 3230-016, CUMEEIRA PENELA, COIMBRA	Sικό
Queijaria da Licinia Lda.	Associações de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Sede: Rua Do Casal, Cotas Concelho: Soure Freguesia: Pombalinho 3130 - 092 Pombalinho	Soure
SERQUEIJOS Pimenta, Lda. Fabrico de Queijo Rabaçal	Associações de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	SERQUEIJOS, Lda 3230-544 RABAÇAL PNL Rabaçal	Penela
Queijaria Prado da Sικό Lda	Associações de produtores e produtos endógenos	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Santiago da Guarda 3240-690 Ansião	Ansião
Saurium Florestal - Ass florestal de Soure	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	351	Associações e fundações privadas	Praça República, Soure 3130-218 SOURE	Soure
Serrafino	Associações de produtores e produtos endógenos	Comércio por grosso e a retalho	NA	Empresas	Almoster, 3250-021 Almoster	Alvaiázere
Simões & Ramos	Associações de produtores e produtos endógenos	Comércio por grosso e a retalho	NA	Empresas	(Rego da Murta). Estrada Nacional 110, Cabaços de Rego da Murta 3250-404 REGO DA MURTA	Alvaiázere
VINISICÓ Associação de Vitivinicultores	Associações de produtores e produtos endógenos	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	400	Associações e fundações privadas	Alfatar 3230-481 Podentes	Sικό
ACSP - Associação Comercial de Pombal	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	450	Associações e fundações privadas	Associação Comercial de Pombal. Albergaria dos Doze, Lote 11 - R/C 3100-000 Pombal Leiria - Pombal	Pombal
ADILCAN	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	12	Associações e fundações privadas	Centro de Negócios de Ansião - Parque Empresarial do Camporês 3 240 - 465 Chão de Couce	Ansião
ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	12	Associações e fundações privadas	Parque Industrial de Manuel da Mota 3100-354 POMBAL	Pombal
AICP - Associação de Industriais do Concelho de Pombal	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	140	Associações e fundações privadas	Parque Industrial Manuel da Mota - Av. Infante D. Henrique, nº11 3100-354 Pombal	Pombal
Amor de biscoito unipessoal, Ida	Associações Empresariais e empresas	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	NA	Empresas	Rua Dr. Manuel Melo 3240-142 Ansião Portugal	Ansião
Ana Rita Pimenta Mendes - Bagas da Feteira	Associações Empresariais e empresas	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	NA	Empresas	Rua da Carrasqueira s/n Mogadouro de Baixo 3240-690 Santiago da Guarda	Ansião

Designação	Área de interesse EDL Sico	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Associação Comercial e Industrial de Ansião	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	300	Associações e fundações privadas	Rua Heróis Ultramar Ed. Arcadas Ansião 3240-138 ANSIÃO	Ansião
Associação Empresarial de Soure	Associações Empresariais e empresas	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	155	Outras entidades empresariais privadas	Espaço 1111 (Junto ao Castelo), Apartado 45 3130-909 Soure, Coimbra	Soure
Carvopombal - Fabrico e Comercialização de Carvão Vegetal, Lda.	Associações Empresariais e empresas	Outras indústrias transformadoras	NA	Empresas	Qt Gramela - Pombal Quinta da Gramela 3100-359 POMBAL	Pombal
Isabel Guiomar - Hortas do Casarão	Associações Empresariais e empresas	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	NA	Empresas	Rua da Fonte 3240-402 Alvorge	Ansião
Maria Manuela Duarte Marques - Frutos do Bosque	Associações Empresariais e empresas	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	NA	Empresas	Fonte Velha 3130-093 Pombalinho - Soure	Soure
Naturidade – Gestão de Alojamentos Geriátricos	Associações Empresariais e empresas	Saúde e ação social	NA	Empresas	Lugar Serradas Da Freixiosa, 3230 Penela, Coimbra	Penela
ONC Saúde, Lda	Associações Empresariais e empresas	Saúde e ação social	NA	Empresas	R ENGENHEIRO GUILHERME DOS SANTOS BLOCO 1 2ºP, BLOCO 1 2ºP, 3105-165, LOURICAL POMBAL, LEIRIA	Pombal
Partes Iguais, Lda.	Associações Empresariais e empresas	Comércio por grosso e a retalho	NA	Empresas	R DO CAIS, 30 Distrito: Leiria Concelho: Pombal 3100 - 452 POMBAL	Pombal
Pedro Manuel Santos Duarte - My Fungi	Associações Empresariais e empresas	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	NA	Empresas	Ponte do Espinhal 3230-292 Penela	Penela
Penela Digital, Lda.	Associações Empresariais e empresas	Outros	NA	Empresas	Rua da misericórdia nº7 3230-250 Penela	Penela
Q4U Consulting, Unipessoal, Lda	Associações Empresariais e empresas	Outros	NA	Empresas	Rua Filarmónica Artística Pombalense, Lote 5 nº 33 R/C 3 100 - 430 Pombal	Pombal
SALRIFARMA	Associações Empresariais e empresas	Comércio por grosso e a retalho	NA	Empresas	SEBAL GRANDE Distrito: Coimbra Freguesia: Sebal 3150-109 CONDEIXA A NOVA	Condeixa-a-Nova
Ytravel	Associações Empresariais e empresas	Outros	NA	Empresas	Edifícios smarts rua da misericórdia nº7 3230-250 Penela	Penela
A.S.C.R.A Associação Social, Cultural e Recreativa de Almofter	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	200	Associações e fundações privadas	Rua da Igreja 3250-021 Almofter AVZ	Alvaiázere
APPACDM Soure	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	100	Associações e fundações privadas	Rua António José Carvalho Ventura, 3130-200 Soure	Soure

Designação	Área de interesse EDL Sicó	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Associação Bem Estar para a Terceira Idade de Santiago de Litém	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	300	Associações e fundações privadas	(Vermoil) 3100-682 SANTIAGO DE LITÉM Santiago de Litém	Pombal
Associação Casa do Povo Maçãs de D. Maria	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	200	Associações e fundações privadas	Rua Dr. Frenando Pimentel Abreu 3 250 - 294 Maçãs D. Maria	Alvaiázere
Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	400	Associações e fundações privadas	Rua Comendador João Cachulo nº2 3130-433 Vinha da Rainha	Soure
Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	826	Associações e fundações privadas	Rua Duques de Aveiro, nº 35 - Coles 3130-119 Samuel	Soure
Associação da Casa Povo Alvaiázere	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	130	Associações e fundações privadas	R SAUDADE, 3250-107, ALVAIAZERE, LEIRIA	Alvaiázere
Associação de Amigos da Villa Romana do Rabaçal	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	35	Associações e fundações privadas	Rua da Igreja 3230-544 Rabaçal - Penela	Penela
Associação de Amizade Condeixa, Bretten, Longjumeau, Pontypool e Idanha	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	80	Associações e fundações privadas	Câmara Municipal de Condeixa Largo Artur Barreto 3150-124 Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
Associação Ecomuseu de Condeixa	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	25	Associações e fundações privadas	R. de Francisco Lemos, 13, 3150-142 Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
Associação Sempre a Aprender	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	50	Associações e fundações privadas	Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 3150-134 Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
Casa do Povo Condeixa	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	200	Associações e fundações privadas	Casa do Povo de Condeixa; Rua D. Elsa Sotto Mayor 3150-133 Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
Centro Social das Malhadas	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	205	Associações e fundações privadas	Rua Principal- Malhadas, 3130-095 Pombalinho Malhadas, Coimbra, Portugal	Soure
Centro Social de Alfarelos - Instituição de Solidariedade Social	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	1300	Associações e fundações privadas	Rua do Cemitério Nº1, 3130-001 Alfarelos Alfarelos, Coimbra, Portugal	Soure
Centro Social de Vila Cã	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	230	Associações e fundações privadas	Rua: MANUEL FRANCISCO FREIXEIRA, Nº17 3100-835 VILA CÃ	Pombal
Centro Social Polivalente de Ega	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	200	Associações e fundações privadas	Rua Professor José Maria Gaspar, Casal do Rosário, 3150-256 Ega	Condeixa-a-Nova
CERCI Penela - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Penela, Cooperativa	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	110	cooperativas	Avenida Infante D. Pedro nº 3 Apartado 4 3230-268 Penela	Penela

Designação	Área de interesse EDL Sico	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Direção Geral do Património Cultural	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	NA	Associações e fundações privadas	Conimbriga, Condeixa-a-Velha 3150-220 Condeixa-a-Nova PORTUGAL	Condeixa-a-Nova
FUNDAÇÃO D. FERNANDA MARQUES	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	NA	Associações e fundações privadas	Fundação Fernanda Marques Chão de Couce	Alvaiázere
Irmandade de Misericórdia de Redinha	Instituições sociais e culturais	Saúde e Ação Social	71	Associações e fundações privadas	Morada: LG CAPITÃO LARA REIS 4, 4, 3105-330, REDINHA POMBAL, LEIRIA	Pombal
Liga de Amigos de Conimbriga - LAC Cefop. Conimbriga (I&D) Privada	Instituições sociais e culturais	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	3700	Associações e fundações privadas	Liga de Amigos de Conimbriga Museu Monográfico de Conimbriga 3150-220 Condeixa-A-Velha	Condeixa-a-Nova
Santa Casa da Misericórdia de Ansião	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	530	Associações e fundações privadas	Santa Casa da Misericórdia de Ansião Ribeiro de Vide, 3240-102 Ansião	Ansião
Santa Casa da Misericórdia de Penela	Instituições sociais e culturais	Saúde e ação social	350	Associações e fundações privadas	Santa Casa da Misericórdia de Penela; Avenida Infante Dão Pedro I, nº 5; 3230-272 Penela	Penela
Sociedade Filarmónica Espinhal	Instituições sociais e culturais	Outros	64	Associações e fundações privadas	Largo do Calvário - 3230- 076 Espinhal	Penela
Sociedade Filarmónica Penelense	Instituições sociais e culturais	Outros	105	Associações e fundações privadas	Sociedade Filarmónica Penelense/ Rua 213/ 3230-263 PENELA	Penela
ADECA Associação de Desenvolvimento do Concelho de Alvaiázere	Outros	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	143	Associações e fundações privadas	Rua Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, 13 3250-113 Alvaiázere	Alvaiázere
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere	Outros	Outros	1893	Associações e fundações privadas	Rua dos Bombeiros Voluntários 3250-163 Alvaiázere	Alvaiázere
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Concelho de Soure	Outros	Outros	3751	Associações e fundações privadas	Largo do Município, 3130-218 Soure, Coimbra	Soure
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova	Outros	Outros	3000	Associações e fundações privadas	Av. Visconde de Alverca, 57-B-Ap 36 3150-120 Condeixa	Condeixa-a-Nova
Associação Portuguesa de Medicina Preventiva	Outros	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	150	Associações e fundações privadas	Serra de Santa Maria 3230-055 Espinhal PNL	Penela
CCAM Pombal	Outros	Atividades financeiras	10 000	Cooperativas	Praça da República 3100-901 Pombal	Pombal
CCAM Serras de Ansião	Outros	Atividades financeiras		Cooperativas	Rua Dr. Adriano Rego, 14 3240-126 Ansião	Ansião

Designação	Área de interesse EDL Sico	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Ordem Religiosa do Desagravo	Outros	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	NA	Associações e fundações privadas	Comunidade das irmãs clarissas do desagravo; Mosteiro do santíssimo sacramento, Rua da Misericórdia nº10,	Pombal
Agrupamento de Escolas de Ansião	Qualificação e Empregabilidade	Educação	NA	Outras Entidades Públicas	Avenida Coronel Vitorino Henriques Godinho, 3240-154 Ansião	Ansião
Agrupamento de Escolas infante D. Pedro	Qualificação e Empregabilidade	Educação	NA	Outras Entidades Públicas	Avenida Infante Dom Pedro 1, 3230-277 Penela	Penela
CEARTE - Centro de Formação Profissional de Artesanato	Qualificação e Empregabilidade	Educação	NA	Outras entidades públicas	Rua António Sérgio, 36 Zona Industrial da Pedrulha 3025-041 Coimbra	Alvaiázere
IEFP	Qualificação e Empregabilidade	Outros	NA	Outras entidades públicas	Rua de Xabregas, Nº52 1949 - 003 LISBOA	Sicó
Instituto Pedro Hispano	Qualificação e Empregabilidade	Educação	NA	Associações e fundações privadas	Granja do Ulmeiro, Soure	Soure
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	Qualificação e Empregabilidade	Entidades do ensino superior	NA	Outras entidades públicas	Rua General Norton de Matos Apartado 4133 2411 - 901 Leiria - PORTUGAL	Sicó
POMBALPROF	Qualificação e Empregabilidade	Educação	4	Empresas	Avenida Vasco da Gama, Parque Industrial Manuel, 3100-354 Pombal	Pombal
Profiforma, Lda.	Qualificação e Empregabilidade	Educação	NA	Empresas	Profiforma, Lda. Rua Filipe Simões, nº 20 3000-186 Coimbra	Sicó
Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S.A	Qualificação e Empregabilidade	Educação	7	Empresas	Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A Morada: Rua 5 de Outubro, 54 3240 - 312 Avelar	Alvaiázere, Ansião e Penela
Adérito Neves Rodrigues - TER	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Av. Heróis do Ultramar, Edifício Jerónimo, Torre B-5º CJ Pombal 3100-462 Pombal	Pombal
Casa do Ensaio, Unipessoal, Lda	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Rua da Mata, S/N Padrão 2410-199 LEIRIA	Penela
Duecitània Design Hotel	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Ponte do Espinhal 3230-292 Penela Portugal	Penela
Espaço D.Maria - Eventos, Lda	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Espaço Dona Maria - Eventos, Lda. Quinta de Grisoma 3130-578 SOURE	Soure
Fernando Carrilho Roma, HOTEL SRA DE BELÉM	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Av. Heróis do Ultramar, 185 3100-462 Pombal	Pombal

Designação	Área de interesse EDL Sicó	Setor de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social	Área de Influência Territorial
Go Outdoor, Lda	Turismo	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	NA	Empresas	Terras Velhas, s/n.º Alcabideque 3150 - 211 Condeixa-a-Velha	Condeixa-a-Nova
Maria Paula Lourenço Ferreira - Casa TER	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	OTIUM Country House, Quinta do Sobral, 3240-417 Alvorge	Ansião
Quinta de São João - Casa TER	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Rua Principal, nº. 11 3105 - 304 Redinha - Pombal	Pombal
REGIÃO DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL	Turismo	Outros	NA	Outras entidades públicas	Rua João Mendonça, 8 3800-200 Aveiro	Sicó
Uma Casa Portuguesa - TER	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	Travessa de Santo António à Graça, nº 7, 2º direito 1170 - 335 Lisboa	Penela
Cardal Hotel	Turismo	Alojamento e restauração	NA	Empresas	JOÃO, ADELINO ABREU (ATIVA) Morada: LARGO DO CARDAL Localidade: 3100-440 POMBAL	Pombal

Anexo 3 – Contributos para a definição da estratégia

Estratégia de desenvolvimento local para a Região de Sicó:

Contributos iniciais para a sua definição

Em 2020, a Região de Sicó será

O principal ponto forte da Região de Sicó é

A principal fragilidade da Região de Sicó é

Nome/Instituição _____

Anexo 4 – Priorização de objetivos e identificação de ações para atingir os objetivos

Workshop 1 – Inclusão Social/Combate à Pobreza e Discriminação: Objetivos Específicos

Considerando uma escala de 1 a 5 (1 – Sem importância; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Extremamente importante), avalie a importância de cada um dos objetivos indicados na tabela, inscrevendo a classificação que considerar mais adequada na coluna respeitante ao Grau de Importância.

Objetivo	Grau de Importância
1. Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais vulneráveis.	
2. Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem inclusão ativa.	
3. Qualificar a rede e melhoria do acesso aos equipamentos e serviços de apoio social e de saúde.	
4. Promover o empreendedorismo feminino.	
5. Criar condições de viabilidade da pequena agricultura e diversificar a atividade económica nas explorações agrícolas.	
6. Apoiar o associativismo local nas áreas social, cultural e recreativa.	
7. Promover a igualdade de acesso ao ensino e melhoria do sucesso educativo sobretudo nos grupos mais vulneráveis.	

Workshop 1 – Inclusão Social/Combate à Pobreza e Discriminação: Ações

Para cada um objetivos específicos apresentados, indique 2 ações que julgue possibilitarem a sua concretização.

Objetivo 1: Promover o desenvolvimento e reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos mais vulneráveis.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 2: Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem inclusão ativa.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 3: Qualificar a rede e melhoria do acesso aos equipamentos e serviços de apoio social e de saúde.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 4: Promover o empreendedorismo feminino.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 5: Criar condições de viabilidade da pequena agricultura e diversificar a atividade económica nas explorações agrícolas.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 6: Apoiar o associativismo local nas áreas social, cultural e recreativa.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 7: Promover a igualdade de acesso ao ensino e melhoria do sucesso educativo sobretudo nos grupos mais vulneráveis.

Ação 1:

Ação 2:

Workshop 2 – Empregabilidade e Qualificação: Objetivos Específicos

Considerando uma escala de 1 a 5 (1 – Sem importância; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Extremamente importante), avalie a importância de cada um dos objetivos indicados na tabela, inscrevendo a classificação que considerar mais adequada na coluna respeitante ao Grau de Importância.

Objetivo	Grau de Importância
1. Aumentar as condições de empregabilidade de grupos vulneráveis através da elevação das suas competências e da integração sustentada no mercado de trabalho.	
2. Aumentar a criação de emprego sustentável.	
3. Reforçar as competências de I&D e a valorização internacional das empresas, por meio da contratação de recursos altamente qualificados.	
4. Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal.	
5. Promover a melhoria dos processos de inovação e de gestão das empresas através da formação de empresários e trabalhadores.	
6. Aumentar as intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo dos alunos, a redução do abandono escolar e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.	
7. Qualificar e modernizar as instalações escolares e de formação.	

Workshop 2 – Empregabilidade e Qualificação: Ações

Para cada um objetivos específicos apresentados, indique 2 ações que julgue possibilitarem a sua concretização.

Objetivo 1: Aumentar as condições de empregabilidade de grupos vulneráveis através da elevação das suas competências e da integração sustentada no mercado de trabalho.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 2: Aumentar a criação de emprego sustentável.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 3: Reforçar as competências de I&D e a valorização internacional das empresas, por meio da contratação de recursos altamente qualificados.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 4: Promover a criação do próprio posto de trabalho, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo social e de natureza agrícola e florestal.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 5: Promover a melhoria dos processos de inovação e de gestão das empresas através da formação de empresários e trabalhadores.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 6: Aumentar as intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo dos alunos, a redução do abandono escolar e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 7: Qualificar e modernizar as instalações escolares e de formação.

Ação 1:

Ação 2:

Workshop 3 – Competitividade das PME

Objetivos Específicos

Considerando uma escala de 1 a 5 (1 – Sem importância; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Extremamente importante), avalie a importância de cada um dos objetivos indicados na tabela, inscrevendo a classificação que considerar mais adequada na coluna respeitante ao Grau de Importância.

Objetivo	Grau de Importância
1. Promover o empreendedorismo qualificado e criativo.	
2. Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações.	
3. Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços.	
4. Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas, nomeadamente, através da diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas e atração de agricultores jovens e qualificados.	
5. Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.	
6. Melhorar a integração na cadeia agro-alimentar, nomeadamente, através do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores.	
7. Promover ações integradas de valorização dos recursos endógenos, em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos de qualidade certificada.	

Workshop 3 – Competitividade das PME: Ações

Para cada um dos objetivos específicos apresentados, indique 2 ações que julgue possibilitarem a sua concretização.

Objetivo 1: Promover o empreendedorismo qualificado e criativo.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 2: Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 3: Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de novos produtos (agrícolas ou industriais) e serviços.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 4: Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas, nomeadamente, através da diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas e atração de agricultores jovens e qualificados.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 5: Modernizar as unidades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 6: Melhorar a integração na cadeia agro-alimentar, nomeadamente, através do acrescimento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 7: Promover ações integradas de valorização dos recursos endógenos, em particular as direcionadas para fomentar o turismo e os produtos de qualidade certificada.

Ação 1:

Ação 2:

Workshop 4 – Ambiente e Sustentabilidade: Objetivos Específicos

Considerando uma escala de 1 a 5 (1 – Sem importância; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Extremamente importante), avalie a importância de cada um dos objetivos indicados na tabela, inscrevendo a classificação que considerar mais adequada na coluna respeitante ao Grau de Importância.

Objetivo	Grau de Importância
1. Aumentar a recolha de resíduos sólidos urbanos e a sua valorização através da reciclagem.	
2. Promover a conservação, proteção e conhecimento dos recursos naturais e culturais, potenciando o turismo na região e contribuindo para a renovação de aldeias.	
3. Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais.	
4. Aumento da eficiência dos recursos na produção agrícola e florestal, nomeadamente no que se refere ao consumo de água.	
5. Apoiar investimentos de prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas associados, nomeadamente, a fenómenos climáticos extremos.	
6. Promover a utilização de fontes de energia renovável, resíduos e subprodutos.	

Workshop 4 – Ambiente e Sustentabilidade: Ações

Para cada um dos objetivos específicos apresentados, indique 2 ações que julgue possibilitarem a sua concretização.

Objetivo 1: Aumentar a recolha de resíduos sólidos urbanos e a sua valorização através da reciclagem.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 2: Promover a conservação, proteção e conhecimento dos recursos naturais e culturais, potenciando o turismo na região e contribuindo para a renovação de aldeias.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 3: Promover a gestão sustentável e integrada das florestas, permitindo uma maior valorização dos recursos florestais.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 4: Aumento da eficiência dos recursos na produção agrícola e florestal, nomeadamente no que se refere ao consumo de água.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 5: Apoiar investimentos de prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas associados, nomeadamente, a fenómenos climáticos extremos.

Ação 1:

Ação 2:

Objetivo 6: Promover a utilização de fontes de energia renovável, resíduos e subprodutos.

Ação 1:

Ação 2:



Estratégia de Desenvolvimento Local para a Região de Sicó

Guião de Leitura e Comentários

O documento enviado para análise apresenta a proposta de Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do **Grupo de Ação Local (GAL) Terras de Sicó 2020**, ao qual a entidade que representa decidiu aderir. O documento destina-se a suportar a fase de pré-qualificação no processo de candidatura ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), na vertente de DLBC rural, conforme o aviso nº 02/2014 de 16-11-2014 do Portugal 2020.

Para orientar o processo de leitura e também para facilitar o tratamento dos comentários e sugestões ao documento apresentado, solicita-se que cada parceiro possa acompanhar a análise do documento com o presente guião e registe nele os seus comentários. No final da sessão agendada para dia 2 de fevereiro, serão recolhidos os contributos de todos os parceiros (podendo também ser enviados para o email dlbc2020@terrasdesico.pt, até dia 2/2/2015 às 18:00).

O documento está em estruturado em **7 capítulos** (incluindo a Introdução e Conclusão), cobrindo todos os aspetos requeridos no aviso acima referido e nas orientações posteriormente divulgadas. Para cada capítulo do corpo de texto, é seguidamente inserida uma caixa, para que possam ser aí registados eventuais comentários ou sugestões.

Capítulo 2 - Apresentação do território de atuação

--

Capítulo 3 – Caracterização da parceria e modelo organizacional

*Neste capítulo, solicita-se especial atenção à proposta de **modelo organizacional** (p. 22, secção 3.3).*

Capítulo 4 – Diagnóstico da situação no território de Sicó

Capítulo 5 – Estratégia de Desenvolvimento Local para a região de Sicó

*Neste capítulo, solicita-se especial atenção na aferição de todas as **metas de resultados** apresentadas e suportadas pela fundamentação que segue a cada tabela: páginas 65-75, (toda a secção 5.2).*

Capítulo 6 - Processo de envolvimento com as Comunidades Locais

Identificação da entidade parceira

Pelo responsável,

__/__/__

(Assinatura)

Obrigada pela colaboração!